



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

DESOCUPAÇÃO DO PINHEIRINHO NA MÍDIA:
Análise dos enquadramentos da cobertura da *Folha de S.*
Paulo* e do blog *Solidariedade à ocupação Pinheirinho

Autor: Guilherme Pinheiro Alves
Orientadora: Liziane Soares Guazina

Brasília, DF

2013

GUILHERME PINHEIRO ALVES

DESOCUPAÇÃO DO PINHEIRINHO NA MÍDIA:

**Análise dos enquadramentos da cobertura da *Folha de S. Paulo* e do blog
*Solidariedade à ocupação Pinheirinho***

Monografia apresentada à Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo.

Orientadora: Professora Doutora
Liziane Soares Guazina

Brasília, DF

2013

GUILHERME PINHEIRO ALVES

DESOCUPAÇÃO DO PINHEIRINHO NA MÍDIA:

**Análise dos enquadramentos da cobertura da *Folha de S. Paulo* e do blog
*Solidariedade à ocupação Pinheirinho***

Monografia apresentada à Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo.

Orientadora: Professora Doutora Liziane Soares Guazina

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Doutora Liziane Soares Guazina
(presidente)

Prof. Doutor Fábio Henrique Pereira
(membro)

Prof. Doutor Tiago Quiroga Fausto Neto
(membro)

Prof. Doutor Luiz Martins da Silva
(suplente)

Brasília, DF

2013

ALVES, Guilherme.

Desocupação do Pinheirinho na Mídia: Análise dos enquadramentos da cobertura da *Folha de S. Paulo* e do blog *Solidariedade à ocupação Pinheirinho*. / Guilherme Pinheiro Alves – Brasília, 2013.

138 f.

Monografia (Graduação em jornalismo) – Faculdade de Comunicação / Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

1. Comunicação 2. Jornalismo 3. Movimentos sociais 4. Análise de enquadramentos I. Título

À Camila Fernanda Ribeiro de Lima.

In memoriam.

AGRADECIMENTOS

Não poderia começar este trabalho sem agradecer a meu pai, Bolívar Santos, a minha mãe, Neide Pinheiro e ao meu irmão, Gustavo Alves, que sempre estiveram comigo sempre, me dando o necessário apoio. Estendo o agradecimento aos demais familiares.

Preciso agradecer também à professora Liziane Guazina, que me orientou nessa caminhada, e aos professores Tiago Quiroga, Fábio Pereira e Luiz Martins, por terem aceitado fazer parte da banca.

À Raphael Melo, por ser um grande amigo sempre e por ter contribuído de diversas formas. Um abraço caloroso também à Mabili Soares, que embora nunca apareça (ou esteja sempre atrasado) é um amigo insubstituível. Sou obrigado a agradecer novamente ao melhor amigo, Raphael Melo. Sem ele essa monografia não teria saído.

Aos amigos que fiz na Faculdade de Comunicação, principalmente Laura Chaer, Pedro Augusto Correia, Emerson Fraga e Rafaela Lima.

Pelo suporte contínuo e por ter aguentado meus desesperos e lamentações, agradeço especialmente às amigas Luciana Felix e Raíssa Mendes. Também mando meu abraço a Adriana Araújo, Isabela Reis, Esther Pinto, Luiza Allen e Leticia Lima.

Por último, agradeço a todas as pessoas que não cabem aqui mas contribuíram de alguma forma.

SOBRE UMA OCUPAÇÃO



“Moradia é um direito. Lutar por seus direitos não é crime”.

João Nakagima, Natália Reis; Quadrinho distribuído na ocupação *Faixa de Gaza*, do MTST paulista, 2013.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é investigar a cobertura jornalística feita pela *Folha de São Paulo* e pelo blog *Solidariedade à ocupação Pinheirinho* sobre a reintegração de posse do Pinheirinho. Para tanto, percorremos a discussão teórica sobre movimentos sociais, comunicação popular e o conceito de enquadramento. Depois, adaptamos a metodologia de análise de enquadramentos proposta por Robert Entman, aplicando nossa ficha de análise às matérias selecionadas no período de janeiro de 2012. Por fim, analisamos o modo como ambos veículos de comunicação enquadraram a questão e a diferença entre os quadros interpretativos transmitidos. Concluimos que a *Folha de S. Paulo* buscou descolar os moradores dos movimentos sociais e contribuiu para sua criminalização. Por outro lado, o *Solidariedade à ocupação Pinheirinho* tentou fortalecer as mobilizações dos movimentos.

Palavras-chave: Enquadramento, Pinheirinho, Folha de São Paulo, Solidariedade à ocupação Pinheirinho

ABSTRACT

This work aims to investigate the journalistic coverage by *Folha de São Paulo* and the blog *Solidariedade à ocupação Pinheirinho* about the repossession of the occupation known as Pinheirinho. To do so, we mentioned the theoretical discussion about social movements, popular communications and framing. Afterwards, we adapted the framing analysis methodology proposed by Robert Entman, applying our analysis card to the selected texts published during January 2012. In the end, we analyzed how both media framed the issue and what was the difference between those frames. We found out that while *Folha de S. Paulo* attempted to unbind inhabitants and social movements and contributed to its criminalization. On the other hand, *Solidariedade à ocupação Pinheirinho* tried to strengthen the movements' mobilization.

Keywords: Framing, Pinheirinho, Folha de São Paulo, Solidariedade à ocupação Pinheirinho

LISTA DE SIGLAS

Abin - Agência Brasileira de Inteligência

CS - Convergência Socialista

CSP-Conlutas - Central Sindical Popular - Coordenação Nacional de Lutas

EOP - Estruturas de oportunidades políticas

GCM-SJC - Guarda Civil Municipal de São José dos Campos

MNRU - Movimento Nacional pela Reforma Urbana

MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

MUST - Movimento Urbano dos Sem Teto

TIC - Tecnologias de informação e comunicação

PM-SP - Polícia Militar do Estado de São Paulo

PF - Polícia Federal

PT - Partido dos Trabalhadores

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

TMR - Teoria de Mobilização de Recursos

TNMS - Teoria dos Novos Movimentos Sociais

TPP - Teoria do Processo Político

STJ - Superior Tribunal de Justiça

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.....	74
Gráfico 2.....	75
Gráfico 3.....	103
Gráfico 4.....	104
Gráfico 5.....	128
Gráfico 6.....	129

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.....	36
Figura 2.....	70
Figura 3.....	74
Figura 4.....	95
Figura 5.....	100
Figura 6.....	101
Figura 7.....	105
Figura 8.....	112
Figura 9.....	126
Figura 10.....	127
Figura 11.....	130

SUMÁRIO

Introdução.....	14
Justificativa.....	15
Objetivos e hipótese.....	16
Estrutura do trabalho.....	18
 Capítulo 1 – Movimentos sociais urbanos e a luta pela moradia popular.....	 19
1.1 Breve definição de movimentos sociais	19
1.2 Três escolas clássicas sobre movimentos sociais	20
1.2.1 Novos desenvolvimentos nas três teorias clássicas	25
1.3 Luta pela questão da moradia: invasão ou ocupação?	29
1.3.1 Direito à cidade.....	32
1.3.2 Movimento dos Trabalhadores Sem Teto	34
1.4 A ocupação do Pinheirinho	36
 Capítulo 2 - Sem teto e sem mídia	 40
2.1 Comunicação popular e comunitária.....	40
2.2 Blogosfera.....	44
2.2.1 Breve histórico: do blog pessoal ao blog jornalístico	46
2.3 Ciberativismo	49
 Capítulo 3 - Referencial teórico-metodológico	 54
3.1 Da agenda-setting ao enquadramento.....	54
3.2 Enquadramentos na mídia: herdeiros do agendamento	58
3.3 Algumas concepções sobre enquadramentos e seus efeitos	62
3.4 R. Entman: opção teórica para análise	67
3.5 Metodologia da análise de enquadramento	72
 Capítulo 5 - Enquadramentos da Folha de S. Paulo.....	 79
5.1 Enquadramentos na narrativa da Folha de São Paulo.....	79
5.1.1 Pré-confronto na narrativa da Folha de São Paulo.....	79
5.1.2 O confronto na narrativa da Folha de São Paulo.....	81
5.1.3 Pós-confronto na narrativa da Folha de São Paulo	91

5.2 Enquadramentos na Folha de São Paulo	99
Capítulo 6 - Enquadramentos do Solidarietà à ocupação Pinheirinho....	106
6.1. Enquadramentos na narrativa do Solidarietà à ocupação Pinheirinho.	106
6.1.1 Pré-confronto na narrativa do Solidarietà à ocupação Pinheirinho.	106
6.1.2 O confronto na narrativa do Solidarietà à ocupação Pinheirinho	114
6.1.3 Pós-confronto na narrativa do Solidarietà à ocupação Pinheirinho	121
6.2 Enquadramentos no Solidarietà à ocupação Pinheirinho.....	125
Considerações finais	132
Referências bibliográficas.....	135
ANEXO	139

INTRODUÇÃO

Em janeiro de 2012 a desocupação do Pinheirinho mobilizou usuários de blogs e redes sociais contra o governo do estado de São Paulo e contra a prefeitura de São José dos Campos. Durante a reintegração de posse do terreno à massa falida da empresa Selecta S/A, do empresário Naji Nahas, surgiram diversas denúncias de abuso de poder e desrespeito aos direitos humanos. Tradicionais jornais paulistas, como *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*, sofreram fortes críticas pela resposta lenta às denúncias¹.

O Pinheirinho surgiu em 2004, quando 240 famílias ocuparam o terreno abandonado na zona sul de São José dos Campos-SP. As lideranças da ocupação foram identificadas como ligadas ao Must (Movimento Urbano Sem-Teto) e ao MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), ambos relacionados ao PSTU (Partidos Socialista dos Trabalhadores Unificado), além de sindicatos ligados a CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular – Coordenação Nacional de Lutas).

Os moradores ocuparam o terreno abandonado desde a década de 1990 pelo empresário Naji Nahas, brevemente preso em 2008 por lavagem de dinheiro. A confusão jurídica começou já em 2004, com sucessivas decisões judiciais contra a ocupação. Quando a decisão judicial pela reintegração de posse à empresa falida de Nahas saiu, em novembro de 2011, já eram mais de 6 mil pessoas.

Em 14 de janeiro, a *Folha de S. Paulo* noticiou que dezenas de pessoas haviam formado um “exército” para resistir à desocupação. No entanto o confronto com a Polícia Militar não ocorreu. O assunto volta com força à pauta do jornal em 23 de janeiro, quando a reintegração de posse acontece.

¹ Alguns exemplos podem ser encontrados nesses links: (1) <http://tribunadaimprensa.com.br/?p=30445&cpage=1>; (2) http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed724_distorcoes_e_manipulacao_na_cobertura_da_folha_de_spaulo; (3) <http://www.theguardian.com/commentisfree/cifamerica/2012/jan/24/brazil-pinheirinho-eviction-inspiration>

O caso ficou marcado nas mídias sociais por denúncias de violência policial, desrespeito aos direitos humanos e desamparo do Estado aos desabrigados. A grande imprensa brasileira foi duramente criticada, inclusive pela imprensa internacional, pela lentidão para publicar as denúncias, que pululavam na internet.

Por outro lado, alguns blogs independentes de grandes portais de notícias se esforçaram para veicular as denúncias, principalmente por serem de oposição ao governo estadual paulista e ao governo municipal de S. José dos Campos, ambos do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira).

Justificativa

Durante ocupação, as redes sociais foram inundadas por imagens, depoimentos e denúncias de desrespeito aos direitos humanos na desocupação do Pinheirinho. Acompanhei o assunto pelo *facebook* e compartilhei a indignação de milhares de pessoas que viram a ação da prefeitura de São José dos Campos e do governo de São Paulo como um *massacre*.

No início de 2013, tive oportunidade de acompanhar de perto a ocupação do Novo Pinheirinho em Taguatinga, coordenada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Em 04 de janeiro de 2013, 400 famílias ocuparam um prédio abandonado no Pistão Sul, em Taguatinga Sul, reivindicando moradia digna para as famílias e revitalização do prédio abandonado, com garantia de que seria usado para habitação popular.

O prédio, localizado próximo ao Taguatinga Shopping, pertence ao dono da empresa Jarjour Veículos e Distribuição de Petróleo, Abdalla Jarjour, estava abandonado há 23 anos. Durante o governo Arruda, em 2008, vários prédios foram desapropriados e demolidos, esse ia ser um deles. Porém, o proprietário começou uma reforma na mesma época, que durou apenas alguns meses e consistiram na pintura das vigas e de algumas paredes externas. Os moradores conseguiram manter a ocupação por 57 dias, quando a reintegração de posse foi determinada.

Durante essa ocupação, pude me aproximar das ideologias, princípios e estratégias de movimentos sociais por moradia digna. A partir de então, passei a pensar em fazer um Trabalho de Conclusão de Curso focado nessa questão. Escolhi a desocupação do Pinheirinho em São José dos Campos por que foi o primeiro caso a ter me chamado atenção, além de ter recebido mais atenção da imprensa, inclusive internacional.

Consideramos que a proposta de identificar e comparar os enquadramentos dados por um jornal de grande circulação, vinculado à chamada mídia tradicional, e por um blog ligado a movimentos sociais pode contribuir, de maneira original, com os estudos sobre as relações entre a mídia e movimentos sociais.

Objetivos e hipótese

Para este trabalho, escolhemos analisar a cobertura de dois veículos bastante diferentes: o jornal impresso *Folha de São Paulo* e o blog *Solidariedade à ocupação Pinheirinho*. Essa opção tem um motivo simples, enquanto a *Folha de S. Paulo*, jornal de grande circulação, teve sua cobertura criticada por militantes de esquerda, o *Solidariedade à ocupação Pinheirinho* tentou reforçar a visão dos movimentos sociais sobre o caso.

A reintegração de posse foi determinada pela justiça em novembro de 2011, mas apenas em janeiro de 2012 foi cumprida. Esse mês foi o de mais intensa cobertura por parte da imprensa, pois foi quando a operação policial efetivamente aconteceu. Por isso, *analisaremos os textos informativos da cobertura dos dois veículos selecionados no mês de janeiro de 2012*. Para tanto, utilizaremos uma metodologia de análise de enquadramentos adaptada das propostas de Robert Entman. Entraremos em detalhes sobre enquadramentos e nossa opção metodológica nos capítulos 3 e 4.

Partimos da *pergunta-problema* que questiona: *no que se constituíam e em que diferiam o enquadramentos textuais da Folha de S. Paulo e do blog Solidariedade à ocupação Pinheirinho?*

Nossa hipótese é de que, no processo de enquadrar o confronto entre movimentos sociais e moradores da ocupação contra Estado e forças policiais os dois veículos estudados *selecionaram*, *omitiram* e *salientaram* as informações de modo a, embora narrando o mesmo evento, transmitir quadros interpretativos únicos. No fim, definiram *problemas*, diagnosticaram *causas*, fizeram *julgamentos* e sugeriram *soluções* ou avaliaram *consequências* diferentes.

A hipótese faz referência à definição de enquadramentos de Robert Entman, que será melhor discutida no capítulo 3 deste trabalho. Embora possa se argumentar que os textos do *Solidariedade à ocupação Pinheirinho* não são jornalísticos, é certo que são noticiosos e, como argumentaremos no segundo capítulo, fazem parte da comunicação popular. Este fato é suficiente para que comparemos os quadros interpretativos das duas coberturas: mídia massiva vs. comunicação popular.

Definimos como *objetivo geral* deste trabalho: comparar os enquadramentos produzidos pela *Folha de São Paulo* e pelo blog *Solidariedade à ocupação Pinheirinho* na cobertura da desocupação do Pinheirinho. Os *objetivos específicos* estão de acordo com a definição de enquadramentos adotada: consideramos que enquadramentos são capazes de identificar problemas, diagnosticar causas, fazer julgamentos morais e sugerir soluções ou avaliar consequências sobre o assunto do texto noticioso. Além disso, esses enquadramentos são ativados pela audiência ao se relacionar com as idéias já residentes nas mentes dos receptores. Por fim, cada ator social envolvido pode influenciar a construção do enquadramento pelo jornalista. Para identificar quais enquadramentos ganham a disputa por maior influência no enquadramento, Entman (2004) propõe o modelo de ativação em cascata, que será discutido no capítulo 3. Assim, nossos *objetivos específicos* são:

- a) Identificar quais são os *problemas*, *causas*, *julgamentos* e *soluções/consequências* destacados em ambas coberturas.
- b) Sugerir quais *esquemas* formam a *rede de conhecimento* relacionada à desocupação do Pinheirinho em cada cobertura.

- c) Sugerir como acontece a *ativação em cascata* de cada cobertura.

Estrutura do trabalho

No primeiro capítulo, faremos um breve resumo das principais teorias sobre movimentos sociais, a partir da década de 1960, e dos seus desenvolvimentos na década de 1990. Também demonstramos a noção de direito à cidade dentro de uma perspectiva jurídico-institucional e a importância dela para os movimentos sociais por moradia digna, além de destacar as principais formas de ação direta no repertório destes. Também introduzimos o leitor à ocupação do Pinheirinho.

Depois, no capítulo 2, discutiremos os conceitos de comunicação popular e alternativa e sua inserção na internet, principalmente com a ferramenta blog. Então, falaremos sobre as diversas formas de ativismo *online* e suas influências nos movimentos sociais contemporâneos.

O capítulo 3 é dedicado à ao conceito de enquadramento, que dirige este trabalho. Para chegarmos até ela, passaremos pela teoria de agenda-setting. Depois, mostraremos diversos conceitos de enquadramentos para, finalmente, demonstrarmos quais concepções nós adotamos neste trabalho.

Em seguida, demonstramos a metodologia utilizada para analisar o objeto de pesquisa, adaptada principalmente a partir de Entman. No capítulo 5 analisamos a narrativa da cobertura dos dois veículos escolhidos. Finalmente, concluímos com considerações finais sobre a qualidade jornalística das coberturas e sobre a importância da diversidade de enquadramentos.

CAPÍTULO 1 – MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS E A LUTA PELA MORADIA POPULAR

1.1. Breve definição de movimentos sociais

Este trabalho não se propõe a fazer uma discussão profunda sobre as teorias dos movimentos sociais. Portanto, nos limitaremos a fazer uma breve exposição das teorias mais destacadas e que definiram o campo a partir da década de sessenta e seus desenvolvimentos mais recentes.

Diani (1992, apud ALONSO, 2009) define movimentos sociais como: “redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajadas em conflitos políticos ou culturais, com base em identidades coletivas compartilhadas” (p. 73).

Maria da Glória Gohn traça as principais características dos movimentos sociais. Segundo a autora, eles:

Historicamente se observa que eles têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade; apresenta conjuntos de demandas via práticas de pressão/mobilização; têm certa continuidade e permanência. Eles não são apenas reativos, movidos só pelas necessidades (fome ou qualquer forma de opressão), pois podem surgir e se desenvolver também a partir de uma reflexão sobre sua própria experiência. (GOHN, 2010, p. 16).

Outra possível definição parte de Abers e von Bülow (2011). Segundo elas, movimentos sociais são uma "forma de ação coletiva sustentada, a partir da qual atores que compartilham identidades ou solidariedade enfrentam estruturas sociais ou práticas culturais dominantes" (p. 53).

Em outro momento, Gohn (2003) sugere que movimentos sociais são “ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (p. 13). Esses movimentos acessam repertório de estratégias de ações concretas que inclui, por

exemplo: denúncia, mecanismos de pressão direta, como mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbio da ordem pública e desobediência civil, e mecanismos de pressão indireta. Segundo ela, os principais movimentos de hoje atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais.

1.2. Três escolas clássicas sobre movimentos sociais²

Alonso (2009) menciona as três principais teorias que dirigiram o debate sobre movimentos sociais a partir da década de 1960, a partir das mudanças nas próprias mobilizações, antes voltadas para questões de classe e protagonizadas pelo chamado proletariado. As novas mobilizações se baseavam em gênero, etnia e estilos de vida, e eram protagonizadas por jovens, mulheres, estudantes e profissionais liberais de classe média. Segundo ela, continuavam a ser movimentos – “ações coordenadas de mesmo sentido acontecendo fora das instituições políticas” (p. 51) – mas não falavam mais de condições de vida ou redistribuição de recursos, em sim de qualidade de vida e a diversidade de formas de vivê-la. Essas três principais teorias são a Teoria de Mobilização de Recursos (TMR), Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). Falaremos brevemente da concepção de movimentos em cada uma delas.

A TMR surge nos Estados Unidos da América em fins da década de 1970 com o objetivo de explicar o processo de mobilização dos movimentos sociais, visto como mais importante do que identificar suas razões. Negando teorias anteriores que viam movimentos sociais como turbas de pessoas guiadas pela emoção, McCarthy e Zald (1977, apud ALONSO, 2009) disseram que a decisão de agir era “ato de deliberação individual, resultado de cálculo racional entre benefícios e custos” (p. 52). A partir de então, a ação coletiva dependeria da disponibilidade de recursos materiais, financeiros e infraestrutura, e recursos humanos, ativistas e apoiadores, além de organização e coordenação entre esses indivíduos. Argumentavam que por conta da racionalidade política, os movimentos

² Este subtítulo tem como base o trabalho de Alonso (2009).

sociais tenderiam a se burocratizar, hierarquizar, especializar seus membros, e transformar seus líderes em espécies de gerentes responsáveis por administrar os recursos e coordenar as ações (MCCARTHY e ZALD, 1977, apud ALONSO, 2009). De modo geral, a TMR “privilegia a racionalidade e a organização e nega relevo a ideologias e valores” (p. 53), deixando a cultura de lado. Também não se preocupa com a formação de uma identidade coletiva, e não vincula os movimentos sociais a macroestruturas.

Para preencher essa lacuna, as outras duas teorias procuram combinar os aspectos políticos com os aspectos culturais dos movimentos sociais, em maior ou menor grau. A TPP é considerada uma teoria da mobilização social, enquanto a TNMS é vista como uma teoria da mudança cultural.

Para se entender a TPP, é necessário compreender o que os autores chamaram de *estruturas de oportunidades políticas* (EOP): novos canais de reivindicação para grupos sociais fora das elites políticas, abertos quando à mudanças nas dimensões formais e informais do ambiente político. Segundo Tarrow (1998, apud ALONSO, 2009): “em EOP favoráveis, grupos insatisfeitos organizam-se para expressar suas reivindicações na arena pública” (p. 55). Na TPP, a coordenação entre os indivíduos também é crucial para a formação de um ator coletivo – por contraste, durante o movimento contencioso:

A coordenação depende de solidariedade, produto de *catnet*, isto é, da combinação entre o pertencimento a uma categoria (*catness*) e a densidade das redes interpessoais vinculando os membros do grupo entre si (*netness*) (TILLY, 1978, apud ALONSO, 2009, p. 55).

Para essa solidariedade gerar ação é necessária que haja *estruturas de mobilização*: recursos formais (organizações civis, por exemplo) e informais (redes sociais, por exemplo). “A mobilização é, então, o processo pelo qual um grupo cria solidariedade e adquire controle coletivo sobre os recursos necessários para sua ação” (ALONSO, 2009, p. 55). Mas a principal questão é que o movimento social só surge diante de oportunidades políticas favoráveis, segundo os autores da TPP.

De acordo com concepções de autores dessa teoria, a mobilização é definida pela “interação contenciosa” (conflito) entre duas partes: uma delas ocupa o Estado e outra representa a sociedade – tudo momentaneamente. Ou seja, existem os “detentores de poder” (*polity*), que controlam o governo, e os “desafiantes”, que “visam obter influência sobre o governo e acesso aos recursos controlados pela *polity*” (ALONSO, 2009, p. 56).

Para que esses atores façam suas reivindicações, eles acessam um “repertório” de ações diretas. Esse conceito tem extrema importância para a TPP – segundo ela, é “bastante exíguo o conjunto de formas de ação política disponíveis para os agentes em determinada sociedade” (ALONSO, 2009). Para Tilly (1995, apud ALONSO, 2009) repertório é uma série de procedimentos aprendidos, compartilhadas e colocados em ação depois de uma escolha relativamente deliberada.

Os agentes, em meio ao processo de luta, escolheriam dentre as maneiras convencionalizadas de interação presentes no repertório aquelas mais adequadas à expressão de seus propósitos. Isto é, os agentes atribuíram o sentido às formas, que pode ser tanto de contestação quanto de reiteração da ordem. É o caráter vazio, sem semântica, do repertório que permite sua partilha entre atores opostos. Isto é, o repertório de ação coletiva não é peculiar a um grupo, mas a uma estrutura de conflito (ALONSO, 2009, p. 58).

Autores como Alain Touraine, Jürgen Habermas e Alberto e Melucci contribuíram para formação da Teoria dos Novos Movimentos sociais (TNMS), que buscou dar uma interpretação cultural. Alonso (2009) afirma que estes três autores tinham argumentos um tanto diferentes, porém com a mesma idéia central. Alain Touraine, Jürgen Habermas e Alberto Melucci dizem que a dominação do capitalismo saiu das relações produtivas e do trabalho e passou a ter novo foco na “produção e controle de informação e na intervenção nas relações sociais” (ALONSO, 2009, p. 63). Touraine chama o novo padrão de sociedade de sociedade pós-industrial. Para ele, o conflito deixou de fazer parte apenas das relações econômicas e avançou para a vida privada, ganhando dimensões simbólicas. Portanto os movimentos sociais perdem sua dimensão predominantemente classista: os novos atores passam a ser grupos marginalizados pela sociedade, e não classes.

Retomando o conceito de sociedade civil, *locus* externo ao Estado e ao mercado, Touraine diz que o objetivo dos novos movimentos sociais não é combater o Estado nem conquistá-lo – suas demandas são voltadas a persuadir a sociedade civil. Segundo Alonso:

Os movimentos sociais nasceriam na sociedade civil e, portadores de uma nova “imagem da sociedade”, tentariam mudar suas orientações valorativas. Os movimentos sociais aparecem, então, como o novo ator coletivo, portador de um projeto cultural. Em vez de demandar democratização política ao Estado, demandariam uma democratização social, a ser construída não no plano das leis, mas dos costumes; uma mudança cultural de longa duração gerida e sediada no âmbito da sociedade civil (ALONSO, 2009, p. 61).

Já para Habermas (1981, apud ALONSO, 2009) os movimentos sociais estariam em uma nova zona de conflito, afetada pelo que chama de *colonização do mundo da vida*. A essência dos movimentos seria resistir “à padronização e à racionalização das interações sociais e em favor da manutenção ou expansão de estruturas comunicativas, demandando qualidade de vida, equidade, realização pessoal, participação, direitos humanos” (ALONSO, 2009, p. 62).

A concepção de Melucci confirma que as relações pessoais (esfera privada) configuram novas zonas de conflito. Segundo o autor, movimentos sociais são uma forma de resistência “aos rumos do desenvolvimento socioeconômico e em busca da reapropriação de tempo, espaço e relações cotidianas. Contestações “pós-materialistas”, com motivações de ordem simbólica e voltadas para a construção ou o reconhecimento de identidades coletivas” (ALONSO, 2009, p. 64).

Para explicar a formação da ação coletiva a partir dessas identidades coletivas ao se comunicar, produzindo e negociando significados, avaliando e reconhecendo o que têm em comum e tomando decisões: “identidade coletiva é uma definição interativa e compartilhada produzida por numerosos indivíduos e relativa às orientações da ação e ao campo de oportunidades e constrangimentos no qual a ação acontece” (MELUCCI, 1988 apud ALONSO, 2009, p. 65).

No fim das contas, para Melucci os movimentos sociais não são *agente*, e sim *forma* de ação coletiva surgida a partir de um “campo de oportunidades e constrangimentos que possui organização, lideranças e estratégia” (ALONSO, 2009, p. 66). Por meio de redes de relacionamento, grande parte da ação dos movimentos estaria voltada para o processo de construção de uma identidade coletiva. Em resumo, a partir das idéias desses autores, Alonso afirma que:

Os novos movimentos sociais seriam, então, antes grupos ou minorias que grandes coletivos. Suas demandas seriam simbólicas, girando em torno do reconhecimento de identidades ou de estilos de vida. Recorreriam à ação direta, pacífica, baseada numa organização fluída, não hierárquica, descentralizada, desburocratizada. Não se dirigiriam prioritariamente ao Estado, mas à sociedade civil, almejando mudanças culturais no longo prazo (ALONSO, 2009, p. 67).

A autora fala das novas mudanças relacionadas aos movimentos sociais, envolvidos agora em lutas transnacionais e com ativismo profissionalizado, muitas vezes se burocratizando. Com essa nova configuração, Castells (1996 apud ALONSO, 2009) diz que, nas sociedades em rede, “as identidades coletivas e a própria globalização se tornariam os principais focos de mobilização, levada a cabo por meio de redes de comunicação baseadas na mídia e em novas tecnologias (p. 75)”. Enquanto isso, TNMS caminhou para se tornar teoria predominantemente da sociedade civil. Por outro lado, a TPP se reformulou para afirmar que movimentos sociais fazem parte de uma forma de ação contenciosa: os atores políticos escolhem “formas mais ou menos violentas, mais ou menos organizadas, conforme sua apreensão das estruturas de oportunidades” (ALONSO, 2009).

A autora elenca cinco novas concepções de movimentos sociais que trouxeram a cultura para o cerne da discussão. Destacamos as duas mais interessantes para nosso trabalho. A primeira enfatiza a capacidade dos atores políticos individuais recorrem deliberadamente a um repertório de estratégias de ação:

A cultura seria uma caixa de ferramentas, composta por símbolos, rituais e visões de mundo, que só adquiririam sentido pelo uso, isto é, quando mobilizados para orientar ações. A cultura se relaciona com a ação política em chave pragmática: como estruturadora dos processos de seleção, interpretação, reinvenção e uso intencional de significados por agentes uns contra outros, a partir de um repertório comum (ALONSO, 2009, p. 79).

A outra estabelece relação com um conceito importante do ponto de vista da comunicação (especialmente dos estudos de jornalismo): o conceito de *frame* de Erving Goffman, o definindo como "quadros interpretativos que simplificam e condensam o "mundo exterior", destacando, codificando e selecionando objetos, situações, acontecimentos, experiências e sequências de ações" (ALONSO, 2009, p. 78). As mobilizações seriam culturalmente baseadas em *esquemas*, "modelos mentais compartilhados, usados para perceber, processar e armazenar informações" (DIMAGGIO, 1997 apud ALONSO, 2009, p. 78). Com isso, a Alonso afirma que as disputas políticas passam a ser simbólicas, pois os movimentos sociais reduzem a complexidade social a quadros interpretativos favoráveis a suas reivindicações.

1.2.1. Novos desenvolvimentos nas três teorias clássicas

Os desenvolvimentos recentes da TNMS trouxeram a noção de sociedade civil autolimitada, reafirmando que a sociedade civil deve estar afastada tanto do Estado quanto do mercado, para que comunicação livre, respeito mútuo e a autonomia da esfera pública estivessem garantidos. Isso por que os indivíduos devem ter liberdade comunicativa para a discussão livre dos problemas sociais e políticos e formação da vontade e opinião pública - tudo com objetivo de construir soberania popular.

Portanto, segundo Abers e von Bülow (2012), autores como Cohen, Arato e Habermas se preocupam com a colonização da sociedade civil pelo poder econômico. Críticos dizem que essa concepção está descolada da sociedade. Não

são apenas os grupos que atuam longe de Estado e mercado, sem relações conflituosas, que devem ser considerados no estudo dos movimentos sociais.

Enquanto a TNMS e seus desenvolvimentos continuaram a enfatizar a reciprocidade e comunicação livre nos movimentos sociais, pesquisadores influenciados pela TPP continuaram a destacar a política do conflito. Tarrow e Tilly, junto com McAdams (2001 apud ABERS e VON BÜLOW) avançaram suas próprias interpretações e, deixando de lado o conceito de EOP, os autores deram importância ao mecanismo de atribuição de oportunidades políticas e de apropriação de recursos:

Não existe, portanto, uma estrutura de oportunidades políticas objetiva, a partir da qual todos os movimentos sociais reagiriam de forma similar, mas sim uma interpretação das mudanças no contexto da ação (ABERS e VON BÜLOW, 2011, p. 61).

Segundo as autoras, esses sociólogos também pecam ao demonstrar uma visão estreita da política, em termos da relação com governos (ABERS e VON BÜLOW, 2011) e excluindo outras formas de ação coletiva.

As autoras mencionam do caso específico de movimentos sociais brasileiros que muitas vezes desafiam as concepções apresentadas por essas duas principais correntes de estudo sobre movimentos sociais. No Brasil, segundo ela, as redes de movimentos sociais muitas vezes cruzam as fronteiras entre Estados e sociedade civil, e é necessário analisar os vínculos com partidos políticos ou participação na gestão estatal. Abers e von Bülow destacam a presença de movimentos sociais em espaços decisórios com objetivos de influenciar políticas públicas e criar novos espaços participativos para diálogo entre sociedade e Estado, mas não só isso: "a incorporação de ativistas de movimentos sociais em cargos governamentais e a formação de novos movimentos sociais a partir da interlocução entre ativistas dentro e fora do Estado" (ABERS e VON BÜLOW, 2011, p. 65). Segundo elas, esse não é necessariamente um sinal de cooptação ou perda de autonomia.

Nesse sentido, Gohn (2003) argumenta que os movimentos populares criaram, ampliaram ou fortaleceram a construção de redes sociais. Destacando os movimentos por moradia, ela diz que os movimentos foram capazes de desenvolver redes com outros sujeitos sociais, além de redes dentro do próprio movimento social. Mas aconteceram também alterações na dinâmica interna desses movimentos: enquanto alguns elementos, como frequentes contestações às políticas públicas, foram deixados de lado, outros foram incorporados às suas identidades coletivas. Assim, saíram de um nível apenas reivindicatório e passaram a ser mais propositivos (GOHN, 2003).

Ao utilizar as concepções de movimentos sociais das principais teorias apresentadas nesse capítulo, temos dois problemas: esse tipo de ação dos movimentos sociais a partir da visão da sociedade civil desrespeita o conceito de autolimitação; também não se encaixa na perspectiva da política do conflito, pois para eles a relação entre Estado e movimentos sociais é sempre conflituosa (ABERS e VON BÜLOW, 2011).

Por isso as autoras trazem um debate teórico que ganhou força ao longo da década de 1990 e analisa movimentos sociais a partir de redes de atores políticos e ação coletiva. Movimentos sociais se caracterizariam pela "formação de unidades diversificadas e autônomas, as quais se manteriam em contato por meio de redes de comunicação" (MELUCCI, 1996 apud ABERS e VON BÜLOW, 2011, p. 72). Diani (1992 apud ABERS e von BÜLOW) afirma que movimentos sociais seriam "uma rede de interações informais entre indivíduos e organizações que se orientam de forma conflituosa em relação a um adversário definido e têm uma identidade compartilhada" (p. 73).

Com o objetivo de diferenciar movimentos sociais de outras ações coletivas, Diane e Bison ([2004] 2010 apud ABERS e VON BÜLOW 2011) elencam seis tipos de processos de ação coletiva: "organizações de consenso, organizações de conflito, coalizões de consenso, coalizões de conflito, movimentos de consenso e movimentos sociais" que variam de acordo com três variáveis dicotômicas: "presença ou ausência de orientação para o conflito, com adversários claramente identificados; trocas informais densas ou esparsas entre indivíduos ou

organizações; e identidade coletiva fraca ou forte" (p. 76). Segundo eles, movimentos sociais têm redes baseadas em vínculos informais *densos*, identidade coletiva *forte* e orientação para *conflito* com alvos específicos.

Os movimentos sociais responsáveis pelos eventos narrados neste trabalho se encaixam, em grande medida, nos desenvolvimentos teóricos da TPP. É por isso que concordamos com Pereira (2012) ao afirmar que o conflito é o elemento central dos processos políticos – e que a tensão entre democracia e movimentos sociais é necessária. Segundo o autor, o papel dos movimentos sociais é “promover a democratização das relações sociais dentro da sociedade civil, através da redefinição de papéis, normas, identidades (individuais e coletivas), conteúdo e modos de interpretação de discursos existentes nesta esfera” (p. 79).

Assim, a entrada de novos atores na esfera política e a mudança de discursos políticos - "de forma a levarem em conta novas identidades, necessidades, interpretações e normas" (p. 79) - seria fundamental para uma sociedade civil democrática. O conflito serve então para forçar a entrada de temáticas no espaço público através do uso da mídia e da influência da opinião pública.

Pereira (2012) afirma que os movimentos sociais precisam avaliar quais estratégias são mais apropriadas para promover as mudanças sociais desejadas por eles: disruptivas ou moderadas? Como movimentos sociais não têm acesso a recursos institucionais que permitam que seus objetivos sejam alcançados, a melhor forma de ação é disruptiva: ações violentas, greves, manifestações, ocupações.

Para o autor, movimentos sociais são "atores fundamentais na construção de espaços deliberativos de forma a manter uma postura crítica em relação às instituições públicas, procurando tematizar novas questões que serão analisadas e comparadas com as propostas já existentes, colaborando, assim, com o processo de aprofundamento democrático" (PEREIRA, 2012, p. 81). Sua argumentação é fortalecida ao dizer que movimentos sociais buscam se organizar em redes horizontalizadas (e não hierarquicamente), com participação (e não delegação) e construção de consensos (em vez de voto majoritário). Pereira afirma que essa

cultura democrática pode ser exportada para as redes de relacionamento das quais os militantes do movimento fazem parte e também contaminar os processos políticos nas quais o movimento social esteja presente.

O autor enfatiza a importância das ações coletivas de conflito ao explicitar a capacidade que elas têm em "trazer para o centro da arena política indivíduos que a princípio não teriam acesso aos canais institucionais para alcançarem seus objetivos, e que, por isso, entram em conflito com as autoridades e as elites para consegui-los" (TARROW, 1998 apud PEREIRA, 2012, p. 82).

O conceito de repertório aparece também aqui: segundo o autor, os indivíduos que não têm acesso aos meios institucionais atuam coletivamente para pressionar o sistema político através de várias formas de ação coletiva. Essas formas estão "inscritas na história de um determinado movimento ou de uma determinada sociedade, sendo socialmente comunicadas, permitindo que rotinas específicas sejam seguidas cada vez que um movimento social se mobilize" (PEREIRA, 2012, p. 82).

Por fim, Pereira (2012) argumenta que a melhor forma de buscar o aperfeiçoamento democrático é reforçar o conflito entre movimentos sociais e sistema político para que os movimentos sociais possam chamar atenção da sociedade para suas reivindicações, pressionando o sistema político a promover mudanças. É justamente esse o objetivo da ação mais destacada dos movimentos sociais urbanos por moradia digna: as ocupações.

1.3. Luta pela questão da moradia: invasão ou ocupação?

Gohn (2003) aponta mudanças nos movimentos populares urbanos. Ela divide a luta pela moradia em quatro eixos: uma luta institucionalizada, como a que conseguiu a aprovação do Estatuto da Cidade; outra que migrou para a militância em ONGs ou projetos em parceria com o poder público; a protagonizada pelos moradores de rua, movimentos mais desorganizado por causa da característica flutuante dessas pessoas; e a que importa para esse trabalho, os movimentos sociais de luta por moradia que adotaram práticas antes relacionadas

a movimentos rurais. A realização de ocupações em áreas próximas a grandes centros urbanos, como prédios ociosos ou abandonados, foi capaz de criar fatos políticos novos que pressionaram o Estado a elaborar políticas públicas para regularizar essas ocupações.

Tatagiba et al argumentam que os movimentos sociais por moradia digna surgem diante da negação de um direito básico de cidadania, o direito de morar. "A afirmação desse direito reconhece uma carência coletiva e, ao mesmo tempo, denuncia e aciona um campo de conflitos atualmente muito evidente nas disputas envolvendo o direito à moradia" (TATAGIBA et al, 2012, p. 400).

Segundo Tatagiba et al (2012) o movimento por moradia demonstrou, diante das interações conflitivas com o Estado, capacidade de diversificar suas estratégias de ação direta a partir de oportunidades e constrangimentos impostos pela conjuntura. Para os autores, os movimentos criaram práticas que foram adicionadas ao repertório de ação dos movimentos, entre as quais se destacam: *ocupação de prédios e terrenos ociosos ou abandonados*; participação em espaços institucionais, como conselhos habitacionais; luta por moradia nos centros; e construção por mutirão autogestionário. A primeira estratégia nos interessa especialmente.

Esses autores consideram que o movimentos de moradia se constitui em ator coletivo a partir do compartilhamento de práticas e valores que substanciam um projeto político. Esse ator coletivo acessa um repertório de ação coletiva - conceito retirado da TPP, definido como "campo limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e executadas através de um processo relativamente deliberado de escolha" (TILLY, 1995 apud TATAGIBA et al, 2012, p. 401) - pertencente à memória anterior coletiva e transformado pelos atores do presente através das lutas atuais (TATAGIBA et al, 2012).

Ao mencionar os movimentos de sem-teto no centro de São Paulo, Neuhold (2008) aponta que os cortiços são a mais antiga modalidade de habitação proletária, e que desde o início houve esforço do Estado para criar instrumentos econômicos, ideológicos e político para reprimir e controlar os moradores. Expulsos do centro da cidade, restou aos trabalhadores se deslocarem para área

periféricas e criar favelas e casas construídas em loteamentos sem infraestrutura - além disso, habitações coletivas de aluguel continuam a abrigar boa parte da população. Segundo a autora, foi nessa época que grupos formados por moradores nessa situação se reuniram em movimentos de sem-teto e "passaram a ocupar imóveis abandonados na área central, reivindicando que fossem reformados ou reciclados para servirem como moradia popular" (NEUHOLD, 2008, p. 3).

Ao mesmo tempo em que esses movimentos populares se constituíam, o poder público desenvolveu várias propostas de revitalização/requalificação do centro da cidade, segundo Neuhold (2008) com objetivo de afastar os moradores, em processo de *gentrification*³.

A ação direta ocupação foi utilizada pelos movimentos sociais de sem-teto desde seu início como tentativa de diálogo com o poder público, pressionando para formulação de política habitacionais, cumprimento da função social da propriedade urbana e direito à moradia digna na região central. Embora não tenham conseguido conquistar a opinião pública, foram capazes de pautarem esses temas na agenda da sociedade (NEUHOLD, 2008).

Desde o início da década de 1990 a utilização da Polícia Militar para conter as manifestações dos sem-teto foi corriqueira por parte do poder público em São Paulo, "desqualificando as demandas que vinham sendo construídas (pelos movimentos sociais) e destituindo suas garantias de expressão pública e política" (NEUHOLD, 2008, p. 7). Enquanto o poder público negou diálogo e anulou a reivindicação de direitos, os movimentos sociais não raro resistiram às reintegrações de posse, culminando em confrontos violento com policiais.

No geral, o objetivo dos movimentos sociais de sem-teto atuantes no centro de São Paulo foi a busca do *direito à cidade*: além de "questionar a localização das políticas habitacionais para a população de baixa renda na periferia" (p. 7), sempre disputaram "publicamente a legitimidade de morarem no centro e, em um

³ A autora define *gentrification* como a "reconquista do coração das cidades pelas camadas dominantes" (p. 5), pois depois de revitalizados e revalorizados os imóveis se tornariam inabitáveis para seus antigos moradores.

contexto mais amplo, a exigir a possibilidade de participação na discussão sobre os projetos de intervenção naquela região" (NEUHOLD, 2008, p. 8).

1.3.1. Direito à cidade

Trindade (2012) propõe uma visão institucional e jurídica sobre o conceito de direito à cidade, de Henri Lefebvre. Para Lefebvre, o direito de experimentar e usufruir tudo que a cidade tem a oferecer precisa ser conquistado na luta contra a sociedade capitalista. O autor explica que direito à cidade é o direito:

"[...] à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais etc. A proclamação e a realização da vida urbana como reino do uso (da troca e do encontro separados do valor de troca) exigem o domínio do econômico (do valor de troca, do mercado e da mercadoria) [...]" (LEFEBVRE, [1968] 2008 apud TRINDADE, 2012, pp. 142-145).

Segundo o autor, Lefebvre considera a cidade como espaço de encontros conflituosos. Portanto o urbanismo segregacionista teria atuado contra a cidade por anular a coisa mais característica da vida urbana: "os espaços de encontro e de convívio das diferentes classes e grupos sociais" (TRINDADE, 2012, p. 142). Em verdade, o autor acusa não apenas o capitalismo mas também o Estado, atuando em prol de interesses individuais:

"[...] o ordenamento legal desempenhou historicamente uma ação decisiva na produção e na reprodução das desigualdades sociais na América Latina, incluindo-se aí o padrão excludente e concentrador de riqueza da urbanização na região, cujos efeitos gerais são bem conhecidos: segregação socioespacial, exclusão territorial e degradação urbanístico-ambiental, punindo em especial as camadas empobrecidas da sociedade. Daí a importância de se construir uma crítica dessa ordem legal, já que uma ampla reformulação da mesma é condição *sine qua non*

para a produção de cidades mais justas e menos desiguais do ponto de vista socioespacial” (TRINDADE, 2012, pp. 143-144).

Para o autor, o maior instrumento jurídico na luta pelo direito à cidade dentro do Estado liberal-burguês brasileiro é o Estatuto da Cidade, lei aprovada em 2001 que regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988. Na constituição, esses artigos foram responsabilidade do Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), que articulava forças históricas pela reforma urbana. O movimento elaborou a Emenda Popular de Reforma Urbana, subscrita por 130 mil eleitores. Embora não aprovada em sua totalidade, o artigos decorrentes dela introduziram os princípios da função social da cidade e da propriedade urbana.

O autor avalia que embora o princípio da função social da propriedade sempre esteve presente no ordenamento legal brasileiro, as interpretações jurídicas sempre foram baseadas no direito irrestrito à propriedade. Então, ainda que o Estatuto da Cidade⁴ estabeleça "normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental" (BRASIL, 2001. p. 1), sua aplicação ainda é deficiente.

Trindade argumenta que a defesa exagerada do direito à propriedade privada estimulou a prática da especulação imobiliária, definida por ele com a "retenção de terra e imóveis em razão da expectativa de sua valorização futura" (TRINDADE, 2012, p. 147).

Portanto, nesse cenário existem dois atores em pólos opostos: de um lado, as grandes propriedades urbanas não desempenham função social, mas econômica, de enriquecimento de seus donos; do outro lado, as camadas pobres são privadas de participar do mercado habitacional, precariamente ocupando áreas periféricas (TRINDADE, 2012).

De todo modo, os participantes de movimentos sociais de sem-teto não costumam têm *direito à moradia*. Porém, não têm *direito à cidade*: "segmentos mais pobres podem ocupar áreas na cidade, mas apenas determinadas áreas"

(TRINDADE, 2012, p. 148). Significa dizer, basicamente, que no plano estatal/mercadológico de habitação, trabalhadores são empurrados para fora do centro da cidade e privados do acesso às melhores localizações, a não ser para trabalhar. Direito à cidade é o direito de usufruir de todas as vantagens que a cidade tem a oferecer.

Trindade (2012) defende a impossibilidade de garantir o direito à cidade sem que o Estado desenvolva uma política de defesa dos interesses coletivos, colocando um limite aos interesses individuais de propriedade. É reconhecer a função social da propriedade urbana e, portanto, regular seu uso e coibir a especulação imobiliária. Para o autor, é nesse sentido que surge o Estatuto da Cidade.

O estatuto determina que o Estado deve usar certos dispositivos jurídicos, inclusive desapropriar imóveis que não cumprem sua função social (com as devidas restituições). A questão é que essa legislação não vai contra a lógica capitalista, e sim reconhece a propriedade privada - porém impõe limites a sua utilização (TRINDADE, 2012).

1.3.2. Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) é um movimento popular por moradia digna surgido no final da década de 1990, ligado ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e a organização "Resistência Urbana - Frente Nacional de Movimentos", e constituído por pessoas que moram em periferia em situação precária ou de risco, por isso se afirmam um movimento territorial dos trabalhadores. Em sua cartilha de princípios, afirmam:

Não é nem nunca foi uma escolha dos trabalhadores morarem nas periferias; ao contrário, o modelo de cidade capitalista é que joga os mais pobres em regiões cada vez mais distantes. Mas isso criou as condições para que os trabalhadores se organizem nos territórios periféricos por uma série de reivindicações comuns. Criou identidades coletivas dos

⁴ Texto do Estatuto da cidade: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm

trabalhadores entorno destas reivindicações e de suas lutas (MTST, 2013, p. 2).

O movimento identifica claramente o capitalismo como inimigo. Segundo eles, o maior objetivo é a luta contra o capital e contra o Estado. O direito à moradia digna não é a única bandeira do movimento; a cartilha elenca também uma série de direitos que deve ser garantidos aos trabalhadores pelo Estado: direito à educação, saúde, transporte coletivo, infraestrutura e outras necessidades. Por isso, o movimento diz que luta por Reforma Urbana, que é, basicamente, a realização do direito à cidade.

As formas de ação do MTST se distanciam dos movimentos que atuam em participação institucional, são listadas como formas de ação de direta principais bloqueio de rodovias e ocupações. Para nós, o interesse está no segunda, pois o movimento organizou várias ocupações pelo país, inclusive a do Pinheirinho.

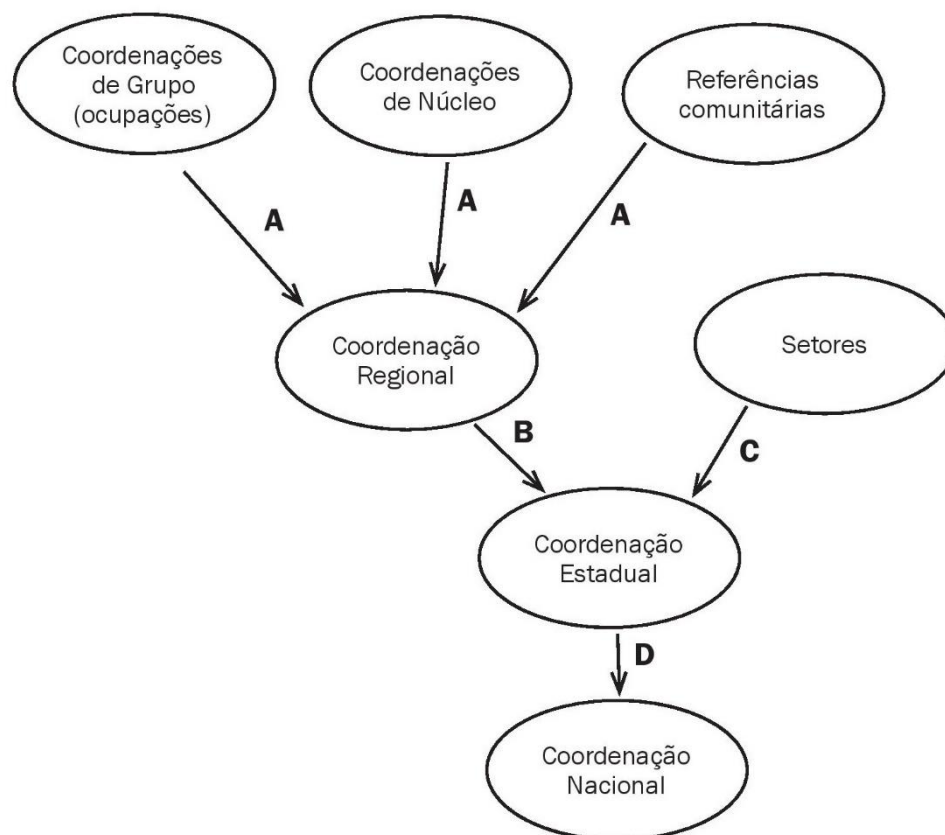
Destacando a importância das ocupações, a Cartilha enumera as principais metas: a formação de novos militantes, organização e mobilização coletiva, territorialização e conquista das comunidades por meio do relacionamento com moradoras e moradores.

O MTST deixa claro sua face marxista-leninista em seus princípios organizativos. Os militantes podem se posicionar e debater suas propostas, e as decisões são tomadas coletivamente, porém depois dessa tomada de decisão, todos os militantes precisam agir de acordo com ela - princípio do centralismo democrático. Além disso, só têm o direito de decidir que participar ativamente e assumir tarefas. O militante também precisa adotar valores socialistas e não pode reproduzir opressões machistas, racistas ou homofóbicas nem valores individualistas.

O movimento é organizado em torno de três tipos de coletivos: os coletivos políticos (Coordenação Nacional e Coordenações Estaduais), responsáveis por tomar as decisões políticas; coletivos organizativos, com a função de tomar decisões e executar tarefas de construção do movimento; e coletivos territoriais (Coordenações de acampamento, de núcleos e Coordenações Regionais), que organizam o trabalho territorial e a relação com a base, além de organizar as

ocupações e espaços de atuação em geral. O diagrama a seguir, reproduzido a partir da Cartilha de princípios, mostra a idéia de organização:

Figura 1 – Diagrama de organização do MTST



Fonte: reprodução da Cartilha do MTST, 2013.

1.4. A ocupação do Pinheirinho

O Pinheirinho é uma área de 1,3 milhões de metros quadrados localizada em São José dos Campos, São Paulo. Foi governada de 1994 até o fim de 2012 pelo Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB), até ser derrotado, nesse ano, pelo candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), eleito em primeiro turno. Em 2008, o prefeito na época da desocupação do Pinheirinho, Eduardo Cury (PSDB) havia sido reeleito no primeiro turno com 187.930 votos (56,27% do

eleitorado), tendo como segundo colocado, com 40,25% dos votos (134.428) Carlos José de Almeida, candidato do PT. Antônio Donizete Ferreira (PSTU), uma das lideranças do Pinheirinho e advogado dos moradores durante a desocupação, foi o terceiro e último colocado com 11.602 votos, totalizado 3,47% dos votos válidos. O candidato a vereador mais bem votado, embora não eleito, do PSTU foi Valdir Martins de Souza, do Must, com 1792 votos. O último vereador eleito recebeu 2556 votos⁵.

O PSTU tem força considerável na cidade de São José dos Campos, tendo controle de vários sindicatos, por meio da CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular - Coordenação Nacional de Lutas), inclusive um dos mais poderosos, o Sindicato dos Metalúrgicos. O partido surgiu depois da expulsão da corrente trotskista Convergência Socialista (CS) do PT, em 1992.

Segundo Andrade (2010), em 2008 o acampamento do Pinheirinho tinha dez mil pessoas, embora a prefeitura só contasse 2100 pessoas em 891 barracos. A área ocupada pertence ao grupos Selecta Comércio e Indústria, de propriedade de Naji Nahas, "que pulverizou suas propriedades no nome do grupo quando foi acusado de crime contra o sistema financeiro em 1989 - caso em que acabou absolvido" em 2009 (ANDRADE, 2010, p. 69).

Nahas também foi brevemente preso durante a operação Satiagraha, da Polícia Federal (PF), contra o desvio de verbas públicas, corrupção e lavagem de dinheiro. Várias pessoas ligadas aos negócios do banqueiro Daniel Dantas foram presas. Segundo a PF, Dantas e Nahas operavam duas organizações diferentes com o mesmo objetivo: praticar crimes contra o mercado financeiro. Posteriormente a operação foi anulada em sua totalidade pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), por considerar ilegal a participação de agentes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e investigadores particulares na obtenção de provas.

Andrade (2010) afirma que, além das 1843 famílias residentes naquele ano, mais duas mil pessoas esperavam na lista de espera - criada para evitar a expansão desenfreada da ocupação. O terreno havia sido dividido em lotes de

⁵ Informações disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

10x25 metros e em chácaras de 3 mil m², onde eram criados animais e cultivadas verduras. Além disso, mais de cem estabelecimentos comerciais funcionavam na região, incluindo bares, mercados e padarias.

A ocupação era dividida em 14 setores, cada um com um coordenador com responsabilidade de organizar reuniões semanais, "de resolver pequenos desentendimentos entre vizinhos, de explicar as regras de convivência para os novatos, de divulgar oportunidades de emprego e cursos técnicos gratuitos, de gerenciar mutirões, de cadastrar os moradores, de cobrar a presença nas assembleias de sábados e nas reuniões extraordinárias, bem como, a contribuição pedida pelo movimento, entre outras tarefas contingentes do cotidiano; além de ter de "passar" a mensagem política à população" (ANDRADE, 2010, pp. 70-71).

Além do MTST, a participação do Movimento Urbano dos Sem-Teto (MUST) foi importante para a consolidação da ocupação. O coordenador geral do movimento, Valdir Martins de Souza, o Marrom, foi fonte de várias matérias da *Folha* e do blog *Solidariedade*⁶. A ocupação do Pinheirinho surge após a expulsão de moradores de duas ocupações menores no ano de 2003: a das "casinhas" e do "campão" (ANDRADE, 2010). Os moradores entrevistados pelo autor destacaram o abandono do terreno quando as primeiras 240 famílias chegaram lá, em 25 de fevereiro de 2004. As ações foram a demarcação de lotes e mutirão para construção de casas, a escavação de fossas e a organização de vias.

O autor destaca que "as táticas e modos pelos quais o Pinheirinho foi crescendo deveram-se em grande parte às redes de vizinhança e consanguinidade que seus moradores detinham antes de chegar ao movimento. Não há necessariamente um compartilhamento estrito com a visão de mundo das lideranças" (ANDRADE, 2010).

Pouco depois, a massa falida da Selecta entrou com a ação de reintegração de posse, que, até 2012, foi determinada e cancelada por várias instâncias da justiça. Desde então, vários moradores contaram sobre o esforço da prefeitura para desmobilizar a ocupação e expulsá-los. Uma moradora conta que a prefeitura não deixou que ela matriculasse o filho, que então foi estudar na escola estadual.

⁶ <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/20702-de-frente-pro-choque.shtml>

Outra falou que os moradores não são atendidos nos postos de saúde próximos (ANDRADE, 2012).

Mesmo com a insegurança jurídica, os moradores lutaram pelo fornecimento de luz e água pelo Estado, pelo qual estariam dispostos a pagar. Outras ações foram movidas em relação ao Pinheirinho por conta disso, dessa vez pelo Sindicato dos Metalúrgicos, pleiteando fornecimento de infraestrutura básica.

Em novembro de 2011 a reintegração de posse é novamente determinada pela juíza Márcia Loureiro, da 6ª Vara Cível de São José dos Campos. A partir de então, começam as primeiras mobilizações para resistência à operação policial. A partir de 14 de janeiro a cobertura jornalística se intensifica. Foi quando os moradores do Pinheirinho criaram uma tropa para resistir. Em 17 de janeiro, a Polícia Militar tinha 1500 homens na frente do Pinheirinho, prontos para deflagrar a operação.

Entretanto a ordem de reintegração foi suspensa pela justiça federal. Em 19 de janeiro, os moradores fizeram acordo com a massa falida da Selecta S/A, suspendendo a reintegração até 3 de fevereiro.

Em 21 de janeiro, mesmo com a ordem suspensa, a justiça estadual reafirma a determinação de reintegração de posse. Às 6h da manhã de 22 de janeiro a operação policial começa. Os conflitos vão até o dia 25 de janeiro, quando a PM avisa que nenhum morador continua na área.

A partir de então, os moradores peregrinam por precários abrigos oficiais e improvisados abrigos extraoficiais, esperando para serem incluídos no cadastro de famílias para o programa habitacional da prefeitura. No capítulo 6 os eventos de janeiro de 2012 serão narrados mais detalhadamente.

CAPÍTULO 2 – SEM TETO E SEM MÍDIA

2.1. Comunicação popular e comunitária

Neste capítulo, o objetivo é mostrar que os movimentos sociais geralmente não têm acesso à mídia tradicional para legitimar seus discursos, portanto precisam criar seus próprios espaços midiáticos. Em primeiro lugar discutiremos os principais conceitos relacionados à meios de comunicação populares. Depois, faremos um breve histórico sobre a ferramenta blog, usado pelos movimentos sociais ligados ao Pinheirinho para se comunicar. Por último, discorreremos sobre ativismo *online*, o ciberativismo.

Segundo Peruzzo (2006) a comunicação popular surge como processo de caráter mobilizador dos movimentos populares da década de 1970. Comunicação popular é uma "forma de expressão de segmentos excluídos da população, mas em processo de mobilização visando atingir seus interesses e suprir necessidades de sobrevivência e de participação política" (p. 2). O adjetivo "popular" aponta que é a comunicação feita pelo e para o povo, "por meio de suas organizações e movimentos emancipatórios visando à transformação das estruturas opressivas e condições desumanas de sobrevivência" (p. 2).

Kaplún (1985 apud PERUZZO, 2006) afirma que meios de comunicação populares são instrumentos utilizados para conscientizar o povo de sua realidade e fazê-lo refletir sobre sua condição, permitindo que ele protagonize sua própria libertação e transforme e quebre as estruturas de dominação.

Por isso, dizem outros autores, a comunicação popular não parte de cima, mas do povo - "compartilhando dentro do possível seus próprios códigos" (GIMENZES, 1979 apud PERUZZO, 2006, p. 2). Ainda de acordo com Peruzzo (2006):

comunicação popular e alternativa se caracteriza como expressão das lutas populares por melhores condições de vida que ocorrem a partir dos movimentos populares e representam um espaço para participação

democrática do “povo”. Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o “povo” como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo. É um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa (PERUZZO, 2006, p. 4).

Suzina (2013) diz que meios de comunicação populares podem construir ou fortalecer identidades coletivas que, por sua vez, são capazes de influenciar novos modelos de sociedade "por meio da valorização das experiências de grupos sociais particulares, da produção e da disseminação de conteúdos que alimentam o conflito e a capacidade de interferir nas decisões políticas" (SUZINA, 2013, p. 10). A autora argumenta que eles promovem a mediação entre o mundo da vida e a esfera pública. Segundo a autora, movimentos de comunicação popular são:

orgânicos aos movimentos sociais e outras organizações que arregimentam segmentos da população interessados em provocar mudanças na sociedade e ampliar o acesso a direitos. Esses meios de comunicação se convertem em mais um espaço de experiência – aplicando o conceito próprio da via da subjetividade –, pois seus formatos, conteúdos e abordagens não seguem, necessariamente as especificações de outros meios de comunicação. Eles não têm uma função em si, mas se realizam no conjunto, na dinâmica e de acordo com a evolução da mobilização. Sobretudo, buscam a emancipação dos atores envolvidos, provocando neles a apropriação das relações que existem entre o mundo da vida e a esfera pública, de forma a dar-lhes consciência de sua capacidade de intervenção, seja por ações localizadas, seja pela expressão de suas demandas e perspectivas junto à sociedade mais ampla (SUZINA, 2013, p. 15).

Enquanto meios de comunicação de massa são reconhecidos como atores políticos pela literatura da área, os populares procuram "romper a delimitação estabelecida de que certos grupos estão autorizados a fazer política e os demais são intrusos que se manifestam de maneira ilegítima" (SUZINA, 2013, p. 11). Eles podem conseguir isso ao adquirir capital político e social e construir identidades

por meio da apropriação de meio de comunicação e da oposição às narrativas dos meios de comunicação de massa.

A partir das últimas décadas do século XX e do início do século XXI outros formatos e meios de comunicação surgem e modificam a comunicação popular: por exemplo as rádios comunitárias. Um pouco mais à frente, a internet também foi capaz de ampliar o alcance da comunicação popular. Peruzzo (2006) argumenta que as tecnologias de informação e comunicação (TICs) proporcionaram formas mais plurais, avançadas e ágeis de comunicação.

Segundo a autora, a apropriação das TICs levou a inovação da forma de fazer comunicação popular: se antes predominantemente combativa e calcada em princípios políticos-ideológicos de contestação, cedeu espaço a "discursos e experiências mais realistas e plurais" (p. 6) e incorporou o "lúdico, a cultura e o divertimento com mais desenvoltura, o que não significa dizer que a combatividade tenha desaparecido" (PERUZZO, 2006, p. 6).

A comunicação popular se confunde com a comunicação comunitária, porém é possível dizer que cada uma tem seu domínio próprio. Enquanto a comunicação popular está ligada a movimentos sociais populares, a comunicação comunitária ultrapassa esses limites - embora possa continuar a representar movimentos sociais. Segundo Peruzzo (2006), ambas tem o povo como protagonista e destinatário.

Os meios de comunicação populares e alternativos costumam ser observados como forma de expressão de segmentos da população, sobretudo, aqueles excluídos ou marginalizados na sociedade. Mais do que instrumentos, eles também podem ser analisados como processos que permitem a formação e o fortalecimento de identidades e subjetividades, assim como recursos que permitem e favorecem a construção e a disseminação de conceitos, de ideologias e de bandeiras de luta política. Eles podem corresponder à perspectiva de oferta de visões alternativas de mundo, mas podem, mais do que isso, funcionar como aglutinadores e projetores que conectam o mundo da vida à esfera pública. Eles podem, enfim, interferir de modo determinante na

capacidade e na motivação à participação dos atores no espaço público (SUZINA, 2013, pp. 8-9).

A comunicação comunitária está ligada ao conceito de comunidade. Para MacIver e Page (1973, apud PERUZZO, 2006) a comunidade tem como base: localidade, ou seja, sempre ocupa uma área territorial; existência de coesão social que gera sentimento de comunidade. Além disso, a comunidade pressupõe algumas condições básicas, tais como coesão social, cultura e objetivos comuns, sentimento de pertencimento e participação ativa.

Assim, a comunicação comunitária é a forma de expressão de uma comunidade, a partir do qual os indivíduos que formam tal comunidade possam expressar seus interesses e necessidades. É também uma ferramenta para prestar serviços e formar o cidadão. Segundo Peruzzo (2006), também precisa se basear em princípios públicos como: não ter fins lucrativos, ter participação popular, propriedade coletivas e conteúdo educativo, cultural e, de forma geral, de "ampliação da cidadania".

Segundo Peruzzo (1998), enquanto instrumentos importantes para a emancipação do povo, os meios de comunicação popular sofrem diversas limitações: (1) abrangência reduzida – por conta da falta de recursos materiais, são capazes de atingir apenas uma parcela dos receptores potenciais, geralmente os já conscientizados ou sensibilizados para a luta; (2) inadequação dos meios – são utilizados veículos de comunicação se preocupação com a sua apropriação pelo público alvo; (3) uso restrito de veículos – movimentos adotam veículos mais cômodos ou fáceis de usar e deixam de usar alguns que precisam de mais técnica para operação; (4) pouca variedade – usam poucos tipos de veículos; (5) falta de competência técnica; (6) conteúdo mal explorado – utilização de discurso potente ou doutrinário limita a exploração de linguagens jornalísticas variadas, assim como de variedade de programação; (7) instrumentalização – a utilização dos meios para um fim de conscientização e mobilização negligencia aspectos mais amenos da atividade jornalística; (8) carência de recursos financeiros; (9) uso emergencial – falta de continuidade para as comunicações; (10) ingerências políticas – comunicações usadas com objetivos políticos e/ou eleitorais; (11) participação

desigual – centralização e controle da informação por lideranças, o que “favorece a reprodução de padrões de dominação e uma contradição da prática participativa mais ampla dos movimentos”.

Ao mesmo, a autora destaca os aspectos positivos dos meios de comunicação popular: (1) diversificação dos instrumentos – de acordo com os recursos; (2) apropriação de meios e técnicas – o que democratiza o acesso à comunicação; (3) conquista de espaços – podem ter espaço em meios massivos; (4) conteúdo crítico; (5) autonomia institucional – independência em relação a instituições públicas e privadas; (6) articulação da cultura; (7) reelaboração de valores – o que “contribui para romper a dicotomia emissor versus receptor”; (8) formação das identidades coletivas; (9) mentalidade de serviço – voltada principalmente para o interesse público; (10) preservação da memória; (11) democratização dos meios; (12) conquista da cidadania.

Embora o a ocupação do Pinheirinho possa ser classificada como uma comunidade, não consideramos o blog *Solidariedade à ocupação Pinheirinho* como meio de comunicação comunitária, e sim de comunicação popular. De qualquer forma, vemos que:

realiza-se o direito à comunicação na perspectiva do acesso aos canais para se comunicar. Trata-se não apenas do direito do cidadão à informação, enquanto receptor – tão presente quando se fala em grande mídia –, mas do direito ao acesso aos meios de comunicação na condição de emissor e difusor de conteúdos. E a participação ativa do cidadão, como protagonista da gestão e da emissão de conteúdos, propicia a constituição de processos educacionais, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento do exercício da cidadania (PERUZZO, 2006, p. 10).

2.2. Blogosfera

Com o apropriação de novas tecnologias por movimentos sociais, novas formas de militância surgem. Antes de chegar nesse assunto, porém, é necessário

discorrer sobre uma das ferramentas mais úteis aos movimentos sociais contemporâneos em sua militância na web: os blogs. Martins (2007) afirma que a internet representa um avanço na participação democrática, em contraposição aos meios de comunicação de massa tradicionais, que "acabam omitindo muitas informações e, ao mesmo tempo, não proporcionam informações suficientes para a construção da opinião pública e para fomentar o debate, principalmente quando esses fatos referem a acontecimentos políticos". Portanto, para ela, a internet dá oportunidade de expressão a grupos marginalizados, revigorando a esfera argumentativa.

Miranda e Malcher (2009) argumentam que a web, como construção comunitária, consolidou-se ao permitir que muitas pessoas dialogassem em um mesmo locus colaborando na construção de conteúdos. Dessa forma, em seu início a internet não seguiu o modelo da mídia hegemônica⁷ - nela, os usuários podem solidária e participativamente fornecer conteúdos para todos os públicos a partir da lógica da demanda de informações.

Os movimentos sociais foram capazes de se apropriar dos meios fornecidos pela internet para propagar sua luta e potencializar seu alcance. Moraes (2001 apud MIRANDA e MALCHER, 2009) define como "cibermilitância" a ação de movimentos sociais que - embora não disponham de recursos técnicos e econômicos para se apropriar de meios tradicionais de comunicação nem de espaço para seus discursos na mídia hegemônica - legitimam seus discursos na internet. Porém, afirmam que o objetivo da blogosfera não é tomar o lugar das mídias hegemônicas. Segundo Wolton (2003 apud MIRANDA e MALCHER, 2009) ambas as tecnologias são complementares e úteis aos interlocutores, mas com naturezas opostas: "uma pela lógica da oferta de informações (mídia hegemônicas e a outra pela lógica da demanda (contra-hegemônica)" (p. 8). É assim que os autores chamam atenção para o uso da ferramenta blog.

Blogs têm como princípios a interatividade, disponibilidade de conteúdo de forma igual, possibilidade de recombinação, mutabilidade e visibilidade da informação - ao mesmo tempo não sofrem do controle individual ou interesses que

⁷ Pode-se argumentar que hoje é diferente; o marco civil da internet pode retomar essas características.

dirigem os meios tradicionais (MIRANDA e MALCHER, 2009). Segundo Moraes (2001 apud MIRANDA e MALCHER, 2009), a cibermilitância se aproveita dessas características para usufruir do direito à cidadania na web.

2.2.1. Breve histórico: do blog pessoal ao blog jornalístico

Foletto (2011) explica que o blog - antes chamado de weblog - surge como site usado para indicar e comentar links advindos de outros sites. Esses primeiros blogs eram criados por pessoas que trabalhavam com web e os desenvolviam. Em 1999, entretanto, o uso da ferramenta é facilitado pela criação do Blogger, que permitiu velocidade na criação, postagem e atualização por pessoas que não dominavam programação.

Orihuela et al (2005 apud FOLETTO, 2011) definem blog da seguinte forma:

São páginas que, a modo de diários on-line, trouxeram a possibilidade de publicar na rede ao alcance de todos os usuários. Ao ser um formato de publicação on-line centrado no usuário e no conteúdo que estes produzem, não na programação ou no desenho gráfico, os blogs tem multiplicado as opções para os internautas aportarem na rede conteúdos próprios, sem intermediários, atualizados e de grande visibilidade para os buscadores (p. 5).

Ou seja, blogs são páginas pessoais atualizadas frequentemente, "com entradas datadas organizadas em ordem cronológica reversa, contendo, na maioria dos casos, espaço para comentários dos usuários e, por fim, com uma interface de edição simplificada, através da qual o blogueiro pode inserir novos conteúdos sem a necessidade de escrever qualquer tipo de código em HTML, o que é possível graças ao uso de Sistemas de Publicação de Conteúdo (Content Management System)" (Foletto, 2011).

Os primeiros blogs jornalísticos surgem nos Estados Unidos da América em fins de 1999 como colunas de veículos impressos que foram transpostas para o formato online - mantendo as mesmas características. Na época, poucos jornalistas acreditavam que os blogs poderiam ser úteis para publicar e organizar

conteúdos jornalísticos: consideravam o weblog uma espécie de diário pessoal. Primo (2008) afirma que blogs não podem ser tipificados como diários pessoais. Segundo ele, os primeiros são voltados para o intrapessoal, destinados ao próprio autor. Blogs, porém, visam o interpessoal e têm natureza social: "são espaços coletivos de interação".

É a partir de 2001 que relatos publicados em blogs passam a ganhar importância como informação com relevância jornalísticas. Em 2003 surgem os warblogs, que cobriam o dia-a-dia da Guerra do Iraque de forma personalizada. Esses warblogs ofereciam uma cobertura detalhada dos conflitos com visões mais variadas do que as apresentadas pelos grandes veículos de comunicação.

Segundo Foletto (2011) esses blogs eram "resultado da tentativa de equilibrar o uso das potencialidades do sistema de publicação do qual o blog se constituía, de um lado, e a responsabilidade e o compromisso com a deontologia jornalística, de outro, para a constituição de um produto híbrido entre estes dois mundos: o blog jornalístico" (p. 10).

A partir de então, os veículos tradicionais apresentam uma aceitação maior desse tipo de ferramenta. Segundo Foletto (2011), em 2006, 86% dos 100 maiores jornais americanos usavam blogs. No Brasil, o uso também cresceu e se consolidou com a criação, em 2004, do bem sucedido Blog do Noblat, hospedado no portal do jornal O Globo⁸.

Noblat passou a ser o primeiro blogueiro profissional quando sua cobertura do caso do Mensalão impulsionou a audiência e o jornalista começou a receber exclusivamente por esse trabalho. Pouco depois blogs jornalísticos independentes também começaram a surgir sem estarem vinculados a nenhuma empresa jornalística - exemplos são o blog Viomundo e o Escrevinhador⁹.

A atividade de blogueiro, porém, recebeu certo ceticismo por parte de jornalistas e pesquisadores da área, que consideravam que as duas coisas, jornalismo e blog, eram atividades distintas. Blood (2004 apud FOLETTO, 2011), entretanto, afirmou que blogs eram meios de comunicação pessoal que poderiam

⁸ <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/>

⁹ Viomundo, de Luiz Carlos Azenha: <http://www.viomundo.com.br/>. E Escrevinhador, de Rodrigo Vianna: <http://www.rodrigovianna.com.br/>

ser jornalismo. Wall (2004 apud FOLETTO, 2011) diz que a blogosfera faz *black market journalism*, onde jornalistas amadores teriam espaço de entrada facilitado; já Haas (2005 apud FOLETTO, 2011) diz que o jornalismo da blogosfera, por ser feito do público para o público, é *folk journalism*. Recuero (2003) propõe a divisão dos blogs em três categorias: (1) diários eletrônicos, voltados para acontecimentos pessoais da vida do autor; (2) publicação eletrônicas, destinados à informação; (3) publicações mistas, com características de ambas.

Por fim, Orihuela (2006 apud FOLETTO, 2011) argumenta que o meio deve ser separado do gênero, e que o blog (meio) pode ser usado para fins jornalísticos desde que seus interlocutores utilizem determinadas regras da profissão. Quadros, Rosa e Vieira (2005 apud FOLETTO, 2011) definem blogs jornalísticos como blogs informativos de cunho noticioso e opinativo. Essa definição é especialmente interessante para este trabalho, pois o blog *Solidariedade à ocupação Pinheirinho* pode ser assim classificado.

Para sua argumentação, Escobar (2007) considera que jornalismo é a "difusão para um grande número de pessoas geralmente, com periodicidade determinada, de acontecimentos reais dotados de atualidade, novidade, universalidade e interesse" (p. 3). Segundo ela, o jornalismo de blog possui tais atributos e apresenta "características particulares configuradas em grande parte como adequações às potencialidades técnicas da mídia utilizada" (p. 4) que promoveram renovações e reconfigurações da prática jornalística.

Segundo ela, o blog é "um novo mecanismo de produção e divulgação de conteúdo na web que gera um modelo específico de site" com três atributos essenciais: (1) facilidade e agilidade para publicação sem necessidade de conhecimento de linguagens de programação; (2) disposição de postagens em ordem cronológica inversa; (3) data, hora e autor das postagens registrados automaticamente (ESCOBAR, 2007). Outra característica marcante é a presença de espaço para comentários.

A autora aceita a diferenciação de Primo e Smaniotto (2006) entre blog/programa, blog/lugar e blog/texto. Blog programa é o software usado para desenvolver o blog/lugar, que é o endereço específico (virtual settlement) - o "lugar

simbólico situado no ciberespaço que teria a função de territorialidade necessária para a constituição de laços comunitários entre indivíduos". É a chamada blogosfera. O blog/texto é o conteúdo produzido pelo blogueiro, seja texto ou imagem, áudio e vídeo.

Para Escobar (2007) blogs jornalísticos precisam estar acessíveis a qualquer pessoa, cujo objetivo seja divulgar acontecimentos reais com atualidade, novidade, universalidade e interesse. Também é necessário que sejam atualizados frequentemente.

Sobre a disputa de narrativas entre blogosfera e mídia de massa, Malini e Antoun (2013) apontam que blogs se apropriaram dos conteúdos de grandes mídia, desconstruíram as narrativas e então começaram a construir outra narrativa, própria. Usando como exemplo um confronto entre policiais e professores, funcionários e alunos grevistas na Universidade de São Paulo, os autores destacam que a narrativa dos grandes grupos de comunicação acusavam os grevistas de terem provocado o confronto. Os blogs questionaram essa versão, dizendo que não existia nenhuma imagem que mostrasse as provocações.

As imagens usadas para questionar o discurso da grande mídia eram feitas por esta. Logo os blogueiros puderam "atualizá-las de modo diferente, mesclando-as com suas próprias falas e imagens" para sustentar narrativas diferentes e fazer frente ao discurso da mídia de massa (Malini e Antoun, 2013, p. 182).

Para Malini e Antoun, entretanto, a internet só atinge seu potencial quando o ativista se apropria dela e a desenvolve "integrando-se a suas novas potencialidades" e inventa as atividades que possam fazer dela "a expressão de uma nova vida" (2013, p. 140).

2.3. Ciberativismo

Retomando o conceito de sociedade da informação ou sociedade pós-industrial de Melucci, Pereira (2011) afirma que os conflitos dessa sociedade são "baseados na luta pelos significados construídos por aparatos informacionais" (p. 3). Portanto, os movimentos sociais (desafiantes) entram em conflito com os

detentores do poder para construir discursos públicos alternativos. Acreditamos que, somada a noção de conflito dos desenvolvimentos da TPP, essa concepção pode abarcar mais amplamente a ação dos movimentos sociais envolvidos na ocupação do Pinheirinho.

Movimentos sociais contemporâneos entram em disputa com mídia hegemônicos, capaz de exercer forte influência sobre a definição de "identidades individuais e coletivas que perpassam tanto a esfera privada quanto pública. Isto por que a esfera privada tornou-se também um espaço de disputa e mobilização de conflitos" (PEREIRA, 2011, p. 3).

Pereira (2011) argumenta que os fluxos comunicativos que circulam pelas esferas públicas devem permitir que os indivíduos possam "reconhecer problemas, avaliar possibilidades e argumentar, na busca de consensos ou não, pautados pelas informações disponíveis. Para ele, sistema político e esfera pública são "perpassados pelos fluxos midiáticos" (p. 4) que vem de cima pra baixo (discursos políticos de representantes) e de baixo pra cima (demandas de atores sociais que tentam entrar na sociedade política).

Por isso, o autor afirma que "controle da mídia e da produção simbólica é fundamental tanto para a capacidade de mobilização dos movimentos sociais quanto para influenciar a opinião pública e pressionar o sistema político" (p. 4). Nesse quadro, aponta que movimentos sociais podem ter duas estratégias: "desenvolver repertórios de ação de forma a conseguir a atenção dos meios de comunicação massiva" e "desenvolver os seus próprios meios de comunicação, na busca por definir e enquadrar suas demandas, investir nos potenciais alvos, organizar a ação coletiva e, por último, atrair a atenção dos meios massivos" (PEREIRA, 2011, p. 4). Avaliamos que os movimentos sociais que construíram a ocupação do Pinheirinho utilizaram as duas estratégias: usaram ações diretas conflituosas que os colocam na agenda dos meios de comunicação tradicionais, e ao mesmo tempo narraram sua própria versão dos fatos no blog *Solidariedade à ocupação Pinheirinho*.

Pimentel (2008) afirma que TICs, como ferramentas de trocas simbólicas, são poderosos instrumentos "de comunicação e exercício da cidadania para o

sujeito social e político, organizado ou não em movimentos sociais" (p. 2). Segundo ela, a internet foi capaz de criar nova configuração social em que "indivíduos e coletividades rompem a lógica fechada da mídia tradicional e se tornam parte ativa da construção da informação que circula na sociedade" (p. 6).

Diferentemente das rádios comunitárias, primeiros meios de comunicação populares a oferecer interatividade e participação, a internet tem alcance irrestrito - sem censura nem dependente de concessão pública. Por isso, movimentos sociais "têm feito da internet um instrumento de divulgação de suas lutas e de exercício de cidadania" (PIMENTEL, 2008).

A internet se torna fundamental como locus de disputa, definição e redefinição de significados para os movimentos sociais contemporâneos. Estes usam o espaço para contrapor as versões das mídias tradicionais e terem autonomia e protagonismo nas definições de seus próprios significados. Na web, esses atores coletivos criam canais informativos e comunicativos alternativos à grande mídia, pautando a agenda pública, e podem "interagir através da troca de informações e percepções sobre determinadas questões" (PEREIRA, 2011, p. 7).

O autor argumenta que a disputa pela prevalência de um universo simbólico com os meios massivos levou a uma profissionalização da militância, que passa a "desenvolver estratégias de enquadramento e elaborações de ações de acordo com as demandas e expectativas dos meios massivos", e, a partir de então, ambos os meios pautam e são pautados pelo outro (PEREIRA, 2011, p. 8).

Além disso, segundo o autor, os repertórios de ação direta dos movimentos sociais contemporâneos também são ampliados. Além dos tradicionais, eles agora podem desenvolver ações online. Obviamente, porém, a apropriação dessas ações para o repertório dos movimentos depende fortemente do contexto social em que estão inseridos, e da penetração de tais ações. De todo modo, Pereira (2011) argumenta que as formas de ação online servirão de complemento às formas já tradicionais dos movimentos sociais.

Para além de serem ferramenta poderosa para narrar versões alternativas ou mostrar fatos omitidos pela mídia tradicional, Pereira (2011) diz que *cyberações* podem funcionar "como mecanismo de aplacar ou diminuir os riscos que muitos

ativistas sofrem ao desenvolverem suas ações em campo" (p. 13): pressionando o Estado e tentando limitar ações violentas por parte dos agressores.

Para o autor, a web pode ainda atrair militantes ocasionais, pessoas que não têm participação em movimentos sociais, mas podem ser convencidas a tomar parte de ações de protesto (offline ou online) ocasionalmente, sem altos custos.

Ciberativismo é uma nova forma de militância surgida a partir de um espaço virtual. O termo vem da palavra ciberespaço, que denota "um novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores" (LEVY, 2000 apud NASI e RADDATZ, 2009, p. 7), abarcando também o "universo de informações" presente nesse locus, "assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse espaço" (p. 7).

Ativistas sociais usam a internet, imprescindível para as lutas sociais contemporâneas, para "poder difundir informações e reivindicações sem mediação" e buscar "apoio e mobilização para uma causa; criar espaços de discussão e troca de informação; organizar e mobilizar indivíduos para ações e protestos online e offline" (RIGITANO, 2003 apud NASI e RADDATZ, 2009, p. 7).

Nasi e Raddatz explicam a migração dos movimentos para a internet - e a criação de novos movimentos online - a partir da "possibilidade de criação de um canal de informação que não depende dos filtros tradicionais dos meios de massa" (p. 7), bem como da economia de recursos e da facilidade de mobilizar pessoas dentro e fora do ambiente de militância.

O ativismo online é dividido em três categorias, segundo as autoras. A primeira é a internet funcionando como fonte alternativa de informação para buscar apoio e conscientizar militantes e não-militantes. Na segunda, os militantes fazem uso da rede para organizar e mobilizar pessoas para uma ação que pode ser offline (marcha, protesto, etc) ou online (twittaço, por exemplo). Essas duas primeiras categorias nos interessam, pois o blog *Solidariedade à ocupação Pinheirinho* foi utilizado para as duas formas de mobilização. A terceira é a forma de ativismo digital conhecido como "hackitivismo", que são desde atos de invasão ou congestionamento de sites até "cibercrimes ou ciberterrorismo".

Em resumo, concordamos com Malini e Antou quando afirmam que a ação dos movimentos sociais contemporâneos pode tomar dimensões libertadoras através da internet:

O surgimento desta nova mídia – gerada pelo entrelaçamento das teias da Internet com o interativismo do ciberespaço, como resultado do casamento da política de ação direta do novo ativismo com a potência interativa, descentralizadora e anárquica dos sistemas hipermídia – é a explosão do silencioso movimento de sedimentação das comunidades virtuais ao longo destes anos (MALINI e ANTOUN, 2013, p. 137).

Ao fim e ao cabo, podemos afirmar que o *Solidariedade à ocupação Pinheirinho* era um blog jornalístico, por ter cunho noticioso e informativo. Nessa perspectiva, os movimentos sociais envolvidos na mobilização tentaram criar uma narrativa independente e diferente da mídia massiva. Por esse motivo, escolhemos a cobertura desse blog para a comparação dos quadros interpretativos transmitidos por esta com os transmitidos pela cobertura da *Folha de S. Paulo*.

CAPÍTULO 3 – REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

3.1. Da agenda-setting ao enquadramento

Antes de chegarmos aos enquadramentos, cerne do referencial teórico deste trabalho, precisamos passar pela teoria da qual ela é herdeira, a do agendamento. A teoria de agenda-setting, formulada em fins dos anos 60 por Maxwell McCombs e Donald Shaw, é calcada em alguns pressupostos, destacados por Hohlfeldt (1997), dentre os quais: (1) fluxo contínuo de informação - durante todo o dia, recebemos um excesso de informações que muitas vezes se perdem. Porém, podem também gerar o efeito de enciclopédia, em que as informações são guardadas em nossa memória e podem ser trazidas à tona pela mídia; (2) portanto os efeitos dos meios de comunicação sobre o receptor não acontecem a curto prazo, e sim a médio e longo prazo; (3) enquanto a mídia não pode nos dizer o que pensar sobre determinado assunto, ela é capaz de influenciar, no médio e longo prazo, sobre o que pensar. Ou seja, "a agenda da mídia termina por se constituir também na agenda individual e mesmo na agenda social".

Barros Filho (1995 apud COLLING, 2002) define agendamento da seguinte forma: "pessoas agendam seus assuntos e suas conversas em função do que a mídia veicula" (p. 92). Shaw (apud WOLF, 1986 apud COLLING, 2002) afirma que, "em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos" (p. 92). Assim, os leitores incluem ou excluem da sua agenda aquilo que a mídia inclui ou exclui de sua agenda; além disso, o público atribui importâncias para informações a partir da ênfase que a mídia dá a elas.

Colling (2002) traça as origens do agendamento. Duas das maiores influências foram Walter Lippmann e Bernard Cohen. O primeiro destacou o papel de mediação da imprensa, segundo ele "dependemos dos meios de comunicação para nos informar sobre os assuntos, personalidade e situações; para que possamos experimentar sentimentos de apoio ou de repulsa e para conhecer

aquele pontos de atenção medidos pelas sondagens de opinião. Cohen formulou o pensamento base para a agenda-setting, em 1963. Ele diz que a imprensa não consegue dizer às pessoas o que pensar, mas pode, por outro lado, dizer aos leitores sobre o que pensar.

Partido da idéia de Lippmann de que a percepção que temos da realidade não é direta, e sim mediada por imagens mentais, Hohlfeldt (1997) traz a noção de que a realidade, e, especialmente, a política, é mediada pelos meios de comunicação nas sociedades urbanas complexas.

McCombs apontou em seu estudo sobre a campanha eleitoral para presidência americana em 1968 que a mídia foi capaz de influenciar a agenda não apenas dos eleitores, mas também dos próprios candidatos.

Ele também constatou que quanto maior o tempo de exposição de um tema, mais a atenção da audiência se amplia. Além disso, com o tempo os espectadores constituem um conjunto de informações comuns entre a audiência que "produz a base para a formação de uma atitude ou uma mudança de atitude" e que "sociabiliza-se entre os diferentes membros de uma mesma comunidade" (Hohlfeldt, 1997, p. 47). Isto está diretamente ligado ao conceito de *acumulação*: a capacidade que a mídia tem de dar relevância a um determinado tema, destacando-o do imenso conjunto de acontecimentos diários que serão transformados posteriormente em notícia e, por conseqüência, em informação.

A contribuição de Funkhouser (1973 apud COLLING, 2002) é interessante. Ele identifica que a correspondência entre temas publicados na imprensa com indicadores estatísticos da realidade é baixa, ou seja: a importância dada pelos meios de comunicação não corresponde à importância real dos acontecimentos.

McCombs e Shaw (1972) comparam a percepção dos eleitores sobre a importância de temas políticos na campanha eleitoral (o que os entrevistados disseram ser importante) com as publicações de diversos veículos de circulação regional e nacional. Os autores concluem que os dados da pesquisa sugerem forte relação entre a cobertura da mídia e as opiniões dos eleitores.

McCombs também destaca a importância do duplo fluxo informacional (two step flow of communication): as informações não são passadas diretamente da

mídia para o receptor, mas mediadas através de líderes de opinião, "com os quais estabelecemos relações emocionais as mais variadas" (HOHLFELDT, 1997, p. 47).

Sobre o duplo fluxo comunicacional:

No primeiro de grau estão as pessoas relativamente bem informadas, porque diretamente expostas à mídia; no segundo, há aquelas que frequentam menos a mídia e dependem dos outros para obter informação." (MATTELART, 1999 apud COLLING, 2002, p. 90)

Outra questão importante é a dos interagendamentos: não é apenas a mídia que vai influenciar a agenda do receptor, o contrário também acontece. Além disso, diferentes tipos de mídia podem agendar umas às outras.

Hohlfeldt (1997) destaca, entretanto que a influência que a mídia tem sobre a formação da agenda do receptor depende "dos graus de percepção da relevância ou importância do tema" (p. 48), que pode ser alta, média ou baixa. Segundo ele, o agendamento só é suficiente quando:

houver um alto nível de percepção de relevância para o tema e, ao mesmo tempo, um grau de incerteza relativamente alto em relação ao domínio do mesmo, levando o receptor a buscar informar-se com maior intensidade a respeito daquele assunto (HOHLFELDT, 1997, p. 48).

Além disso, o "processo informacional-comunicacional" é dinamizado pela presença/agendamento da mídia: as pessoas aumentam a troca de informações em seus círculos sociais, agendando umas às outras.

Conclui-se, assim, que a influência do agendamento por parte da mídia depende, efetivamente, do grau de exposição a que o receptor esteja exposto, mas, mais que isso, do tipo de mídia, do grau de relevância e interesse que este receptor venha a emprestar ao tema, a saliência que ele lhe reconhecer, sua necessidade de orientação ou sua falta de informação, ou, ainda, seu grau de incerteza, além dos diferentes níveis

de comunicação interpessoal que desenvolver (HOHLFELDT, 1997, p. 49).

Colling (2002) afirma ainda que os estudos sobre agendamento não se restringem ao estabelecimento da agenda do público, mas também se referem ao estabelecimento da agenda política (policy agenda-setting) - relação entre a agenda da mídia e a agenda dos representantes políticos - e à construção da agenda (agenda building) - como e quem constrói as agendas.

Sobre agendamentos na blogosfera, Silva (2006) questiona o uso do termo audiência na web por causa do papel ativo que o usuário assume na comunicação online ao selecionar os conteúdos e mesmo ao criar seus próprios ambientes online. Além disso, ela destaca a possibilidade de personalizar a informação que a internet permite ao usuário. Para ela, personalização se refere a dois aspectos: (1) customização - produtos jornalísticos estão disponíveis de acordo com o interesse do usuário; (2) as informações são publicadas de acordo com as escolhas dos autores, o que dá opiniões e análises pessoais ao receptor (RECUERO, 2003 apud SILVA, 2006). A personalização da informação está relacionada à percepção seletiva: como o usuário minimiza ou maximiza sua exposição à informação.

Nesse sentido, existem diversos fatores diferentes da cobertura midiático que influenciam a opinião pública, enfatizando que “a mente pública não é um quadro-negro esperando para ser preenchido pela mídia de massa” (McCombs and Reynolds, 2002), o que significa que uma questão particular pode ser foco de interesse de acordo com interesse individual, pessoal ou de experiência de grupo, cultura geral ou exposição à mídia massiva (SILVA, 2006, p. 4, tradução livre).

Como vimos anteriormente, o sucesso do agendamento está relacionado à saliência, mas a autora questiona como determinar saliência ou interesse pessoal do público na web? Ela sugere que quantidade de acessos pode apontar quando algo é de interesse público.

Considerando os aspectos multidirecionais dos agendamentos (interagendamentos), Silva (2006) afirma que eles podem ser consistentemente

verificados na blogosfera, "como sua estrutura hipertextual é um elemento central que conecta fontes e informação, fornecendo a possibilidade de mais escolhas, controles, links e flexibilidade (p. 3, tradução livre).

A afirmação geral é de que o ambiente online se tornou fonte de informação/orientação para o público. Orihuela (2005 apud SILVA, 2006) diz que a capacidade de agendamento da blogosfera pode ser observado em três níveis: (1) agenda geral, observada através de blogs; (2) agenda comunitária, "pela qual grupos de referência interagem entre si e, por meio dessas interações, nós podemos entender processos de correlação entre problemas e sua relevância nessas comunidade" (p. 5, tradução livre); (3) agenda pessoal, determinada pelo acesso individual.

Para ela, a blogosfera permite a mensuração da ressonância da opinião pública sobre diversos assuntos, pois é um "importante indicador de relevância das notícias que são publicadas pelas versões eletrônicas de meios de comunicação tradicionais, desempenhando um papel importante na transmissão de consenso social e cultural" (p. 3). Para além disso, a blogosfera é capaz de intensificar os efeitos do agendamento, pois os assuntos na comunicação interpessoal e na agenda pública serão os mesmo que os enfatizados pela mídia (SILVA, 2006).

De todo modo, a teoria de agendamento tem algumas limitações, entre elas o fato de "não considerar como as diferentes formas de apresentação dos temas pela mídia podem afetar o processo de formação de preferências políticas da audiência" (PORTO, 2004, p. 76). É daí que surge o conceito de enquadramentos.

3.2. Enquadramentos na mídia, herdeiros do agendamento

Recentemente, pesquisadores têm afirmado que, além de nos dizer sobre o que pensar, a mídia é capaz de nos dizer o que pensar sobre assuntos da agenda pública. McCombs a chamou de segundo nível do agendamento:

Agenda-setting é considerada mais do que a clássica asserção de que as notícias nos dizem sobre o que pensar. As notícias igualmente nos dizem como pensar acerca disso. A seleção de objetos para a atenção e a seleção dos enquadres pensados acerca destes objetos são o ponto forte do papel do agenda-setting (MCCOMBS, 1993 apud COLLING, 2002, p. 94).

Segundo Scheufele e Tewksbury (2007), a teoria de agenda-setting é baseada na noção de que "há uma forte correlação entre a ênfase dada pela mídia em certas questões [...] e a importância atribuída a essas questões pela audiência" (p. 11, tradução livre). Já o conceito de enquadramentos é baseado no pressuposto de que "a forma como um problema é caracterizado nas notícias pode influenciar em como ele é entendido pelas audiências" (p. 11, tradução livre).

Os autores não fazem uma definição clara do termo, apenas dizem que, como macroconstrução, enquadramentos são modos que comunicadores utilizam para construção de notícias "de um modo que ressoa com esquemas subjacentes às audiências" (SHOEMAKER & REESE, 1996 apud SCHEUFELE e TWEKSBURY, 2007, p. 12, tradução livre). Para eles, essa é uma ferramenta usada para simplificar a realidade e formar uma narrativa compreensível pela audiência. Como microconstrução, enquadramentos indicam que é através da própria impressão da pessoa que ela constrói a forma de usar a informação e a forma de apresentá-la.

Eles também sugerem que a construção de um modelo conceitual capaz de explicar agendamento e enquadramento precisa responder a três perguntas: (1) como as mensagens das notícias são criadas; (2) como são processadas; (3) como são produzidos os efeitos.

A primeira área a ser comparada é a produção de notícias. Scheufele e Tewksbury (2007) destacam que a construção da agenda (agenda building) e a construção de enquadramentos (framing building) diz respeito ao impacto que atores políticos e jornalistas têm na formação da agenda e dos enquadramentos da mídia sobre determinado assunto.

A segunda área é o processamento dos conteúdos da notícia pelos receptores. Os autores sugerem que, embora sejam necessários atenção e um certo nível de engajamento da audiência para que os efeitos de agendamento e de enquadramentos ocorram, "atenção às mensagens pode ser mais necessários para efeitos de enquadramentos do que para os de agendamento acontecerem" (SCHEUFELE e TEWKSBURY, 2007, p. 14, tradução livre).

A última questão é o locus do efeito cognitivo. Segundo os autores, os efeitos do agendamento são baseados em acessibilidade: "não é informação sobre o problema que faz efeito; é o fato de que o problema recebeu certo tempo de processamento e atenção que transmite o efeito" (p. 14, tradução livre). Diferentemente, os efeitos de enquadramentos residem na descrição de um problema na cobertura de notícias sobre o assunto - schemas interpretativos que se relacionam com o problema que são o efeito central de um enquadramento (SCHEUFELE e TEWKSBURY, 2007).

De todo modo, *aplicabilidade* e *acessibilidade* distinguem os efeitos de enquadramentos e agendamento. Os efeitos de agendamento são acessíveis, ou seja, calcados em modelos de processamento de informação baseados em memória. Assim, a mídia pode tornar os assuntos mais acessíveis às pessoas e influenciar a formação de suas opiniões. Por outro lado, os efeitos de enquadramentos são de aplicabilidade: o conteúdo da notícia sugere uma conexão entre duas idéias e, se o enquadramento for bem sucedido, a audiência aceita a conexão (SCHEUFELE e TEWKSBURY, 2007). Obviamente, esse dois conceitos são complementares: por mais aplicável que seja um enquadramento, ele não funcionará se não estiver acessível.

Robert Entman afirma que a análise de enquadramentos permite descobrir o poder do texto comunicativo. Para ele,

através do *framing* é possível verificar quem tem o poder no texto comunicativo porque conseguimos chegar nas origens da mensagem, na verdadeira autoria da informação. Esse poder é o de como pensar o mundo e o framing passa a ser uma ferramenta empregada por aqueles que têm poder para transmitir o seu jeito de pensar para os demais. O

framing, de um modo geral, é como temos que pensar os temas já estabelecidos pela agenda (COLLING, 2002, p. 95).

Erving Goffmann foi o primeiro a sugerir a existência de enquadramentos, mas sua pesquisa é focada nos produzidos pela audiência. Segundo ele, pessoas usam "esquemas interpretativos" para catalogar e compreender as informações ao seu redor. Gamson e Modigliani defendem que a audiência forma pacos interpretativos a partir de recortes de notícias. Para eles, os enquadramentos são transmitidos por cinco dispositivos: metáforas, exemplos históricos, citações curtas, descrições e imagens (COLLING, 2002). Segundo Motta (2007), a concepção de enquadramento de Goffman define que "a comunicação é possível por causa dos frames de interação que constituem reciprocamente os sujeitos em pessoas acessíveis" (p. 4) - para ele, enquadramentos são "princípios organizativos compartilhados, fundamentados na cultura, a partir de expectativas recíprocas e comuns" (p. 4).

Outros autores descreveram os enquadramentos como formas de manter a hegemonia das elites. Gitlin diz que enquadramentos são "padrões persistentes de cognição, interpretação, apresentação, seleção, ênfase e exclusão, através dos quais aqueles que trabalham os símbolos organizam geralmente o discurso, tanto verbal como visual (HACKETT, 1993 apud COLLING, 2002, p. 97).

Alguns autores chamam atenção para o papel do jornalista na construção do enquadramento. Para Hackett, o jornalista não o constrói conscientemente, e pode "ser resultado da absorção inconsciente de pressuposições acerca do mundo social no qual a notícia tem de ser embutida de modo a ser inteligível para o seu público pretendido" (1993 apud COLLING, 2002, p. 97).

os media não se limitam a "criar" as notícias; nem se limitam a transmitir a ideologia da "classe dirigente" num figurino conspiratório. Na verdade, sugerimos que, num sentido crítico, os media não são freqüentemente os primary definers de acontecimentos noticiosos; mas a sua relação estruturada com o poder tem o efeito de os fazer representar não um papel crucial, mas secundário, ao reproduzir as definições daqueles que têm acesso privilegiado, como de direito, aos media como "fontes

acreditadas". Nesta perspectiva, no momento da produção jornalística, os media colocam-se numa posição de subordinação estruturada aos primary definers (HALL, 1993 apud COLLING, 2002, p. 97).

Gurevitch e Blumer (apud McLeod, 1996 apud Colling, 2002) afirmam que os enquadramentos da mídia se concentram em correntes políticas majoritárias, deixando o público "carente de alternativas políticas e incapaz de oferecer, inclusive, seu próprio ponto de vista a respeito, uma vez que um diálogo só é eficaz quando a mídia comparar diversos pontos de vista de forma sistemática e alternar seus enquadramentos" (p. 98).

3.3. Diversas concepções sobre enquadramentos e seus efeitos

Guazina (2011) e Porto (2007) fazem revisões teóricas sobre diversas concepções de enquadramento. Embora façamos opção pelo trabalho de Entman e Porto (2007), trazemos algumas que podem ser interessantes para o debate. Scheufele (1999) situa o debate sobre framing entre os efeitos limitados e os efeitos poderosos: segundo ele, a pesquisa em comunicação, a partir da década de 1980, combinou elementos das duas concepções - de um lado, os enquadramentos seriam exemplos de uma mídia poderosa, por outro lado, os efeitos seriam limitados pela relação entre mídia de massa e receptores.

O autor explica que os enquadramentos, para terem efeitos, têm duas facetas. De um lado, a mídia constrói "enquadramentos de referência" usados pelo público para interpretar e discutir assuntos (TUCHMAN, 1978 apud SCHEUFELE, 1999). Ao mesmo tempo, a audiência, ao processar e interpretar conteúdos dos enquadramentos, utilizam schemas interpretativos preexistentes (Scheufele, 1999). No fim, os efeitos dos enquadramentos surgem quando as audiências formam sua própria versão da realidade a partir dessas duas facetas.

Portanto, dois tipos de enquadramentos podem ser identificados: enquadramentos de mídia e enquadramentos individuais. Os primeiros são construídos pela mídia nos textos noticiosos, e os segundos, *esquemas* internos (SCHEUFELE, 1999). Para Entman (1991 apud SCHEUFELE, 1999),

enquadramentos de mídia são atributos da mídia, enquanto enquadramentos individuais são *esquematas* individuais usado para processar essas informações. Enquadramentos de mídia são definidos na produção da notícia por aqueles que a constroem; enquadramentos individuais são usados pela audiência para processar os conteúdos.

Scheufele (1999) propõe um modelo de efeitos de enquadramentos dividido em entradas, processos e saídas - as saídas de determinados processos servem de entradas para outros processos. Ele conceitualiza quatro processos: construção de enquadramentos (*frame building*), fixação de enquadramentos (*frame setting*), efeitos em nível individual (*individual-level effects of framing*) e uma conexão entre enquadramentos individuais e enquadramentos de mídia (*link between individual frames and media frames*).

Construção de enquadramentos diz respeito à como os enquadramentos são criados por jornalistas e quais características individuais, profissionais e sociais impactam estes. Ele identifica no mínimo três fontes de influência: atitudes e características individuais do profissional; tipo e orientação política do veículo de comunicação; e atores políticos externos (SCHEUFELE, 1999).

A fixação dos enquadramentos depende da acessibilidade (conceito discutido acima) e da importância percebida pela audiência no processo (consciente) de juntar e processar informações (SCHEUFELE, 1999). Efeitos em nível individual dizem respeito a penetração e sucesso dos enquadramentos de mídia nos enquadramentos individuais.

A conexão entre os enquadramentos individuais e enquadramentos de mídia pode ser percebida se examinada o impacto de enquadramentos de mídia em jornalistas e elites políticas, que os produzem, e, ao mesmo tempo, estão suscetíveis a eles. O autor argumenta que o processo de enquadramento não é hierárquico, e sim recíproco (SCHEUFELE, 1999).

Maia et al (2008) defendem que o campo político é competitivo - e que essa competição também acontece para definir quem ganha acesso ao espaço público de discussão mediado por meios de comunicação. Segundo os autores, jornalistas advogam por certas posições de atores sociais e/ou desqualificam outras antes

mesmo de apresentá-las no texto. Portanto, perguntam "se os profissionais dos media constroem ambientes informativos em que há controvérsia interpretativa e se a coletividade de atores que se expressa nos media oferece diferentes pontos de vista e opiniões ou se, ao invés disso, um campo do debate torna-se tão dominante a ponto de marginalizar ou excluir outras visões" (MAIA et al, 2008, p. 2).

É preciso examinar a disputa entre discursos de fontes opostas no mesmo enquadramento, argumentam eles. Enquadramentos com perspectivas diferentes e/ou conflitantes se "tornam publicamente disponíveis" em "situações de debate pluralista". Para Maia et al (2008), o debate é definido pela disputa entre pacotes interpretativos que "possuem uma idéia central que delimita o campo interpretativos que busca dar sentido a uma questão, definindo posições e buscando destacar elementos relevantes em disputa" (p. 6). A disputa está baseada também nas reputações e oportunidade/recursos dos atores sociais. Porém, segundo eles, os pacotes interpretativos não costumam ser apresentados de forma neutra, e sim hierarquizados por meio da seleção de fontes, controle de "proeminência de certas reivindicações" e disponibilidade de "aspectos conceituais ou factuais que sustentam certas interpretações em detrimento de outras" (MAIA et al, 2008, p. 6).

Portanto, a partir do momento em que certo assunto político está em disputa, os enquadramentos sobre este assunto também estarão em disputa. Chong e Druckman (2007 apud MAIA et al, 2008) desenvolveram uma "tipologia de condições de concorrência de enquadramentos": (1) situação assimétrica: audiências é exposta apenas a enquadramentos a favor ou contra determinado assunto; (2) situação dual simétrica: audiência tem acesso a enquadramentos a favor e contra certo assunto em quantidade e frequência iguais; (3) situação dual assimétrica: audiência recebe enquadramentos a favor e contra certo assunto em quantidade e frequência variáveis.

O argumento central dos autores é de que a competição e relação de argumentos contrários dentro dos enquadramentos pode gerar novos "temas,

novas informações e perspectivas" a serem "incluídos no debate (MAIA et al, 2008). Em resumo:

Quando há competição de enquadramentos plurais e controversos (...) os argumentos se entrecruzam de modo conflituoso no ambiente mediático. O vai-e-vem de razões em público obriga aos parceiros da interlocução, muitas vezes, a rever suas premissas, a trazer novas informações relevantes ao debate, a considerar objeções de outros e a tornar mais complexos os próprios argumentos - na tentativa de construir "os melhores argumentos" ou ter sucesso no debate. Isso contribui para modificar o contexto de entendimento dos problemas, as atribuições de responsabilidade e as proposições de solução (MAIA et al, 2008, p. 28).

Concordamos com essa perspectiva, porém acreditamos que o modelo de ativação em cascata de Entman, apresentado mais à frente, é mais refinado.

Motta (2007) afirma que não são os jornalistas que constroem os enquadramentos. Diz que, diferentemente das concepções vistas até agora, eles se utilizam de frames narrativos pertencentes à cultura da sociedade - e que permitem a ele que enquadre a complexidade da realidade em uma narrativa fácil de ser compreendida pela audiência. O argumento central é de que existe reciprocidade - entre emissor e receptor - nos enquadramentos, surgidos de origens comuns.

Segundo o autor, os enquadramentos predominantes na mídia seriam enquadramentos dramáticos, enraizados "na sociedade e na cultura: ordenador, prático, fácil, compreensível" (p. 9). Esses enquadramentos permitem ao interlocutor revelar ou criar conflitos, tensões e clímaxes. Para Motta, são enquadramentos "culturais e por isso ensinam sem serem didáticos" (p. 9). Nessa perspectiva, tanto jornalistas quanto audiência organizam e interpretam, de forma inconsciente, a realidade forma narrativa, "buscando uma conclusão para cada estória", de forma a tornar esta realidade compreensível (MOTTA, 2007, p. 9).

Para tanto, jornalistas apresentam o sistema político como um campo em conflito, colocando atores políticos como opositores e reforçando os conflitos. "Nesse sentido, as narrativas jornalistas não são apenas representações, mas

apresentações da realidade. Elas não representam apenas; elas apresentam o mundo, produzem sentido ao combinar associativamente as relações" (p. 10). Assim, Motta destaca o uso de enquadramentos de metáfora de jogos, chamados de "dramáticos lúdicos" - enquadramentos de guerra, jogo de xadrez, jogos esportivos, corrida de cavalos, quebra-cabeças, ciclo do herói - para traduzir o campo político e capturar a atenção e seduzir o leitor.

Mauro Porto utiliza da distinção feita por Iyengar (1991 apud PORTO, 2004) entre enquadramentos episódicos - com foco em eventos - e temático - com interpretações analíticas que vão além de fatos. Para Iyengar, o "enquadramento episódico faz com que as pessoas atribuam a responsabilidade pelos problemas políticos e sociais a indivíduos, em lugar da consideração de forças ou fatores sociais mais amplos. Em consequência, a relação entre estes problemas e a ação, ou falta de ação, de líderes políticos fica obscurecida. O autor ressalta, todavia, que os efeitos de enquadramento tendem a depender do tema, em lugar de refletir um mesmo padrão universal" (PORTO, 2004, p. 86). A partir dessa definição, Porto propõe que a distinção entre "enquadramentos noticiosos", geralmente criados por jornalistas, e "enquadramentos interpretativos", em geral formulados por atores políticos.

Enquadramentos noticiosos são padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizados por jornalistas para organizar seus relatos. No jargão dos jornalistas, este seria o "ângulo da notícia", o ponto de vista adotado pelo texto noticioso que destaca certos elementos de uma realidade em detrimento de outros. (...) Uma característica importante dos enquadramentos noticiosos é o fato de que eles são resultado de escolhas feitas por jornalistas quanto ao formato das matérias, escolhas estas que têm como consequência a ênfase seletiva em determinados aspectos de uma realidade percebida. Já os enquadramentos interpretativos operam em um nível mais específico e possuem uma independência relativa em relação aos jornalistas que os relatam. Enquadramentos interpretativos são padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos, incluindo definições de problemas, avaliações sobre causas e

responsabilidades, recomendações de tratamento etc. (PORTO, 2004, p. 91).

3.4. R. Entman: opção teórica para esta pesquisa

Consideramos que Robert Entman foi capaz de responder à vários questionamentos sobre os enquadramentos, tornando-o um conceito bastante coerente. Por isso, este trabalho se baseia fortemente nas concepções deste autor – considerando as úteis contribuições de Mauro Porto.

Para Entman (1993) a análise de enquadramentos permite descrever o poder de um texto comunicativo. Segundo ele, a análise de enquadramentos “ilumina precisamente o modo como a influência sobre a consciência humana é exercida pela transferência (ou comunicação) de informação de um lugar – como a fala, discurso, notícias ou um romance – para aquela consciência (p. 1).

Entman define enquadramentos da seguinte forma:

enquadrar é selecionar certos aspectos da realidade percebida e torná-los mais salientes no texto da comunicação de tal forma a promover a definição particular de um problema, de uma interpretação causal, de uma avaliação moral, e/ou a recomendação de tratamento para o tema descrito. Enquadramentos, tipicamente, diagnosticam, avaliam e prescrevem. (ENTMAN, 1993, p. 52.)

Saliência (salience) significa tornar a informação mais notável, significativa ou memorável para as audiências. Assim, enquadramentos realçam alguns informações, aumentando sua saliência e aumentando a probabilidade dessas informações serem notadas, interpretadas, processadas e guardadas nas memórias da audiência. Comunicadores podem tornar informações mais salientes pela localização delas no texto ou sua repetição, além de sua associação com símbolos culturais familiares (ENTMAN, 1993).

O sucesso do enquadramento porém não depende apenas da saliência, mas também de sua compatibilidade com *esquemas* (schemas) existentes nas

crenças de um receptor. *Esquematas*, segundo Entman (1993), dizem respeito a grupos de idéias guardados na mente de uma pessoa e que permite a ela que processe informações. Ou seja, no fim, ainda que existam enquadramentos no texto, eles não necessariamente irão influenciar as audiências.

Além disso, o sucesso de um enquadramento é medido pelo número de pessoas que o notam e se elas compreendem/lembam do problema do modo intentado pelo jornalista e como elas avaliam/agem sobre tal enquadramento. Por isso, enquadramentos bem sucedidos precisam ter efeitos comuns em grandes audiências (claro que é improvável que exista um efeito universal) (ENTMAN, 1993).

Porém, enquadramentos não são definidos apenas pelas informações que salientam, existe uma grande importância nas informações omitidas, pois omissões podem causar mudanças substanciais em como os problemas são entendidos pelos receptores.

De acordo com o autor, os enquadramentos desempenham pelo menos uma e possivelmente todas essas funções:

Enquadramentos, então, *definem problemas* – determinam o que um agente causal está fazendo e com quais custos e benefícios, usualmente medidos em termos de valor culturais comuns; *diagnosticam causas* – identificam as forças criadores do problema; *fazem julgamentos morais* – avaliam agentes causais e seus efeitos; e *sugerem soluções* – oferecem e justificam tratamentos para os problemas e predizem seus efeitos esperados (ENTMAN, 1993, p. 53).

O autor ainda sugere que enquadramentos têm quatro lugares no processo comunicacional: o *comunicador*, o *texto*, o *receptor* e a *cultura*. Em primeiro lugar, *comunicadores* fazem escolhas, deliberadas ou não, entre diferentes enquadramentos ao decidirem o que vão dizer sobre determinado assunto. O *texto* contém enquadramentos que são manifestados pela presença ou ausência de certas idéias que reforçam os julgamentos. É neste aspecto que nosso trabalho será focado. As interpretações e conclusões dos *receptores* pode ou não refletir os enquadramentos no texto noticioso e a intenção do jornalista.

Entman (1993) destaca a disputa de atores sociais por enquadramentos favoráveis. Segundo ele, “enquadramentos chamam atenção para alguns aspectos da realidade enquanto omitem outros elementos, o que pode levar audiências a reações diferentes. Políticos procurando suporte são compelidos a competir entre si e com jornalistas por enquadramentos noticiosos” (ENTMAN, 1993, p. 55). É essa disputa que ele pretende explicar com o modelo de ativação em cascata (*cascading activation model*).

Entman diferencia enquadramentos (frames), atributos dos textos noticiosos, de esquematas (schemas), “processos interpretativos que ocorrem na mente humana” (ENTMAN, 2004, p. 7). Ele sugere que essas idéias podem estar conectadas umas às outras em *redes de conhecimento* (knowledge networks), que permitirão que “toda informação ulterior sobre qualquer uma dessas idéias tem o potencial de trazer à mente sentimentos e conceitos associados por meio da rede de conhecimento” (p. 7) a partir de um processo de propagação da ativação (*spreading activation*).

A partir desses conceitos, Entman (2004) avança no modelo de ativação em cascata, em que enquadramentos “cascateiam” de elites políticas até o público – numa determinação de quem ganha na disputa por significados de enquadramentos. Este modelo confia nos esquematas de atores políticos que são fonte para os textos noticiosos, e em qual espaço/hierarquização eles têm. Entman argumenta que alguns atores têm mais poder do que outros para impor seus enquadramentos.

Entman (2004) explica que *modelo de cascata*: (1) reconhece variações hierárquicas entre os atores em cada nível do sistema que produz as notícias; (2) demonstra como e onde, e se existe, discordância entre enquadramentos de elites; (3) tendo em mãos o conceito de enquadramento e o aplicando na cascata podemos selecionar os enquadramentos importantes dentre todas as informações; (4) o modelo também é capaz de mostrar a forma como as notícias levam *feedback* das audiências para as elites.

A imagem a seguir foi retirada do livro de Entman, e diz respeito aos enquadramentos relativos aos ataques de 11 de setembro de 2001:

Figura 2 – Ativação em cascata segundo R. Entman

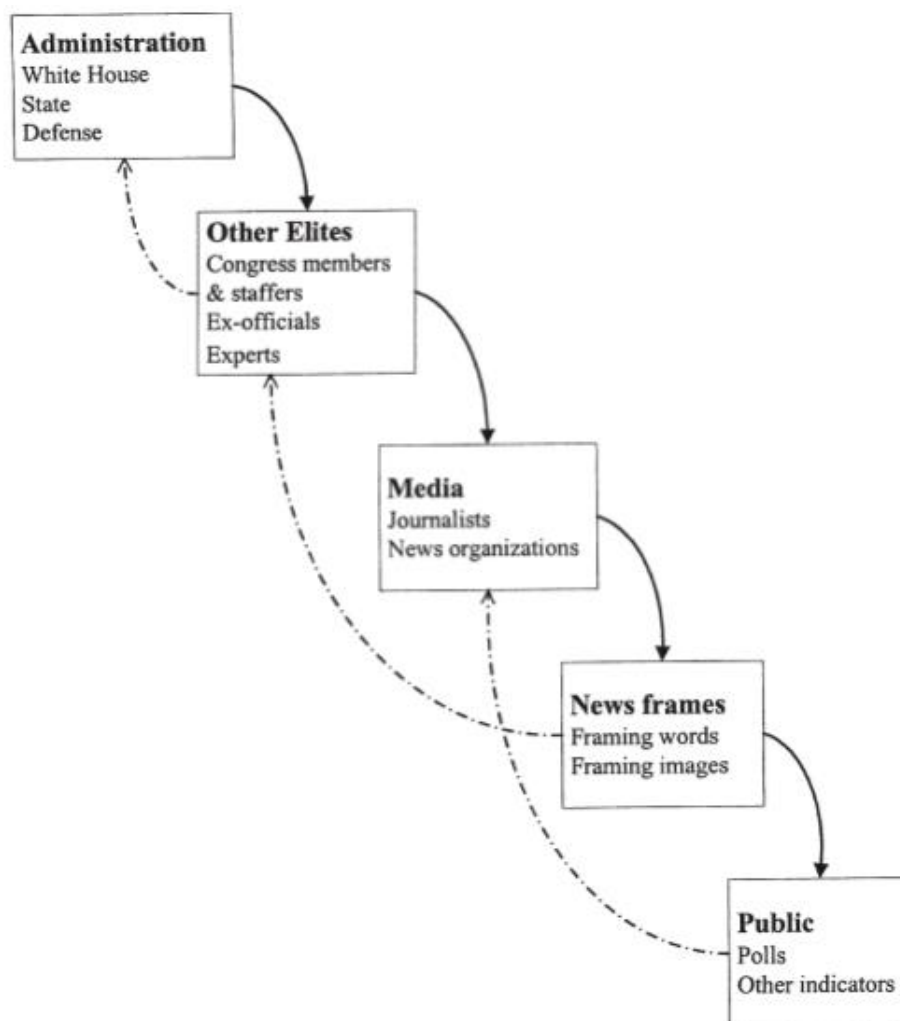


Figure 2. Cascading network activation.

Fonte: Entman (2004), p. 10.

Entman (2004) explica que o modelo de cascata tem quatro importantes variáveis inter-relacionadas que influenciam a ativação e a propagação dos enquadramentos das elites políticas: *motivações* e *congruência cultural*, “que funcionam internamente puxando associações mentais no pensamento de indivíduos”, e *poder* e *estratégia*, que “operam de fora empurrando considerações de enquadramentos” (p. 13).

A variável de maior importância para nós será a *congruência cultural*: ela mede a facilidade com a qual um enquadramento cascadeará de nível em nível e influenciar os enquadramentos em cada um deles. “Quanto mais congruente o enquadramentos é com esquemas que dominam a cultura política, mais sucesso ele terá” (ENTMAN, 2004, p. 14).

O modelo de cascata sugere que a mídia deve fornecer informações suficientes independente do Poder Executivo para que os cidadãos possam construir seus próprios contra-enquadramentos de questões e eventos. Não é suficiente para a mídia apresentar informações em pedaços mal digeridos e dispersos. Em vez disso, o que os cidadãos precisam é um contra-enquadramento construído de palavras e imagens culturalmente ressonantes, que alcancem magnitude suficiente para ganhar a compreensão ampla como uma alternativa sensata. [...] (Entman, 2004, p.17).

Porto (2007) nomeia as disputas políticas em torno de enquadramentos de "controvérsias interpretativas". Reforçando os conceitos formulados por Entman (2004), ele afirma que, no "desenvolvimento de controvérsias interpretativas" são apresentados enquadramentos interpretativos que realizam uma ou mais dessas funções: (1) definir um problema; (2) atribuir responsabilidades ou designar causas para o problema; (3) fazer julgamento moral sobre significado ou relevância dos eventos; (4) argumentar sobre consequências; (5) sugerir soluções. No fim, consideramos que os enquadramentos terão quatro funções:

- (1) Definir um problema;
- (2) Designar causas ou atribuir responsabilidades;
- (3) Fazer um julgamento moral;
- (4) Avaliar consequências ou sugerir soluções.

O principal pressuposto do modelo é o de que os enquadramentos interpretativos apresentados pela mídia oferecem aos cidadãos dicas simples que promovem interpretações particulares sobre temas e eventos políticos, estimulando assim os desenvolvimentos de narrativas específicas sobre a realidade política (Porto, 2007, p. 127).

Modificando a tipologia de Schlesinger et al (1983 apud PORTO, 2007), o autor categoriza a pluralidade dos enquadramentos da seguinte forma: (1) restrito - apenas um enquadramento é apresentado; (2) plural-fechado - mais de um enquadramento é apresentado, porém estão hierarquizados; (3) plural-aberto - mais de um enquadramento é apresentado, sem hierarquia entre eles; (4) episódico - não existe nenhum enquadramento interpretativo, a matéria apenas narra um fato. Com esse modelo, Porto argumenta que:

Um dos pressupostos principais do modelo das controvérsias interpretativas é o seguinte: “segmentos com formatos ‘plurais’ ou ‘abertos’ apresentam mais condições para que os membros da audiência questionem enquadramentos dominantes, oferecendo-os um leque de alternativas mais amplo; por outro lado, segmentos com formato “restrito” ou “fechado” promovem padrões de interpretação particulares e a utilização de enquadramentos interpretativos específicos pelos membros da audiência quando eles ou elas fazem sentido de temas ou eventos políticos (PORTO, 2007, p. 131).

É destas ponderações teóricas que retiramos a maior parte de nossa metodologia, descrita no capítulo a seguir. Fazem opção pela definição de enquadramento de Roberto Entman (1993), descrita acima, com as devidas contribuições de Porto (2007), inclusive no que toca às pluralidades.

A partir de então, podemos comparar enquadramentos de textos bastante diferentes. Isso por que, embora *Folha de S. Paulo* e *Solidariedade à ocupação Pinheirinho* tenham textos distintos do ponto de vista jornalístico (embora ambos tenham cunho noticioso e informativo), entendemos que ambos sejam capazes de transmitir enquadramentos, como verificaremos nos capítulos 5 e 6.

3.5. Metodologia de análise de enquadramento

A amostra utilizada para esse trabalho é constituída do material sobre a desocupação do Pinheirinho publicado pelo jornal impresso *Folha de São Paulo* e

pelo blog *Solidariedade à ocupação Pinheirinho* durante o mês de janeiro de 2012. Este período foi escolhido por que a reintegração de posse aconteceu em fins do mês de janeiro, porém notícias sobre a operação policial iminente ocuparam a mídia desde o início do mês. Da mesma forma, as consequências da desocupação foram pauta até o fim dele.

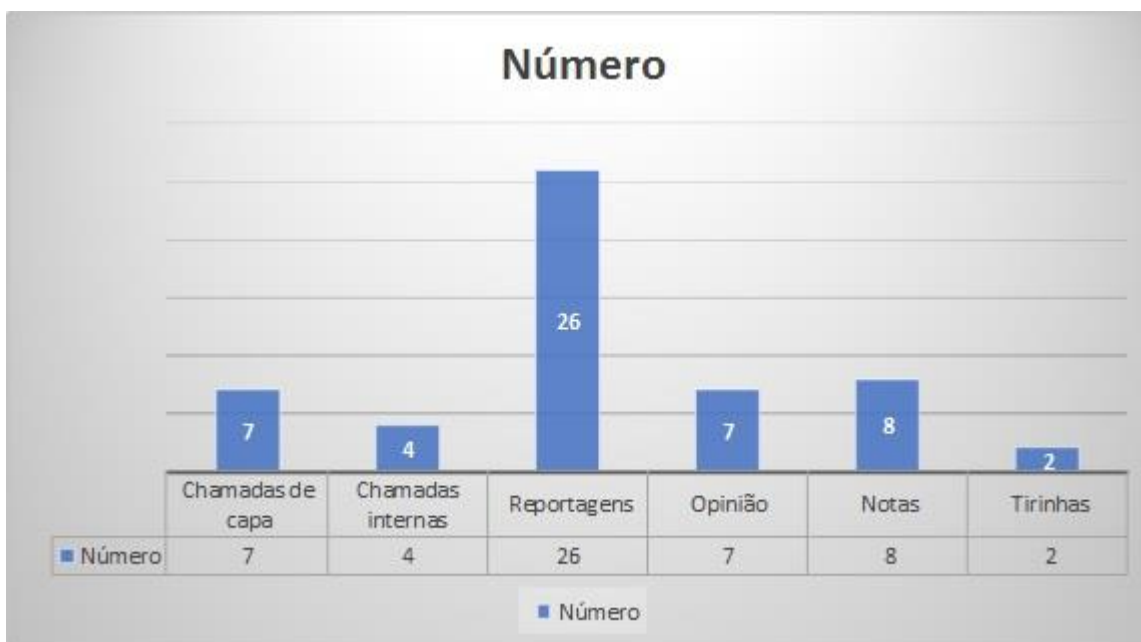
A *Folha de São Paulo* é um dos jornais impressos mais tradicionais do país, e um dos mais vendidos, com uma circulação média de 301.299 exemplares. Fundado em 1921, o periódico define entre seus princípios editoriais: pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independência. Todas as matérias sobre o Pinheirinho foram publicadas no caderno diário Cotidiano.¹⁰

Do dia 14 ao dia 31 de janeiro a *Folha* publicou, em sua edição impressa, uma série de reportagens, notas, artigos de opinião, opinião de leitores e tirinhas sobre o assunto. O gráfico 1 mostra todos esses números.

Nosso material de análise consiste em um editorial, publicado no dia 26 de janeiro, e 12 páginas com reportagens 26 publicadas entre o dia 14 e o dia 29 de janeiro. Desse total, não entram na amostra: sete chamadas de capa, quatro chamadas internas, oito notas na coluna Painel, duas tirinhas, cartas dos leitores em cinco edições, seis colunas de opinião, três artigos da seção Tendências/Debates e uma nota.

Gráfico 1 – Matérias publicadas na Folha de S. Paulo

¹⁰ http://www1.folha.uol.com.br/institucional/conheca_a_folha.shtml



Por outro lado, o *Solidariedade à ocupação Pinheirinho* é um blog de cunho noticioso e informativo mantido por movimentos sociais ligados à ocupação. A cobertura colaborativa foi feita de dentro do Pinheirinho por militantes que, enquanto atendendo a princípios básicos do jornalismo, apresentaram enquadramentos muito menos plurais que os da *Folha de S. Paulo*, com o objetivo de formar uma contra-narrativa à mídia hegemônica.

Figura 3 – Primeira matéria pública no mês de janeiro no blog Solidariedade à ocupação Pinheirinho

Solidariedade à Ocupação pinheirinho

segunda-feira, 9 de janeiro de 2012

Alerta máximo contra a desocupação do Pinheirinho

O clima é de tensão na Ocupação do Pinheirinho, em São José dos Campos, com a possibilidade de a ordem de reintegração de posse, emitida pela juíza Márcia Faria Loureiro, ser cumprida pela Polícia Militar a qualquer momento.

São 10 mil pessoas, em sua maioria mulheres e crianças, ameaças por uma medida violenta, que pode provocar um verdadeiro desastre neste início de 2012.

Na semana passada, a Polícia Militar já invadiu a Ocupação, com mais de 100

NOSSE CONTATO

E-mail: pinheirinhosjc@gmail.com

Twitter Pinheirinho SJC

@PinheirinhoSJC

twitter

Das 79 postagens publicadas, a amostra consiste em 21 reportagens, postadas entre o dia 9 e o dia 31 de janeiro, e uma nota dos sindicatos e movimentos sociais contra a desocupação, que pode ser considerada um editorial.

Portanto, 57 não fazem parte da amostra: consistem em informações de última hora (notas), provas testemunhais (vídeos e áudios brutos), colaborações assinadas, explicações sobre o caso em outras línguas (espanhol e inglês), reportagens de outras fontes, vídeos, *memes*, cartuns, charges e tirinhas, chamadas para atividades ou doações (serviço). Em geral, essas peças ou não são originais, ou têm seu caráter noticioso mais fraco, portanto foram cortadas da amostra.

Gráfico 2 – Material publicado no Solidariedade à ocupação Pinheirinho



Metodologia da Análise de Enquadramento

Seguindo a proposta de Mauro Porto (2007), dividimos os enquadramentos interpretativos de acordo com a hierarquização das fontes na notícia: (1) *Temático* – que apenas narra um fato ou acontecimento, sem expressar opinião; (2) *Restrito* – em que só um ponto de vista é abordado; (3) *Plural Aberto* – em que mais de um

ponto de vista é abordado, mas com hierarquização; (4) *Plural Fechado* – em que mais de um ponto de vista é exposto, mas sem hierarquização entre eles.

A partir de Lunes (2012) também identificamos os seguintes padrões de enquadramentos noticiosos, distinguidos entre: (1) *Episódio* - foca em eventos, sem fazer julgamentos; (2) *Ataque* - sugere condenação de um dos atores político envolvidos no episódio; (3) *Defesa* - enquadramento defende ator político ou ação de atores no episódio; e (4) *Neutro* - texto contém enquadramentos de ataque e defesa sem os hierarquizar.

Funções e focos dos enquadramentos

Utilizamos a metodologia proposta por Entman (2004) para seus *substantive frames*, aceitando algumas das contribuições de Porto (2007) com seus enquadramentos interpretativos. Os enquadramentos, a partir dessa perspectiva, têm *quatro* funções: (1) definir problemas; (2) diagnosticar causas ou atribuir responsabilidades; (3) fazer julgamento moral sobre a significância ou relevância do evento; (4) sugerir soluções ou avaliar consequências. Importante notar que nem sempre todas as funções estão presente no enquadramento de uma notícia. Essas funções se referem a *três* objetos, focos do enquadramento: *Questão, Evento e Atores*.

Schemas e redes de conhecimento

Entman (2004) uso o termo *schemas* para definir processos interpretativos que acontecem na mente humana e aplicam enquadramentos aos textos. Segundo ele, *schemas* são nós que conectam idéias que vagam em nossa memória e provavelmente são pensadas conjuntamente.

Para Kintsch (apud ENTMAN, 2004) esses *schemas* se conectam para formar redes de conhecimento (ver exemplo na figura abaixo) que serão trazidas à mente quando uma dessas idéias for usada pela mídia, numa espécie de encadeamento.

De acordo com Lodge e Sroth (apud ENTMAN, 2004) o processo de trazer à mente pensamentos e sentimentos acontece a partir de um mecanismo de *spreading activation* – conceito importante para o modelo de ativação em cascata, discutido no capítulo anterior. Como modo de capturar precariamente as redes de conhecimento geradas pela cobertura da mídia no caso do Pinheirinho, construímos uma conexão de nós a partir de idéias trazidas nos enquadramentos de cada veículo.

Modelo de ativação em cascata

Em seu trabalho *Projections of Power* (2004), Entman propõe o modelo de *Cascading Activation* – discutido no capítulo anterior. Esse modelo tenta explicar qual ator político vence a luta para impor os enquadramentos midiático que o favorecem. Entendemos que essa contribuição pode ser extremamente importante para compreender o confronto entre movimentos sociais e Estado na narrativa midiática. Portanto, com algumas adaptações, utilizamos o mesmo modelo.

Para chegarmos ao diagrama da rede de ativação em cascata utilizamos como fonte as pluralidades e os tipos de enquadramentos noticiosos – que são capazes de nos dizer quais atores ganham a disputa por espaço em cada cobertura. Com a representação gráfica dos números temos análise quantitativa e, com o diagrama da rede de ativação em cascata, a análise qualitativa.

Ficha de análise

A partir dessas considerações, construímos a ficha de análise incluindo itens para identificação dos enquadramentos. Os campos de **identificação** foram preenchidos com as informações básicas acerca da matéria analisada. Identificamos o veículo, o título a data e a hora, no caso do blog.

Em relação à **pluralidade**, dividimos os enquadramentos entre *Temático*, *Restrito*, *Plural aberto* e *plural fechado*, todos explicados anteriormente. Essa divisão disse respeito a quais pontos de vista eram apresentados na matéria, com

ou sem fala da fonte. O campo complementar **atores** foi usado para identificar qual era a hierarquização das fontes, se houvesse.

No tocante aos **enquadramentos noticiosos**, divididos em *Ataque*, *Defesa*, *Neutro* e *Episódico*, também explicados anteriormente, identificamos qual tipo de juízo o veículo fazia sobre cada ator/fonte citado na matéria. No campo complementar **atores**, identificamos quais atores eram atacados ou defendidos.

O quadro mais completo, retirado de Entman (2004, p. 24) explicita as funções e os objetos dos enquadramentos. Entendemos que em relação a cada objeto - **Questão**, **Evento** e **Atores Políticos** - o enquadramento pode exercer uma ou mais das quatro funções: (1) definir problema; (2) diagnosticar causa ou atribuir responsabilidade; (3) julgar; (4) sugerir solução ou avaliar consequências.

Todos os enquadramentos foram dirigidos por uma **Questão** (*Issue*): a desocupação do Pinheirinho e suas consequências para os atores sócio-políticos envolvidos. Durante o mês de janeiro, vários **Eventos** (*Event*) ocorreram, inclusive o confronto gerado pela operação policial. Assim, vários **Atores Políticos** (*Political Actors*) disputaram espaço, os movimentos sociais, a prefeitura, os governos federal e estadual, etc.

CAPÍTULO 4 – ENQUADRAMENTOS DA FOLHA DE SÃO PAULO

Neste capítulo, demonstraremos a narrativa completa da *Folha de S. Paulo* sobre a desocupação do Pinheirinho durante o mês de janeiro de 2012. Depois disso, iremos analisar: (1) o resumo dos enquadramentos de cada veículo; (2) sugestão de redes de conhecimento; (3) demonstração das quantidades de pluralidades e, por fim, (4) sugestão de ativação em cascata. Neste e no próximo capítulo as citações de textos do *Folha de S. Paulo* e do blog *Solidariedade à ocupação Pinheirinho* aparecem em itálico.

4.1. Enquadramentos na narrativa da Folha de São Paulo

Dividimos o período analisado em três momentos: *pré-confronto*, *confronto* e *pós-confronto*. Pré-confronto se refere ao período do início de mês de janeiro de 2012 até 21 de janeiro. A partir do dia 22 de janeiro de 2012 começou a operação policial de reintegração de posse do terreno, que chamamos de confronto, momento que termina com o fim da operação, em 25 de janeiro. Do dia 26 até o 31 de janeiro temos o período de pós-confronto.

4.1.1. Pré-confronto na narrativa da Folha de São Paulo

A *Folha de São Paulo* publicou apenas duas reportagens antes da operação da Polícia Militar de reintegração de posse do Pinheirinho, uma no dia 14 e outra no dia 18 de janeiro. A primeira, *Invasores montam “tropa” para impedir reintegração de terreno* (14/01/2012), saiu na página C3 do caderno Cotidiano. Nela, o jornal procura estabelecer as primeiras interpretações sobre *Questão*, *Evento* e *Atores*, os focos do enquadramento.

O problema, em relação à *Questão*, é definido pelo repórter de forma simples: a Justiça determinou a reintegração de posse, mas os moradores não querem sair. Segundo a matéria, a área pertence à *massa falida do grupo Selecta, do investidor Naji Nahas, e tem dívidas de R\$ 15 milhões com a prefeitura*, mas foi *invadida pelos moradores da favela Pinheirinho em 2004* – e à

época tinha 6000 habitantes. O julgamento moral está implícito: enquanto Naji Nahas é mostrado como *investidor*, os moradores do Pinheirinho são chamados de *invasores*. A sugestão da *Folha* é, em verdade, uma não-solução: *A prefeitura diz que, por ser decisão judicial em área privada, não pode interferir.*

O lead da matéria diz respeito ao evento. Neste foco do enquadramento, o problema é que os moradores formaram um exército para resistir à reintegração, que está à espera da *Polícia Militar, que pode cumprir uma reintegração de posse determinada pela Justiça*. Apesar da iminência da ação policial, os moradores se recusam a deixar a área. O julgamento moral está na fala de um personagem da matéria: *“Não estamos fazendo armas para ferir ninguém, só queremos defender nossas casas”*.

O problema em relação aos atores políticos envolvidos está focado nos moradores, *Na iminência da reintegração, os líderes montaram um batalhão "anti-choque". A idéia é se defender [...]*. Em relação ao julgamento moral, o repórter compara os moradores a personagens de um filme: *Como no filme italiano "O Incrível Exército de Brancaleone" (1966) – grupo de soldados maltrapilhos que se arma para defender suas terras -, tudo é improvisado.*

No dia 18 de janeiro, foi publicada a reportagem *De frente pro choque*, que tinha como fonte principal um dos líderes da ocupação, Valdir Martins. O texto enfatiza esse personagem e também conta que a reintegração não aconteceu.

Segundo o jornal, a reintegração não aconteceu por causa de decisões jurídicas contrárias. O problema é assim definido: *O confronto [...] não aconteceu [...] por causa de outra "guerra", a de liminares*. Em seguida, a explicação aparece: *Às 4h20 de ontem, a iminência de um confronto entre invasores e a PM, a Justiça Federal concedeu uma liminar aos integrantes do movimento, desautorizando a polícia a cumprir a reintegração de posse, determinada no ano passado, pela juíza estadual Márcia Loureiro. Às 17h30, a Justiça Federal emitiu outra decisão, agora derrubando a da madrugada, alegando não ser caso de competência federal.* Novamente, nos deparamos com uma não-solução: *A última decisão [...] mantém a reintegração de posse à dona.*

Sobre o confronto, o evento, não acontecido, a *Folha* contextualiza a situação: *Os 6000 moradores da ocupação resistem à reintegração desde 2006, quando houve a primeira decisão judicial pela desocupação. A causa da resistência também é definida – grupos de esquerda controlariam os moradores: Os sem-teto se organizaram, orquestrados por grupos como o Must, por partidos como PSTU e pelo Sindicato dos Metalúrgicos. Por último, o julgamento da Folha é de que aquilo seria uma batalha: A "batalha" estava marcada. De um lado, 1500 PMs. De outro, moradores da ocupação.*

Com foco no ator, essa reportagem introduz uma das lideranças do Pinheirinho. Dessa vez, define como problema a invasão de grupos sem-teto: [...] *ocupação Pinheirinho, favela criada em 2004 após invasão de grupos sem-teto. Folha mostra Valdir Martins, um dos “regentes” da resistência: O líder [...] Valdir Martins, 54, o Marrom, nunca foi morador de favela, mas diz ter aderido à causa dos sem-teto na década de 1970. “Admiro a experiência das lutas na Bolívia e dos palestinos, que enfrentam exércitos com paus e pedras”, conta o coordenador do Must (Movimento Urbana Sem-Teto) e ex-candidato a deputado estadual. Por fim, temos uma solução temporária para os moradores da ocupação: Na favela, houve festa com adiamento da reintegração. A comemoração incluiu cantores de rap e artistas circenses. Restou comemorar.*

4.1.2. O confronto na narrativa da Folha de São Paulo

Em *Retirada de famílias deixa rastro de destruição em São José dos Campos*, *Folha* publica a primeira reportagem durante o confronto, em 23 de janeiro de 2012, com destaque na capa do caderno Cotidiano. Sobre a questão do enquadramento, novamente o problema é definido como invasão de uma área privada: *A área, pertencente à massa falida de uma empresa do megainvestidor Naji Nahas, foi invadida em 2004. Por isso, a Polícia Militar iniciou a operação para desocupar o Pinheirinho às seis horas da manhã. A causa: determinação da Justiça estadual.*

Sobre o confronto, o problema girou em torno das *depredações, incêndios e ferimentos: A reintegração de posse [...] deixou um rastro de destruição. A causa*

do confronto foi a resistência de alguns moradores, segundo o jornal: *Parte dos moradores chamou a atenção ao formar um exército improvisador para resistir. Ontem, poucos usaram a indumentária. [...] disseram ter sido pegos de surpresa, pois uma outra decisão da Justiça, esta da esfera federal, havia barrado a reintegração.*

Em relação aos atores políticos, *Folha* mostra os dois lados do conflito: por um lado, a resistência: *Dezesseis pessoas foram detidas durante o dia sob a suspeita de vandalismo.* Por outro, a PM: *O comando da PM disse que, na área desocupação (sic), houve resistência mínima.* Segundo alguns atores políticos não-nomeados, a ação foi um massacre: *Movimentos sociais ligados a grupos sem-teto divulgaram nota classificando a ação policial como um massacre.* Também é narrado um episódio de violência por parte da Guarda Civil: *A Folha presenciou um espancamento por um grupo de guardas civis. Os motivos não foram explicados.* Porém o repórter dá voz ao comandante da Guarda, que culpa os moradores: *"É uma praça de guerra. São maloqueiros que querem depredar tudo", disse o comandante da guarda, Jorge de Assis Pinheiro.*

No mesmo dia, outras reportagens sobre o assunto foram publicadas na página C3 do caderno Cotidiano. Em *Reintegração de área ocorre em meio a imbróglio jurídico*, o problema diz respeito a discordâncias de interpretações jurídicas: *Justiça estadual determinava retirada de famílias enquanto Justiça Federal suspendia operação no local. [...] envolvendo uma disputa de competência entre magistrados estaduais e federais. Ontem, na hora da operação, estavam em vigor duas determinações: pela Justiça estadual, a ordem era para desocupar a área. Pela federal, nada poderia ser feito.* A causa deste conflito foi a intromissão da Justiça federal por conta de um suposto projeto habitacional do governo federal: *A Justiça Federal envolveu-se na questão porque havia um projeto do governo federal para urbanizar a área. Assessor do presidente do TJ-SP, Ivan Sartori, o magistrado Rodrigo Capez disse que havia apenas um protocolo de intenções do Ministério das Cidades.* O julgamento moral já vem no título – *Folha* chama o conflito jurídico de *imbróglio*, que significa trapalhada. A reportagem também mostra que a solução foi dada pela esfera superior da justiça comum: Só

no final do dia o Superior Tribunal de Justiça se pronunciou e confirmou que a reintegração era legal. Só no início da noite de ontem e, portanto, após a retirada das famílias terminar, que o STJ emitiu uma decisão liminar dizendo que a competência sobre a permissão de reintegração de posse era da Justiça estadual.

Em relação aos atores, *Folha* narra em um parágrafo as relações conflituosas entre oficiais de justiça, moradores e policiais militares: *Durante a execução da ordem judicial dois oficiais federais de Justiça estiveram no local para determinar a suspensão da reintegração. Os moradores chegaram a comemorar, mas os servidores federais foram ignorados pela polícia. [...] Após o início da ação, moradores entraram com pedido na Justiça Federal para que a reintegração parasse e os responsáveis pelo comando da operação fossem presos, por terem descumprido a ordem.* De acordo com um dos personagens da matéria, Rodrigo Capez, assessor do presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a ação foi positiva e aparece como julgamento moral: *Capez disse ter recebido telefonema de várias autoridades [...] Para todas repetia que a ação da PM estava sendo realizada com profissionalismo e eficácia.* Aqui, uma solução não cumprida: *Na última quarta-feira à noite, houve um acordo entre a massa falida da empresa e os invasores. Haveria uma espécie de trégua por 15 dias, para um entendimento entre as partes envolvidas.*

Em reportagem complementar na mesma página, intitulada *Pinheirinho tem ruas, quadras, igrejas e até praça*, *Folha* contextualiza mais profundamente a conjuntura política da ocupação. Enquanto descreve a ocupação, a reportagem define novamente o problema como invasão de uma área particular: *[...] a invasão Pinheirinho existe a oito anos na periferia de São José dos Campos e é quase um "bairro", com ruas internas, quadras, oito igrejas e até uma praça pública. A área é de uma empresa cuja dívida com a prefeitura chega a R\$ 15 milhões. A causa é, outra vez, a presença de grupos de extrema esquerda: A invasão se fortaleceu com o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos local e com ajuda de movimentos sociais e partidos de extrema esquerda, como o PSTU.*

Mostrando a relação entre atores políticos na ocupação, *Folha* narra que lideranças culpam a prefeitura: *A prefeitura, comandada pelo tucano Eduardo*

Cury, é acusada por líderes da invasão de não ter interesse em regularizar da área (sic). A prefeitura se defende, afirmando que é parte do conflito: Já a prefeitura afirma que considera o Pinheirinho um problema que envolve exclusivamente os invasores e os proprietários da área. A prefeitura também afirma que sua posição é respeitar as decisões da Justiça.

A terceira e última reportagem da página, *Planalto se diz surpreso com intervenção*, mostra relação conflituosa entre as três esferas do governo: federal, representado pelo Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência; estadual, com o governador Geraldo Alckmin (PSDB), que não dá declarações oficiais; e municipal, com o prefeito Eduardo Cury (PSDB). Segundo a matéria, o problema é que o governo federal não estava ciente da ação de reintegração de posse: *Governo federal se disse surpreendido com ação. Palácio [...] vinha acompanhando as conversas sobre a retirada das famílias da área e trabalhava para uma saída negociada, com a definição de uma nova região para abrigar as famílias. O governo federal trabalhava com a informação de que isso só ocorreria em 15 dias.* A causa é que a prefeitura de São José dos Campos fechou o diálogo com o governo federal: *Carvalho [Gilberto Carvalho, Secretaria-Geral da Presidência] afirmou ter estranhado o fato de o prefeito de São José dos Campos, Eduardo Cury (PSDB), ter desmarcado uma reunião sobre a invasão na quinta passada.* Em relação ao julgamento moral, *Folha* reproduz afirmações da PM: *Alckmin não deu declarações oficiais ontem. Os comandantes da operação de reintegração de posse disseram que a polícia agiu dentro das normas e ressaltaram que, no perímetro do terreno da invasão, não houve conflitos graves com os moradores.*

O ator político Palácio do Planalto também faz a definição do problema: *A avaliação no Planalto é que o uso da polícia poderia ter sido evitado caso o entendimento com as famílias não tivesse sido atropelado.* Um parlamentar petista ainda faz o diagnóstico da causa, culpando o governador de São Paulo: *Coube ao líder do PT na Câmara, deputado Paulo Teixeira (SP), a crítica ao governo Alckmin. "Ele se omitiu dessa situação. É uma ação que poderia ter sido evitada por que é uma disputa em torno de habitação", afirmou.*

Outra reportagem com destaque na capa do caderno Cotidiano foi publicada no dia seguinte, 24 de janeiro. *Reintegração deixa legião de desabrigados* mostra que o abrigo para famílias desocupadas não atende às condições mínimas de salubridade: *Operação da PM para retirar famílias de área em São José dos Campos leva moradores a abrigos com estrutura precária*. Funcionária de um abrigo não-oficial diagnostica a causa da situação precária dos moradores – prefeitura não ajuda: *Segundo Shirley Albino de Faria, 45, funcionária da paróquia [igreja de Nossa Senhora do Socorro, abrigo extraoficial], os alimentos foram obtidos de doações. "A prefeitura não está contribuindo com nada aqui, diz que os ex-moradores devem procurar os abrigos oficiais", disse.*

Vários dos atores presentes na matéria fazem julgamentos morais. Uma das moradoras é direta: *Uma tragédia humanitária. Assim a dona de casa Luiza dos Reis Salatiel, 77, definiu a situação vivida ontem pelos expulsos da invasão Pinheirinho*. Outro se queixa da prefeitura: *"Eles querem nos degradar como seres humanos", disse o motorista Assis David Monteiro, 62*. Por outro lado, a PM ainda vê a operação como positiva: *O coronel Carlos Messias Mello, comandante da operação, afirmou que a PM não cometeu excessos. "Foi uma operação que deu certo", disse.*

Uma segunda matéria na mesma página, *Secretário avaliou riscos antes da operação da PM*, retoma a narrativa dos conflitos entre esferas do governo. Segundo a reportagem, o governador Geraldo Alckmin sabia de todos os riscos da operação: *O governador Geraldo Alckmin (PSDB) decidiu pela operação da PM no Pinheirinho na sexta. Só no dia seguinte foi avisado pelo TJ que poderia fazer a reintegração. [...] O governador foi alertado para a gravidade da situação ao longo da semana pelo secretário de Segurança Pública, Antonio Ferreira Pinto, que avaliou a operação a ser realizada como bem organizada*. A avaliação prévia serviu para marcar data e horário em segredo, com objetivo de desmobilizar a resistência: *A cúpula do governo decidiu até mesmo o horário da operação, na manhã de domingo, por avaliar que os líderes não estariam na invasão naquele momento.*

A definição do problema com relação aos atores políticos, de acordo com o jornal, é de que a *desapropriação criou um mal estar entre os governos estadual e federal*. As críticas feitas por funcionários dos governos é apontada como causa para esse problema. Funcionário da gestão petista culpa a PM: *Atingido por bala de borracha no Pinheirinho, o secretário nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência, Paulo Maldos, disse que PM atirou e usou bombas sem ser provocada*. Enquanto isso, Gilberto Carvalho aparece novamente, também criticando a PM: *O ministro Gilberto Carvalho [...] afirmou que a polícia transformou em "praça de guerra" a ação de reintegração*. Funcionário do governo estadual responde criticando o partido do ministro: *À tarde, Fábio Lepique, assessor especial de Alckmin, retrucou pelo microblog Twitter: "Bobagem discutir com petista a legalidade da ação. Desde quando o PT conhece (e respeita) a lei?", afirmou*.

Em *Decisão do TJ é correta, dizem especialistas*, outra reportagem complementar na mesma página, *Folha* traz opiniões favoráveis e contrárias à decisão do TJ. Há mais espaço para opiniões favoráveis. Sobre o problema, *Folha* apresenta primeiro especialistas que consideraram correta a decisão: *Especialistas em direito constitucional afirmam que não houve nenhuma falha na decisão da Justiça estadual em ignorar a liminar da Justiça Federal sobre a reintegração de posse da área do Pinheirinho. Assim, da mesma forma, agiu corretamente a Polícia Militar em obedecer aos magistrados estaduais, já que a Justiça estadual é autônoma e a Justiça Federal não havia sido (sic) suscitado o "conflito positivo de competência" para ser julgado*. Em seguida, uma opinião contrária: *Procurador da República Angelo Costa mantém o entendimento de que o caso é federal*.

Para a *Folha de S. Paulo*, a solução é inexistente pois decisão não pode ser revertida: *Uma das razões é por que o fato está consumado. Ou seja, agora, após a reintegração de posse concluída, seria complicado mandar devolver as pessoas para suas casas. Outra razão é porque uma intervenção do procurador-geral da República só se justificaria em caso de grave desrespeito aos direitos humanos*.

Um dos personagens citados, especialista em direito constitucional, chega a fazer um julgamento moral sobre o caso – para ele não houve desrespeito aos direitos humanos: *"Isso deve ocorrer em casos relevantes, com repercussão internacional, o que, me parece, não é caso", disse Nicolau [advogado Gustavo Rene Nicolau].*

A última reportagem da página, intitulada *Terreno de empresa falida foi avaliado em R\$ 180 milhões*, sugere que dinheiro do terreno seja usado para pagar dívida com a prefeitura: *A propriedade tem dívidas e um dos credores é a Prefeitura de São José dos Campos. A massa falida da Selecta, dona das terras, deve R\$ 15 milhões em IPTU. O terreno de 1,3 milhão de metros quadrados [...] foi avaliado em R\$ 180 milhões por um perito.*

Além disso, pela primeira vez é citada a prisão de Naji Nahas, em 2008, parte da operação Satiagraha. Antes ele havia sido citado como empresário e investidor. *Entre os sócios da empresa está o empresário Naji Nahas, que chegou a ser preso em 2008 na operação Satiagraha, da Polícia Federal, que investigava corrupção e foi anulada pelo Superior Tribunal de Justiça.*

As reportagens do dia 25 de janeiro aparecem com menos destaque, na página C6 do caderno Cotidiano. A principal, *PM infiltrou homens antes da reintegração*, conta como foi o planejamento da ação policial. Pela primeira vez aparece um problema diferença em relação à questão do enquadramento: descaso do Estado. *Em oito anos de ocupação da área no interior paulista, os governos federal, estadual e municipal não se posicionaram em favor da desapropriação e não apresentaram programas habitacionais específicos para as famílias.*

O prefeito da cidade de São José dos Campos dita o tom: [...] o prefeito Eduardo Cury (PSDB) afirmou que a prioridade é dar atendimento social "a curto prazo", com abrigos, vagas em creches e assistência médica. [...] O prefeito disse ainda que não está, por ora, focado na montagem de programa habitacional para os moradores agora desabrigados. Cury afirmou que as famílias do Pinheirinho não poderão passar à frente das demais inscritas no cadastro.

O julgamento da *Folha de S. Paulo* é de que o planejamento da ação contrastou com o usual descaso em relação à política habitacional e assistência: *Planejamento de ação policial em São José dos Campos contrasta com improviso na ajuda a famílias desabrigadas. A megaoperação policial que envolveu quase 2.000 PMs contrasta com a ausência de propostas sociais para os agora desabrigados.*

Segundo a *Folha*, apenas agora os governos federal e estadual agiram com o objetivo de incluir os moradores do Pinheirinho em programas habitacionais: *Apenas agora as três esferas de governo agiram. O governo Dilma Rousseff (PT) fiz querer incluir as famílias no programa Minhas Casa, Minha Vida; o governo Geraldo Alckmin (PSDB) ofereceu o programa de aluguel social.*

A matéria traz também a narrativa do planejamento da ação pela Polícia Militar, incluindo a infiltração: *A ação policial na favela Pinheirinho [...] foi precedida de uma investigação da inteligência da PM, que infiltrou homens entre moradores para saber onde estavam as armas exibidas por um grupo dias antes da reintegração.* O objetivo da infiltração era desmobilizar a resistência: *Segundo comando, objetivo foi desarmar exército improvisado por moradores.*

Folha aceita que a ação policial prévia foi solução para o confronto: *Segundo a PM, o material foi recolhido nas primeiras horas da reintegração. Essa ação de inteligência, afirma o comando da corporação, evitou uma tragédia, segundo o comandante da PM, coronel Álvaro Camilo. "Se houvesse o enfrentamento, acabaria em morte."*

Outra reportagem na mesma página narra fato acontecido no primeiro dia da reintegração (22 de janeiro) e citado pelo jornal no dia 23 de janeiro: espancamento de liderança do Pinheirinho por guardas municipais. Este é o problema definido. A causa do espancamento é diagnosticada pela GCM: *Ensanguentado e algemado, Guilherme Boulos, 29, coordenador nacional do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), foi chamado de membro de "movimento do vandalismo" por guardas municipais de São José dos Campos. Boulos voltou à delegacia, onde ficou detido por destruição de patrimônio público. Foi solto após os advogados do movimento pagaram R\$ 700 reais de fiança. A*

solução é oficial: *A prefeitura da cidade informou que vai apurar a atuação da GCM.*

Nesta matéria o líder do MTST tem chance de definir o problema: *"Eu estava buscando organizar uma assembleia com as famílias e buscar uma saída para abrigo. A GCM me atacou, cegaram agredindo. Apontaram o revólver para mim. Falei que não havia motivos para me prender", afirmou.*

Petistas veem lentidão do governo federal para agir no Pinheirinho, na mesma página, fala dos conflitos internos dentro do PT. O jornal define os problemas que causam descontentamentos internos: Petistas ligados a movimentos sociais se queixam da demora da AGU (Advocacia-Geral da União) para pedir que a reintegração de posse da área do Pinheirinho fosse remetida à Justiça Federal. [...] Petistas lamentam que o Ministério das Cidades tenha demorado a apresentar projetos habitacionais, seja para urbanização ou para acomodação das famílias de sem-teto.

Segundo eles, mais rapidez da AGU poderia ter evitado o conflito: *A medida poderia suspender a ordem de desocupação, segundo das lideranças. De acordo com integrantes da Secretaria-Geral da Presidência, a União poderia manifestar-se como parte interessada por ser credora. [...] AGU foi informada do pedido de desocupação em 17 de julho de 2011. No processo, a AGU afirmou que a União tinha interesse na área para desenvolvimento de projetos de reurbanização do Ministérios das Cidades. Só na tarde do dia 22, já com a reintegração de posse em curso, a AGU levou o chamado "conflito de competência" para o Superior Tribunal de Justiça. A decisão liminar, dada no início da noite, considerou que a questão cabia à Justiça estadual.*

Na relação entre atores políticos, *Folha* destaca a polarização entre PT e PSDB, e cita o PSTU como crítico de ambos: *Reintegração do Pinheirinho desencadeou uma série de críticas entre tucanos e petistas. Estes criticam a ação da ostensiva polícia. Aqueles veem tais manifestações como oportunistas. Integrantes do PSTU e movimentos sociais ligados diretamente aos moradores da invasão distribuem críticas a membros dos dois partidos.*

Por fim, a última reportagem da página C6 diz respeito aos grupos de esquerda que ainda resistem à reintegração, que continua. O texto elenca os grupos radicais de esquerda que lideram a resistência: *Metalúrgicos, químicos, petroleiros, condutores de ônibus, vidreiros, trabalhadores da construção civil, servidores municipais, estudantes e sem-teto formam hoje o caldeirão de grupos radicais de esquerda que lideram o que resta de resistência à desocupação do Pinheirinho. O núcleo duro do movimento está concentrado no Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, um dos mais poderosos do país, com cerca de 21 mil associados e um orçamento anual de R\$ 10 milhões [...]. Fazem parte ainda do movimento a Anel (Assembleia Nacional dos Estudantes - Livre!), que se opõe à suposta moderação da UNE e o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto). O julgamento moral está claro na definição do problema: o repórter classifica os grupos como radicais.*

A reportagem também esclarece o motivo desses grupos terem tal força dentro da ocupação: *Grupos de esquerda estão no Pinheirinho desde o início, em 2004, e seus líderes sempre foram respeitados como porta-vozes da comunidade.*

A última reportagem publicada durante o confronto, *Morador diz que casa foi demolida com móveis*, em 25 de janeiro na página C7, é uma denúncia de excessos na ação de desocupação. O problema definido pelo repórter é que casas foram demolidas sem que moradores pudessem pegar seus pertences: *Nas ruínas de alguns imóveis, a reportagem flagrou geladeiras e fogões novos em meio ao entulho.*

Quanto aos personagens, por um lado a PM se isenta de culpa: *A Polícia Militar afirma que "não tem conhecimento" de que casas estejam sendo demolidas com pertences dos moradores no interior.* Por outro, moradores dizem que não tinham como levar suas coisas: *Ex-moradores ouvidos pela Folha disseram que não tinham lugar ou espaço nos veículos para levar tudo o que havia dentro de suas casas.*

Os moradores ainda criticaram outros atores político envolvidos no confronto, inclusive a imprensa: *Entre os ex-moradores, o clima era de revolta com a Justiça - que determinou a reintegração -, com a imprensa - acusada de*

parcialidade - e também com os líderes do Pinheirinho [...] que afirmaram que os moradores poderiam continuar a reformar suas casas porque a polícia não iria entrar para retomar a posse do local.

4.1.3. Pós-confronto na narrativa da Folha de São Paulo

O primeiro texto publicado na *Folha de São Paulo* após o confronto da reintegração de posse do Pinheirinho é um editorial, publicado na página A2 do Primeiro Caderno do jornal, em 26 de janeiro de 2012. O texto é um banquete de interpretações e expõe mais claramente as definições de *problema*, diagnósticos de *causas*, *julgamentos morais* e sugestões de *soluções* em relação à *questão*, *evento* e *atores* apresentados nos enquadramentos da cobertura.

A definição de problema é bem clara, e exposta no subtítulo do editorial: *Reintegração de posse expõe manipulação política por militantes de esquerda e omissão do poder público no amparo às famílias retiradas*. Na hierarquização das informações, a omissão do poder público é a última a aparecer. As causas para esse problema são as seguintes: *O terreno [...] pertencia ao grupo Selecta, do empresário Naji Nahas, que foi à falência em 2004. [...] No mesmo ano, a área começou a ser irregularmente ocupada*. O texto omite a informação, já publicada anteriormente no jornal, de que Naji Nahas havia sido preso em 2008. Apenas no último parágrafo aparece a omissão do poder público: *Outro aspecto lamentável foi a inexistência de medidas eficazes para aplacar o drama das famílias. São elas as grandes vítimas da persistente precariedade habitacional, num país que cresce a olhos vistos, mas é incapaz de eliminar essas terríveis desigualdades*.

O julgamento moral feito pelo editorialista é claramente exposto no texto: *A reintegração [...] contemplou variados interesses pecuniários e políticos - mas não os da população desalojada com bombas, cassetes e balas*. A solução para toda a questão é simples e já havia sido citada nas reportagens, usar o dinheiro do terreno para pagar a dívida com a prefeitura: *A retomada e venda da propriedade avaliada em R\$ 180 milhões poderão auxiliar na quitação de muitas dívidas. Entre ela um débito de R\$ 16 milhões com a prefeitura local, nas mãos de Eduardo Curry, correligionário do governador Geraldo Alckmin (PSDB)*.

Em relação aos confrontos entre moradores e forças policiais, problema definido pelo editorial, a PM é identificada como agente causador: [...] *contava com abusos da autoridade pública por policiais militares despreparados. [...] a PM parece sempre pronta a patrocinar espetáculos de truculência.* Porém a única solução sugerida para lidar com os excessos da PM é a investigação pelo próprio Estado: [...] *não se verificou o propalado massacre, embora haja registro de excessos no cumprimento da determinação judicial, que precisam ser investigados.*

Quanto aos atores políticos, *Folha* não hesita em culpar o PSTU pelo confronto: *À frente da ocupação encontravam-se militantes esquerdistas vinculados a organizações sindicais e ao PSTU. [...] Não há dúvida de que esses líderes desejam o confronto. [...] um desses líderes, Valdir Martins, ex-candidato a vereador pelo PSTU, revelou a disposição de levar inocentes a um enfrentamento que poderia resultar em mortes: "ou a ordem de desocupação é suspensa, ou vamos assistir a um banho de sangue", declarou, ao mesmo tempo em que se anunciava a organização de uma milícia brancaleônica para resistir à polícia.*

A causa, para o jornal, é que o PSTU não se interessa por soluções para os problemas dos sem-teto: *Não interessam ao PSTU soluções reais para as carências habitacionais dos pobres. [...] O objetivo, ao contrário, é fomentar conflitos. Em sua alucinação ideológica isso evidenciaria a suposta impossibilidade de resolvê-las no quadro da democracia.* O editorialista também faz o julgamento moral dos grupos de esquerda, dizendo que sofrem de *alucinação ideológica.*

A primeira reportagem pós-confronto foi publicada na página C6 do dia 26 de janeiro – *Ação da PM acaba e área de risco é invadida.* Expulsos de suas casas no Pinheirinho em com assistência precária da prefeitura, moradores invadiram área de risco: *Sem esperança de voltar para a região, alguns dos ex-moradores já haviam adotado como novo endereço uma outra invasão: o bairro Rio Comprido, onde casas estavam vazias há um ano desde que ocorreu um deslizamento de terra, que deixou quatro mortes. A prefeitura disse que 13 casas*

foram invadidas ontem e que tentaria desocupá-las na Justiça o quanto antes pois há risco para as famílias.

Ator político envolvido no conflito, Antonio Donizete Ferreira, do PSTU, definiu o problema do ponto de vista dos movimentos sociais: *Líderes do movimento disseram que novas invasões não estão descartadas. "O que leva à ocupação é a necessidade de moradia", diz Antonio Donizete Ferreira, advogado dos desabrigados. A solução também é definida pela liderança: Ele disse [...] que não desistiu de reverter a reintegração via Judiciário. Ontem [...] o movimento sofreu derrota na Justiça. O presidente do STF [...] arquivou mandado de segurança apresentado pelo movimento, alegando que ainda cabe recurso no STJ.*

Uma segunda reportagem na mesma página narra outras vicissitudes dos moradores expulsos e sem assistência. O problema: *Cerca de 500 ex-moradores [...] fizeram ontem uma caminhada de quase uma hora, sob forte calor, carregando pertences e crianças, por um trajeto de cerca de 4km até chegarem a um abrigo da prefeitura montado em um centro poliesportivo. Quando conseguiram entrar no abrigo os protestos não pararam, desta vez por falta de estrutura. Não havia água nos banheiros e faziam muito calor no local, que tem telha de zinco.*

A causa da migração é o fim de um abrigo não-oficial, localizado em uma igreja: *A caminhada se deu por conta da desativação do único abrigo não oficial, localizado em uma igreja que não tinha mais condições de cuidar das famílias. A prefeitura não enviou caminhões, ambulância nem agentes de trânsito para organizar a caminhada. A solução que surge na matéria é uma ação da Defensoria Pública em favor dos moradores: Defensoria Pública afirmou que entrou anteontem com uma ação civil pública contra a prefeitura pedindo a retirada das famílias dos abrigos por falta de condições.*

A reportagem também apresenta o ponto de vista de um dos atores, a prefeitura. Segundo ela, a causa da precariedade da assistência aos desabrigados é o excesso de pessoas: *A prefeitura informou que parte do desconforto ocorreu devido ao número de pessoas que apareceu. A estimativa inicial era de 300 pessoas. A solução sugerida pela prefeitura também está presente: A gestão diz*

que algumas famílias seriam levadas ontem a outros abrigos e que estuda ativar um quinto alojamento.

Seguindo a linha posta pelo editorial, a matéria da página C7 do mesmo dia confronta versões oficiais da Polícia Militar com apuração dos repórteres enviados a São José dos Campos. *Polícia restringiu acesso da imprensa durante operação* define toda a ação da PM em relação ao livre exercício do jornalismo como problema: *Embora afirme que tenha "dado liberdade total" para a imprensa durante a reintegração de posse, a Polícia Militar impôs restrições ao acesso de jornalistas ao terreno da favela Pinheirinho, em São José dos Campos. Entrada de jornalistas em área de reintegração de posse em São José dos Campos foi monitorada. Jornalistas eram proibidos de falarem com os moradores que recolhiam seus pertences. Apenas ontem o acesso à área de invasão ficou livre. O centro de triagem montado para encaminhar os desalojados para abrigos fica do lado de fora da área do Pinheirinho. Foi ao redor desse centro que ocorreram os incidentes. Nessa área, a circulação da imprensa era livre. A prefeitura também impôs restrições à imprensa. A entrada no centro de triagem era controlada.*

O confronto de versões fica claro na imagem a seguir, infográfico publicado junto com a matéria:

Figura 4 – Infográfico da Folha de São Paulo

POLÊMICAS	RELATO OFICIAL	O QUE A REPORTAGEM OUVIU OU PRESENCIOU
 Número de feridos	No balanço oficial, PM considera que não houve feridos na operação. Corporação afastou policial que aparece em vídeo agredindo homem com cassetete e diz que a ação foi isolada	Além da agressão do vídeo, há relatos de pessoas atingidas por balas de borracha e bombas de efeito moral. Um homem foi baleado, supostamente por guarda municipal
 Demolição de imóveis onde ainda havia pertences de moradores	PM diz que os imóveis só foram derrubados com a supervisão de um oficial de Justiça e depois que os moradores declararam ter tirado seus pertences. Móveis e objetos podem ter sido deixados para trás pelos donos	Nas ruínas de alguns imóveis, a reportagem flagrou geladeiras e fogões novos. Moradores afirmaram que não conseguiram entrar nas casas ou que não havia espaço nos veículos disponíveis
 Restrição à atividade da imprensa na área	Limitação foi feita no primeiro dia, para garantir a segurança. Depois, policiais acompanharam os repórteres, sem impedi-los de fazer entrevistas	Acesso à comunidade foi limitado a algumas áreas, com a escolta da PM. Repórteres não podiam falar com moradores dentro do Pinheirinho

Fonte: Folha de S. Paulo, página C7 do caderno Cotidiano de 26 de janeiro de 2012.

Os atores políticos têm espaço para dar sua versão sobre os fatos. A PM justifica a restrição dizendo que: *por segurança, policiais acompanharam os repórteres nas incursões pela área. "Não impedimos os jornalistas de entrevistarem qualquer pessoa. Quando estávamos com eles, era para garantir a segurança".* A prefeitura também defende a ação policial: *A prefeitura de São José dos Campos disse que a imprensa ficou afastada do Pinheirinho para "não acirrar os ânimos", já que jornalistas com câmeras poderiam fazer com que moradores iniciassem novos protestos.* O governador Geraldo Alckmin continua ausente: *Geraldo Alckmin não se pronunciou sobre o tema até a conclusão desta edição.*

No dia seguinte, o jornal deu espaço para o julgamento moral feito pela presidenta da República, Dilma Rousseff (PT), e confiado a participantes de uma reunião fechada: *Em reunião fechada ontem com movimentos sociais [...], a presidente Dilma Rousseff fez críticas contundentes à reintegração de posse [...]. Dilma se referiu à operação da Polícia Militar paulista como "barbárie" e disse que não esperava que ocorresse dessa maneira. Falou ainda que o modelo usado na reintegração [...] nunca será adotada pelo governo federal. Presidente reconhece*

que o caso estava sob responsabilidade de um Estado e do Judiciário, o que limita a atuação do governo federal. Os atores envolvidos, porém, não se pronunciaram diretamente ao jornal: *Nem governo estadual nem federal comentam as declarações.*

Outra reportagem na mesma página fala sobre pessoas que estão roubando pertences dos moradores deixados durante a desocupação. *Garimpeiros urbanos fazem limpeza na área* define os saques como problema: *Um dia depois de a Polícia Militar deixar o Pinheirinho, o terreno foi tomado por garimpeiros urbanos, que procuravam o que sobrou em entulhos ou saqueavam casas que ainda estavam de pé.* Do ponto de vista dos moradores, o problema era este: *Ex-moradores reclamavam da falta de fiscalização enquanto tentavam fazer guarda onde viviam.* A PM, presente durante a desocupação, não tinha mais responsabilidade pela segurança do local: *Com o fim da reintegração, a PM disse que a segurança passaria a ser da proprietária.*

Novamente a Defensoria Pública faz parte da solução. Dessa vez ela anunciou que vai à Justiça para responsabilizar o Tribunal de Justiça de SP e a PM pelo sumiço ou destruição de bens dos ex-moradores do Pinheirinho. Já uma sugestão de solução ligada à questão do enquadramento diz respeito à ação conjunta do governador de SP e do prefeito de SJ: *Geraldo Alckmin (PSDB) e o prefeito Eduardo Cury (PSDB), anunciaram ontem a construção de 5.000 casas e o repasse do aluguel social aos desabrigados.*

O último texto dessa página é a entrevista com a relatora especial da ONU para o direito à moradia adequada, Raquel Rolnik. O texto, *Ação viola direitos, diz relatora da ONU*, pode ser encontrado completo no site da *Folha*.¹¹ Na edição impressa, apenas algumas perguntas foram publicadas. Como definição de problema, a *Folha* pergunta: *O PSTU jogou para o confronto?*

Apresentando opiniões bem diferentes das publicadas anteriormente no jornal, a relatora define a causa do confronto dessa forma: *A comunidade procurou resistir porque acreditou que a liminar que suspendia a reintegração ainda estava válida.* O julgamento moral que ela faz sobre a ação é bastante contundente: [...]

gravíssimas violações dos direitos humanos. O direito à moradia adequada está estabelecido nos pactos e resoluções internacionais assinados pelo Brasil. Não se removem pessoas de suas casas sem que uma alternativa de moradia adequada seja previamente equacionada, discutida em acordo com a comunidade. O judiciário não obedeceu à legislação internacional.

Ela também sugere duas soluções. Uma delas diz respeito a ela como representante de um organismo internacional: *Relatora da ONU enviou Apelo Urgente às autoridades brasileiras pedindo que seja imediatamente suspenso o cerco policial e se estabeleça uma comissão de negociação, com prefeitura, governos do Estado e federal e representação da própria comunidade para que se encontre uma solução para o destino da área e das famílias.* A segunda é uma opinião sobre como o confronto poderia ter sido evitado: *A urbanização e a regularização da área. Poderia haver uma dação em pagamento. Se não fosse viável, a terra poderia ser desapropriada por interesse social. Temos de acabar com esse tipo de procedimento nas reintegrações de posse. Não é só no Pinheirinho.*

Na página C10 do dia 28 de janeiro, a reportagem *Prefeito diz que vai priorizar desabrigados* destaca a resposta do prefeito Eduardo Cury (PSDB) em razão das críticas por suas recentes declarações de que os desabrigados teriam que respeitar a fila do cadastro para habitação. É este o problema: *O prefeito de São José dos Campos, Eduardo Cury (PSDB), recuou ontem e admitiu priorizar a entrega de casas às famílias do Pinheirinho.* O objetivo do prefeito era se recuperar do desgaste político: *Anteontem, Cury e o governador Geraldo Alckmin (PSDB) anunciaram a construção de 5.000 casas populares para pessoas de baixa renda na cidade e deixaram claro que o objetivo era atender às cerca de 1.300 famílias que foram desalojadas.*

Folha também cita um documento elaborado por 200 pessoas que pede a denúncia da ação a organismos internacionais: Um documento assinado por cerca de 200 pessoas [...] pede que a ação de reintegração de posse seja denunciada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos

¹¹ Entrevista completa: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1040025-acao-no-pineirinho-viola-direitos->

Estados Americanos). O manifesto publicado na internet afirma: "A conduta das autoridades estaduais contrariou princípios básicos consagrados pela Constituição e por inúmeros instrumentos internacionais de defesa dos direitos humanos, ao determinar a prevalência de um alegado direito patrimonial sobre as garantias de bem-estar e de sobrevivência digna de seis mil pessoas.

Nessa mesma página o jornal volta a narrar o conflito entre PT e PSDB – governo federal e estadual. O problema nessa reportagem, *Ministro de Dilma e Secretário de Alckmin se atacam*, são os recorrentes ataques entre esferas do governo. De um lado, o ministro Gilberto Carvalho (PT), atacando o governo tucano em SP: *O ministro Gilberto Carvalho afirmou ontem que o governo paulista praticou "terrorismo" na desocupação do Pinheirinho. Ele contestou nota do PSDB que acusou o Planalto de "intromissão intolerável" por críticas ao episódio. "A realidade o Brasil todo mundo viu (sic): militares violando os direitos daquelas pessoas, o terrorismo para cima daquelas pessoas"*. Do outro, o secretário da Casa Civil do estado responde às críticas: *O secretário da Casa Civil do Estado, Sidney Beraldo, reagiu. "É inadmissível o oportunismo político do ministro. Antes de fazer ataques covardes a São Paulo, ele deveria explicar porque, desde o início da ocupação, em 2003, o governo federal não ofereceu solução concreta para as famílias. O ministro demonstra que não está à altura do cargo que ocupa. Se terrorismo houve, foi na irresponsabilidade verbal do ministro.*

"Pinheirinho era um verdadeiro jardim", publicada na página 4 do caderno Cotidiano 2 de 29 de janeiro, introduz o personagem Benedito Bento Filho, antigo dono do terreno do Pinheirinho. Segundo ele, *"Antes de ser invadido pelos sem-teto, aquilo era lindo, um verdadeiro jardim"*. Como problema é apontada, novamente, a *invasão* do terreno pelos sem-teto – Benedito tem espaço para contestar uma definição de problema dos moradores que nunca teve espaço no jornal: [...] *ele contesta as lideranças dos sem-teto, para as quais o Pinheirinho era terra improdutiva, mantida no seu patrimônio e, depois, no de Nahas, apenas para fins de especulação imobiliária.*

O personagem ainda tem espaço para defender Naji Nahas: *Benedito Bento Filho, 75, fica nervoso e bate na mesa quando ouve alguém dizer que o assentamento do Pinheirinho é um terreno irregular, que teria sido incluído entre os negócios do empresário Naji Nahas à custa de alguma bandalheira. Por fim, projetos futuros de negócios imobiliários dele são apresentados: "Comendador Bentinho" está desde a década de 1950 no epicentro de todos os grandes negócios imobiliários de São José dos Campos. Continua. Agora mesmo, está construindo um centro de treinamento que habilitará a cidade a se candidatar a uma vaga como sub-sede da Copa do Mundo de 2014. Torce para que as casas populares que o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), anunciou na última quinta, para abrigar os sem-teto do Pinheirinho, impliquem a desapropriação de seu terreno - ele não menciona por quanto.*

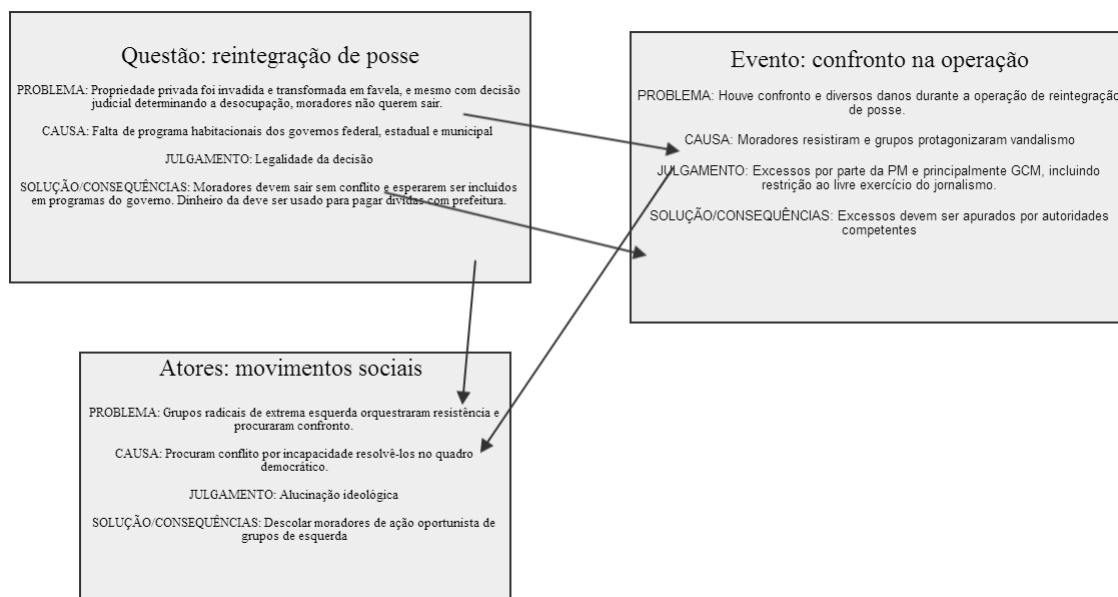
Em mais uma reportagem, na mesma página, Benedito continua com espaço para influenciar os enquadramentos. Em *De olho na Copa*, comendador *planeja megaobra*, ele define novamente os moradores como problema: *"Entrei com um interdito proibitório porque fiquei com medo de os moradores expulsos ataquem outra propriedade minha". Se o terreno fosse invadido, a PM poderia expulsar os invasores sem a necessidade de um ato de reintegração de posse.*

O personagem ainda faz julgamento moral positivo sobre Naji Nahas, sócio da massa falida proprietária do terreno, preso em 2008 durante a operação Satiagraha: *Embora o amigo Naji Nahas tenha comprado o terreno, a posse da antiga sede permaneceu com o comendador. "O Naji é um homem digno, diz ele.*

4.2. Enquadramentos na Folha de São Paulo

A partir da análise das funções dos enquadramentos da narrativa da *Folha* de São Paulo fomos capazes de sintetizar as interpretações do veículo no seguinte diagrama:

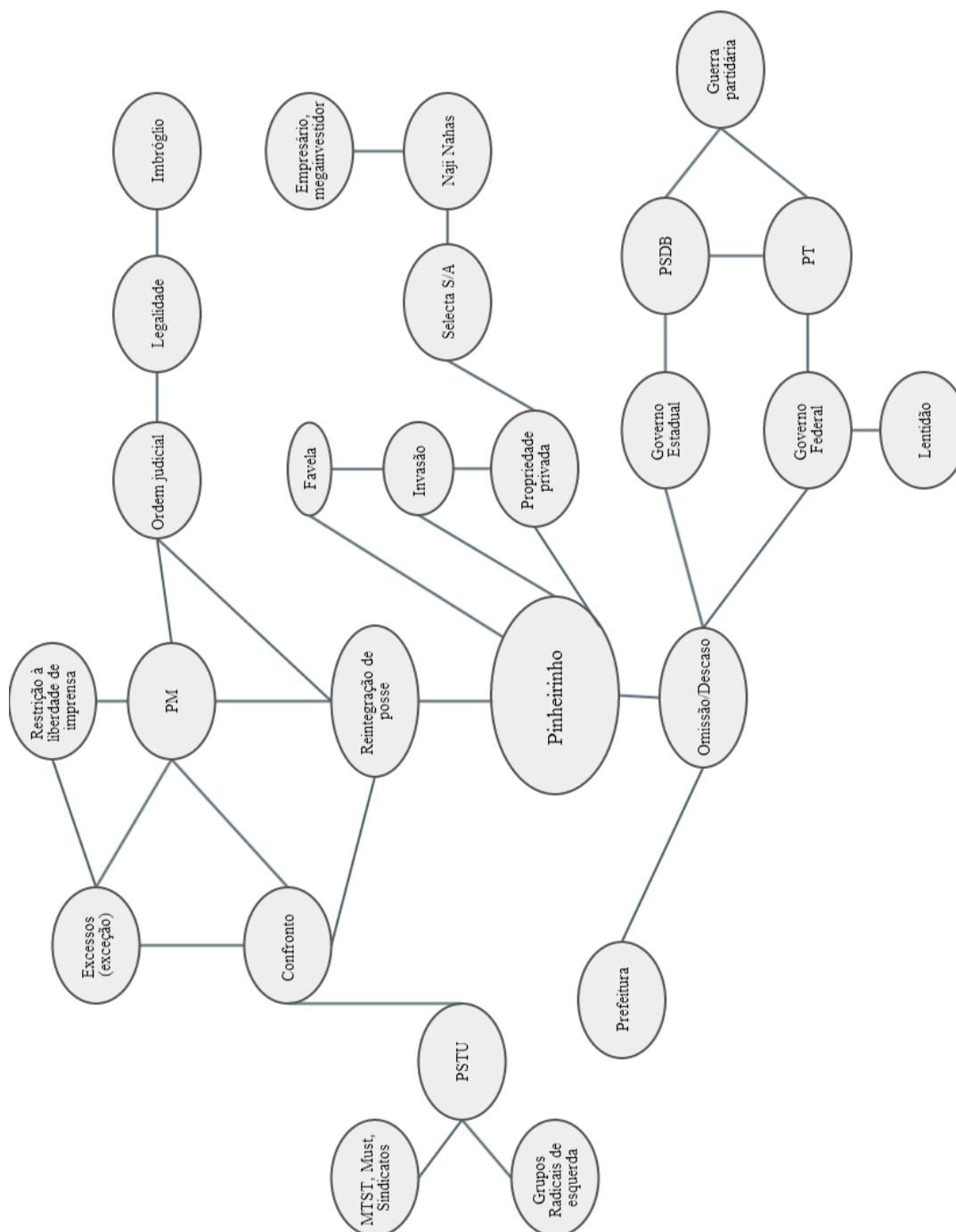
Figura 5 – diagrama de resumo dos enquadramentos da Folha de São Paulo



Adaptado de Entman (2004), p. 25.

Outra função dos enquadramentos que se mostra importante para este trabalho é a formação de redes de conhecimento com as idéias trazidos pelas coberturas jornalísticas em relação aos temas tratados. Dessa forma, sugerimos as seguintes redes de conhecimento das coberturas da *Folha*:

Figura 6 – diagrama de rede de conhecimento relativa à cobertura da Folha de São Paulo:



Adaptado de Entman (2004), p. 8.

Por último, traremos as *ativações em cascata dos enquadramentos*, proposta por Entman (2004). Antes, porém, demonstraremos as tabelas de pluralidade e enquadramentos noticiosos da cobertura. Na *Folha*, embora alguns dos enquadramentos plurais abertos sejam neutros, a maior parte mostra um padrão peculiar: enquanto os moradores e as lideranças têm espaço igual ou muitas vezes maior que outros atores políticos, nunca são mostrados sob luz positiva - todos os enquadramentos que não são neutros, neste caso, são um ataque a esses atores. Por exemplo, na segunda reportagem analisada na *Folha*, os moradores e a justiça recebem espaço semelhante na matéria, sem hierarquização dos pontos de vista. Porém, os moradores são apresentados negativamente em relação à justiça. Em outra reportagem, novamente sem hierarquização, grupos de esquerda fazem crítica a prefeitura, e essa ganha espaço para se defender. O enquadramento, porém, coloca os grupos negativamente, e não faz críticas à prefeitura. A mesma coisa acontece quando os moradores criticam a ação da PM: o comando policial tem espaço para defender a operação, que não é condenada pelo enquadramento do jornal.

Os enquadramentos plurais abertos/neutros aparecem com mais frequência nos episódios de guerra partidária entre PT e PSDB. O jornal dá o mesmo espaço para ambos e fica neutro. Quando outros atores, como a Defensoria Pública ou um grupo de promotores, se junta aos moradores nas críticas à prefeitura o jornal também deixa o enquadramento plural aberto/neutro.

Enquadramentos restritos se dividem entre episódicos, que narram o ponto de vista de apenas uma fonte ou ator. Algumas vezes esses enquadramentos se limitam a narrar apenas os acontecimentos, ainda que do ponto de vista de um ator só, como em uma reportagem em que a única solução dada para o problema é a reintegração de posse para pagamento das dívidas com a prefeitura - ponto de vista da justiça estadual. Outras vezes, porém, esse enquadramento é um ataque. Um exemplo é a primeira reportagem após o confronto, que condena o dano causado e mostra apenas o ponto de vista da Polícia Militar. Outro é ataque a violência da GCM, do ponto de vista de uma liderança do MTST, espancada pelos guardas - importante notar que essa reportagem saiu dias depois do fato ser

presenciado pelo repórter da *Folha*. Um importante enquadramento restrito com ataque é o editorial, que condena fortemente as ações do PSTU sem dar nenhum espaço para o ponto de vista deste ou de qualquer outro grupo de esquerda.

Os plurais fechados foram bem diversos. O primeiro aparece em uma das críticas do governo federal à operação - mas o governo estadual não se manifestar. O enquadramento é um ataque do governo petista ao governo tucano. Este tipo de enquadramento aparece novamente em críticas feitas pelos moradores à operação, em que a PM, a prefeitura e o TJ-SP têm espaço pequeno para defesa. O enquadramento sugere condenação da prefeitura.

Outro exemplo é um enquadramento de defesa à decisão judicial. O ponto de vista de especialistas favoráveis à decisão do TJ-SP têm espaço grande na matéria, porém a única fonte favorável à justiça federal têm espaço consideravelmente menor. Isso acontece novamente quando a PM têm amplo espaço para defender a operação policial.

Gráfico 3 – Pluralidade das fontes na Folha de S. Paulo

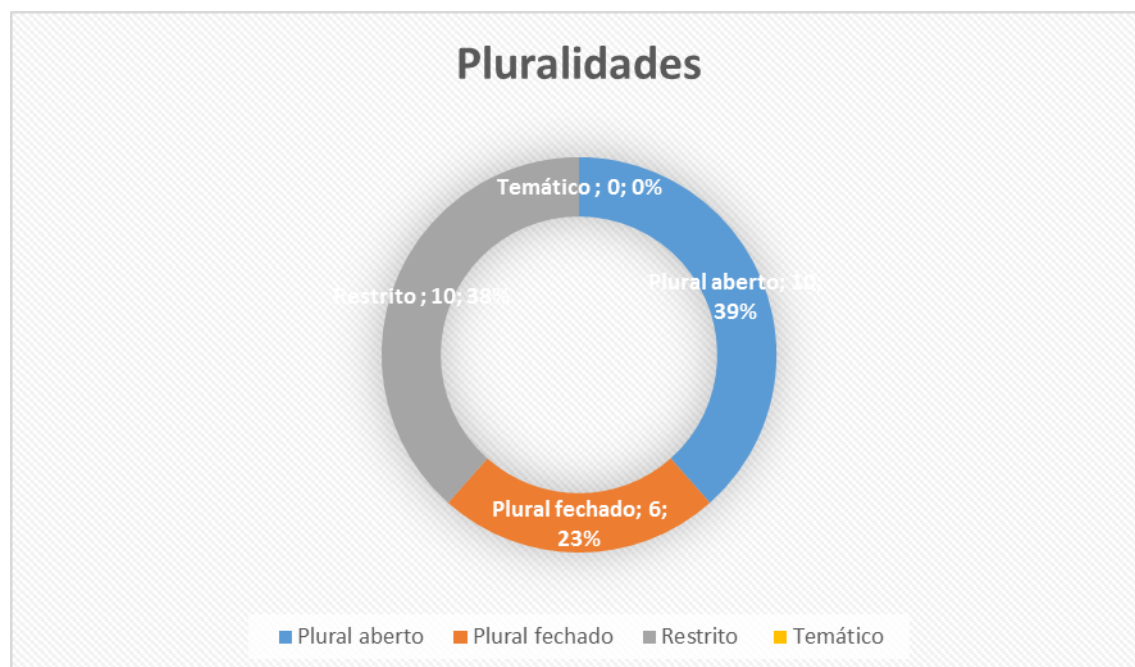
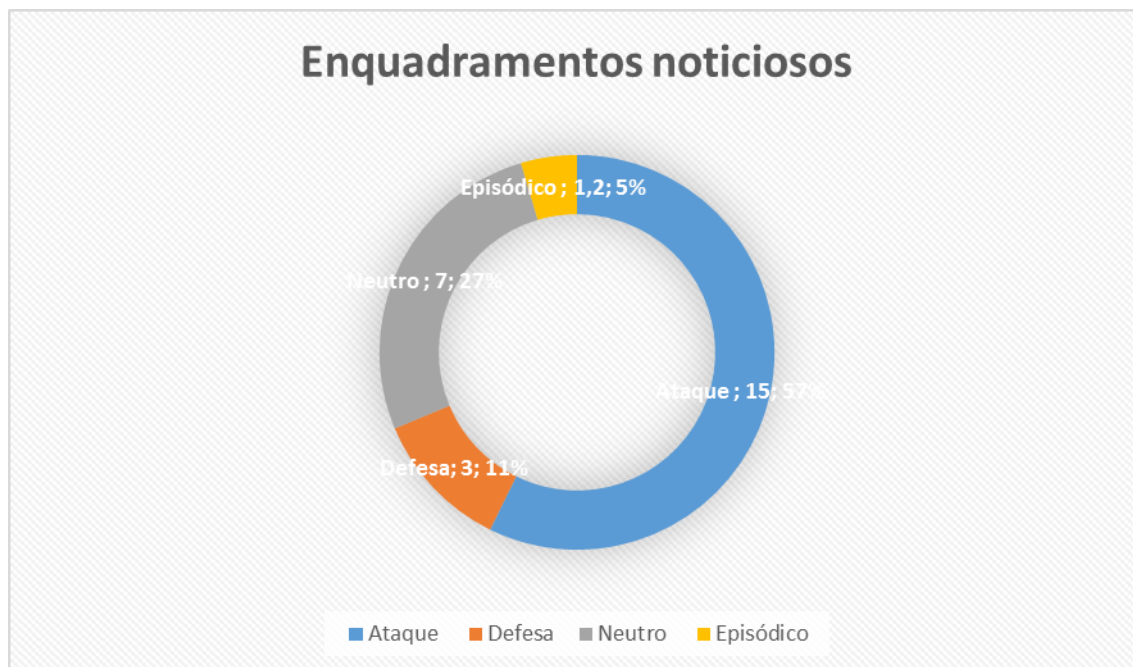
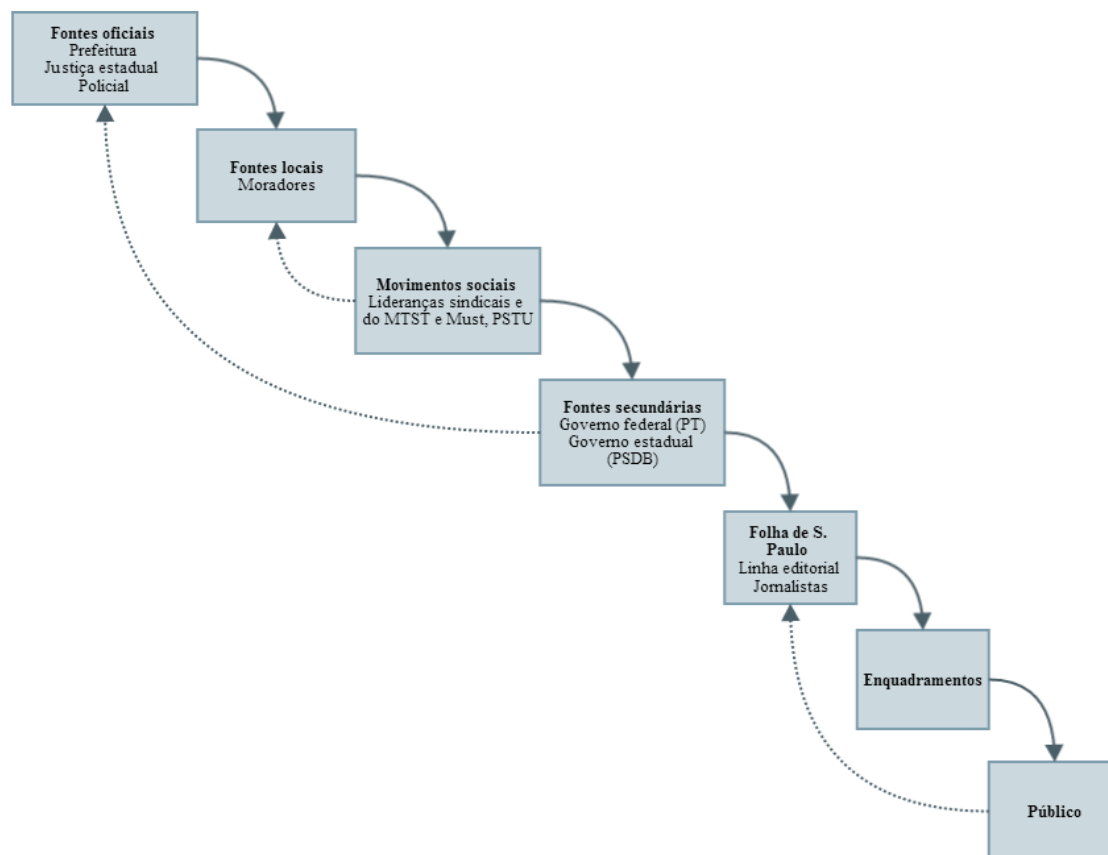


Gráfico 4 – Enquadramentos noticiosos na cobertura da Folha de São Paulo

A partir dos enquadramentos noticiosos, pudemos identificar as fontes que ganham politicamente com os enquadramentos – ou que perdem menos. Por exemplo, embora seja criticada pela falta de programas habitacionais, a prefeitura é capaz de sobrepor sua solução para os conflitos em relação à solução dos movimentos sociais. A solução do prefeito é terminar a reintegração de posse e inserir os moradores desabrigados em programas habitacionais. Embora, como demonstramos, as ações da prefeitura tenham sido criticadas em vários momentos, essa é a solução que ganha politicamente. A solução sugerida pelos movimentos sociais: parar a desocupação e regularizar a área não é considerada pela *Folha de São Paulo*. Dessa forma, chegamos ao seguinte diagrama da ativação em cascata:

Figura 7 – diagrama de ativação em cascata da Folha de São Paulo



Fonte: adaptado de Entman (2004), p. 10.

Nesse diagrama, podemos ver a ordem em que são hierarquizados os pontos de vista nos enquadramentos utilizados na cobertura da *Folha*. As fontes secundárias se relacionam com as fontes oficiais por que aparecem sempre para criticar ou defender as ações destas. As lideranças dos movimentos sociais, apesar de liderarem e serem porta-vozes da ocupação, perdem na hierarquização dos pontos de vista para os moradores, porém se relacionam fortemente com eles.

CAPÍTULO 5 – ENQUADRAMENTOS DO SOLIDARIEDADE À OCUPAÇÃO PINHEIRINHO

5.1. Enquadramentos na narrativa do Solidariedade à ocupação Pinheirinho

A seguir, vamos mostrar a narrativa completa do blog *Solidariedade à ocupação Pinheirinho* durante o mês de janeiro de 2012. Assim como no capítulo anterior, a cobertura foi dividida em três momentos: antes, durante e depois da operação policial de reintegração de posse. Em seguida, analisaremos os enquadramentos transmitidos pelos textos noticiosos.

5.1.1. Pré-confronto na narrativa do Solidariedade à ocupação Pinheirinho

A cobertura anterior ao confronto no blog *Solidariedade à ocupação Pinheirinho* começou em 9 de janeiro com a postagem *Alerta máximo contra a desocupação do Pinheirinho*, feita às 14:37. Segundo o blog, o problema é o seguinte: *A desocupação do Pinheirinho é uma medida absurda e totalmente injustificada. A causa dessa medida injustificada são interesses econômicos: A área, ocupada desde 2004, não cumpria nenhuma função social, estava abandonada e nem recolhia impostos à Prefeitura. Além disso, o terreno pertencia ao megaespeculador Naji Nahas, da falida Selecta. A solução possível para os movimentos sociais e moradores do Pinheirinho é resistir à desocupação: Sindicatos da região, a CSP-Conlutas e outros movimentos estão organizando um movimento de resistência à desocupação. O alerta é máximo e as entidades convocar seus militantes a fazerem um cordão de isolamento para proteger as famílias sem-teto.*

O blog também conta qual é o clima que antecede a operação policial de desocupação. O problema, em relação ao evento, é definido neste parágrafo: *O clima é de tensão na Ocupação do Pinheirinho, em São José dos Campos, com a possibilidade de a ordem de reintegração de posse, emitida pela juíza Márcia*

Faria Loureiro, ser cumprida pela Polícia Militar a qualquer momento. Conhecidos os confrontos entre movimentos sociais e polícia, a causa é assim diagnosticada: São 10 mil pessoas, em sua maioria mulheres e crianças, ameaças por uma medida violenta, que pode provocar um verdadeiro desastre neste início de 2012. Na semana passada, a Polícia Militar já invadiu a Ocupação, com mais de 100 policiais, numa operação que dizia buscar criminosos que se escondiam no local. Também é feito um julgamento moral sobre as táticas usuais do Estado e das forças policiais, que, segundo o post, criminalizam os movimentos sociais: Mais do que buscar infratores, a operação faz parte da comum prática dos órgãos de repressão para tentar criminalizar e intimidar os movimentos sociais. Além disso, é uma espécie de preparação à desocupação que pode ocorrer a qualquer hora.

Com relação aos atores políticos envolvidos, a blog faz uma crítica contundente ao prefeito de São José dos Campos, que é o problema: *Em todo este processo, a Prefeitura de São José dos Campos, comandada por Eduardo Cury (PSDB), é que tem sido o empecilho para a resolução do problema.* Por outro lado, os movimentos reconhecem que os governos estadual e federal têm intenção de regularizar o Pinheirinho: *Outro fato que revela como é descabida a ordem judicial de desocupação é a real intenção dos governos federal e estadual de regularizar a área.*

A sugestão da solução é continuar a negociação iniciada pelo Ministério das Cidades: *O Ministério das Cidades, do governo federal, inclusive, pediu à Justiça que a reintegração de posse seja adiada em pelo menos quatro meses, para que se encontre uma solução para o caso. No documento, o governo federal solicita um prazo de 120 dias para que a situação seja analisada e que haja negociação para uma solução pacífica para o problema, além de contemplar as famílias com moradias. O documento é assinado pelo secretário Nacional de Programas Urbanos, Norman Oliveira.*

No dia seguinte, às 15:29, surge um novo post no blog: *Acorrentados, moradores do Pinheirinho protestam contra desocupação.* A matéria fala sobre o protesto que 200 moradores do Pinheirinho fizeram em frente à prefeitura *contra a ameaça de desocupação e a omissão da Prefeitura.* O julgamento moral é sobre a

ação da guarda municipal no protesto: *Na chegada dos moradores, houve confronto com a Guarda Municipal, que partiu pra cima dos manifestantes com chutes e golpes de cassetetes, em uma demonstração de **violenta repressão**.*

Uma das lideranças, do PSTU e do Must, identifica o problema do ponto de vista dos moradores: *"Queremos chamar a atenção para a tragédia que está prestes a acontecer em São José. Se houver uma desocupação no Pinheirinho, o resultado será contabilizado em número de mortos e feridos", afirma uma das lideranças da ocupação, Valdir Martins, o Marrom.* Outra fonte, também do PSTU e identificado como advogado dos sem-teto, tem uma avaliação semelhante: *"O direito à propriedade não é maior que o direito à vida. A ocupação do Pinheirinho é um problema social que precisa ser resolvido. São José dos Campos, embora detenha um dos maiores orçamentos per capita do país, amarga um déficit habitacional de 30 mil moradias. Essa situação precisa ser resolvida e não agravada com uma desocupação violenta", afirma o advogado dos sem-teto, Antonio Donizete Ferreira, o Toninho.*

Ainda enfatizando o ponto de vista dos moradores, o blog garante a continuidade da luta, como sugestão de solução: *A luta para impedir a desocupação, que pode ser cumprida a qualquer momento pela Polícia Militar, continuará. Os moradores prometem outras manifestações e contam com o apoio de entidades sindicais da região, que também definiram uma série de ações para impedir a reintegração de posse.*

Em *Entidades criam Frente de Apoio ao Pinheirinho*, postado no mesmo dia às 15:43, o blog fala sobre os grupos de esquerda que giram em torno da ocupação do Pinheirinho. O advogado dos sem-teto novamente identifica o problema, do ponto de vista dos moradores: *"O tempo está se esgotando e tememos muito por uma ação que acabe com derramamento de sangue. As autoridades não podem simplesmente fechar os olhos. Se ocorrer uma tragédia, todos serão responsáveis", disse o advogado dos sem-teto Antonio Donizete Ferreira, o Toninho.*

Como sugestão de solução, o blog fala sobre as entidades que compõe a luta: *Sindicatos da região, a CSP-Conlutas e outros movimentos estão*

organizando um movimento de resistência à desocupação do Pinheirinho. Falam também sobre as ações a serem desenvolvidas por esses grupos: Durante uma reunião nesta segunda-feira, dia 9, as entidades fizeram uma avaliação do atual momento, reafirmaram a importância da resistência contra a desocupação e definiram uma série de ações para fortalecer a resistência e cercar de solidariedade o Pinheirinho. Entre as ações, ficou definido que as entidades colocarão todos os seus recursos materiais à disposição da luta. Os carros de som dos sindicatos percorrerão os bairros da cidade, nos próximos dias, para denunciar a barbárie que está prestes a acontecer. O alerta é máximo e as entidades convocam seus militantes a fazerem um cordão de isolamento para proteger as famílias sem-teto. Também serão produzidos materiais de apoio à luta, como boletins, adesivos e faixas, que serão distribuídos por toda a cidade, em um grande movimento. Uma comissão formada por representantes de todas as entidades também irão (sic) às autoridades para mais um apelo contra a desocupação. Nesta terça-feira, dia 10, representantes dos sindicatos irão ao Paço Municipal para uma audiência com o prefeito Eduardo Cury, às 13h30. A comissão com representantes das entidades também visitam hoje as redações dos veículos de imprensa da cidade e a Câmara Municipal.

Alguns dias depois, em 15 de janeiro, às 13:39, o blog reproduz trechos de uma entrevista dada pelo padre de uma paróquia que em breve se tornaria abrigo não-oficial para os desabrigados do Pinheirinho ao jornal O Vale, da região. Em *Padre Ronildo Rosa: 'É impossível não ter reação. Eles defendem suas casas'*, o padre opina que: *“Não é o momento de a polícia invadir. Ainda há chance de regularização. Se essa decisão de reintegração continuar, poderá custar vidas”, disse o sacerdote ao jornal O Vale.*

O julgamento moral feito pelo padre mandado pela diocese de SJG para acompanhar a desocupação é de que: *a vida humana deve prevalecer a situações políticas e econômicas.* Ele promete ajudar os moradores à resistir, o que ele vê como solução: *o padre não teme o confronto e pretende defender os moradores. “Estarei presente em todos os momentos. É impossível não ter reação. Eles irão defender suas casas, mas não irão atirar a primeira pedra.”*

Em 18 de janeiro, às 10:07, o blog publicou o post *Ordem de desocupação volta a ameaçar o Pinheirinho*. O problema está no título, pois segundo a matéria, *Os moradores do Pinheirinho nem bem tinham comemorado a suspensão da reintegração de posse, obtida na madrugada desta terça-feira, dia 17, e o clima de tensão voltou ao local*. Isso por que: *No final do dia, a mesma Justiça Federal, que havia suspendido a reintegração de posse, cassou a liminar dos moradores, o que mantém a ordem de despejo, que pode ocorrer a qualquer momento*.

Os movimentos sociais buscaram a via institucional para resolução do problema, o que aparece muito pouco na *Folha*, que destaca o “exército”: *Os advogados do Pinheirinho vão recorrer da decisão. A AGU (Advocacia Geral da União) também resolveu entrar oficialmente como parte da ação o que pode evitar a desocupação*.

Quanto ao evento, a operação policial de desocupação, o blog mostra que os moradores voltaram a ficar preocupados: *A decisão voltou a colocar as famílias do Pinheirinho e todas as entidades que apoiam os moradores em alerta máximo*.

Antes a reintegração de posse quase chegou a acontecer, porém foi suspensa no último minuto pelos motivos já expostos: *Antes da suspensão obtida pelos moradores nesta terça, a Polícia havia montado uma megaoperação e estava prestes a invadir a ocupação. Todos os acessos ao Pinheirinho já estavam fechados pela PM e os moradores mantinham-se prontos para resistir à repressão policial. Um comboio da PM, com cerca de 2 mil homens, já estava próximo da Ocupação. A operação só foi suspensa no último minuto e assim que a informação chegou aos moradores, o local se transformou numa grande festa, com fogos de artifício, bandeiraço, abraços e muitas lágrimas de alegria. Porém, a reviravolta na Justiça coloca as cerca de 2 mil famílias da ocupação sobre grave risco novamente*.

Os movimentos ainda julgam que a PM é muito violenta e que a operação pode acabar em um massacre: *É preciso impedir uma desocupação violenta pela Tropa de Choque da PM, que resultará em um banho de sangue*.

Novamente representando os sem-teto, Toninho Ferreira, do PSTU, reaparece emitindo sua opinião: *“Uma desocupação violenta no Pinheirinho é*

inadmissível. A juíza e o prefeito Eduardo Cury querem reproduzir os massacres de Eldorado dos Carajás e de Goiânia aqui na cidade. O Pinheirinho não é caso de polícia. É uma questão social que tem de ser resolvida pelo poder público”, afirma o advogado Toninho Ferreira.

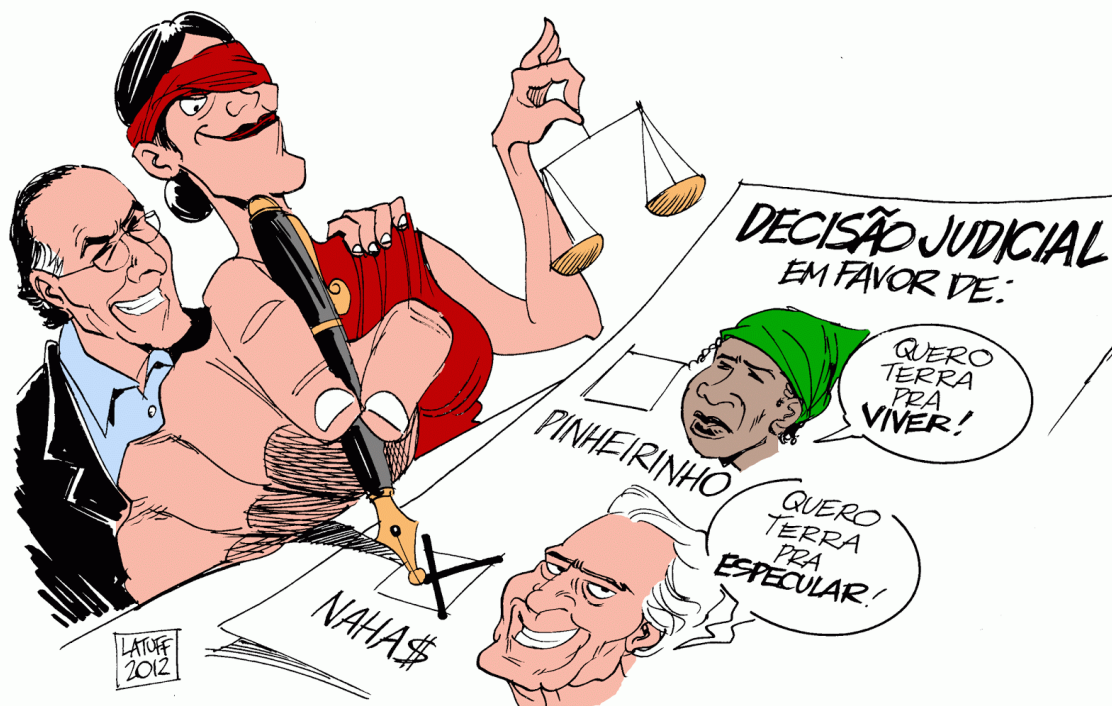
Por fim, o blog deposita novamente a possibilidade de uma solução na via institucional: *Os governos federal, estadual e municipal podem impedir um banho de sangue. Basta agirem com bom senso e impedir essa tragédia anunciada.*

No mesmo dia, às 10:59, o blog fala da visita do cartunista Carlos Latuff. Além disso, ainda falam da briga jurídica entre justiças estadual e federal, identificada como problema: *Nesta terça, dia 17, houve uma reviravolta judicial no caso Pinheirinho. Às 4h45, uma juíza plantonista da Justiça Federal cancelou a desocupação momentos antes da Tropa de Choque invadir a área. Na tarde do mesmo dia, no entanto, um outro juiz reverteu a decisão, e a ação da polícia pode acontecer a qualquer momento.*

Segundo o blog o cartunista foi demonstrar sua solidariedade ao Pinheirinho: *Reconhecido ativista da causa palestina e das populações oprimidas, Latuff fez, há alguns dias, uma charge de apoio à luta do Pinheirinho, com críticas à Justiça e ao prefeito do Eduardo Cury (PSDB).* Essa charge foi postada no blog várias vezes, e é reproduzida abaixo.¹²

Figura 8 – charge de Carlos Latuff

¹² <http://www.solidariedadepinheirinho.blogspot.com.br/2012/01/latuff-faz-charge-sobre-situacao-do.html>



Fonte: Solidariedade à ocupação Pinheirinho, 14 de janeiro de 2012.

Na noite do mesmo dia, às 20:22, o blog comemora a decisão judicial que dá sobrevida à ocupação, *Justiça suspende por 15 dias a reintegração do Pinheirinho*. O problema é definido neste parágrafo: O caso *Pinheirinho* transformou-se num "campo de batalha judicial". Na madrugada de ontem, a *Tropa de Choque* só não invadiu a *Ocupação* por causa de uma liminar expedida pela juíza substituta Roberta Chiari. Essa mesma liminar, entretanto, foi cassada pelo juiz titular da 3ª. Vara Federal Carlos Alberto Antonio Júnior.

Ao tentar diagnosticar a causa, o blog demonstra que todas as partes estavam de acordo com a suspensão de desocupação, mas ainda assim a batalha jurídica acontece: A *Justiça* suspendeu por 15 dias a ordem de desocupação da área do *Pinheirinho*, em São José dos Campos. A decisão foi deferida nesta quarta-feira, dia 18, pelo juiz titular da 18ª Vara Cível de São Paulo Luiz Bethoven Giffoni Ferreira. A decisão foi em resposta ao pedido do senador Eduardo Suplicy, deputado federal Ivan Valente (PSOL) e os deputados estaduais Adriano Diogo (PT) e Carlos Giannazi (PSOL). A própria massa falida da Selecta, que reivindica a área ocupada, concordou com a suspensão.

O prefeito Eduardo Cury é novamente criticado por seu descaso com o Pinheirinho: *Já o prefeito Eduardo Cury (PSDB) não tomou qualquer iniciativa que colabore para uma saída.* Porém, o blog continua a apontar para uma saída institucional: *A decisão dá fôlego aos entendimentos entre as três esferas de governo – Federal, Estadual e Municipal para a regularização da área. A União e o governo do estado já se manifestaram a favor da regularização.*

A matéria ainda fala sobre a atuação dos advogados do movimento, que *atuam em várias frentes contra a ordem de reintegração.* O objetivo é solucionar o problema dos moradores do Pinheirinho. Para isso, a *Associação Democrática por Moradia e Direitos Sociais* entrou com um agravo de instrumento no *Tribunal Regional Federal – 3ª Região, em São Paulo.* No recurso, os autores pedem que *seja reconhecido o interesse da União e que seja deferida uma liminar impedindo a execução da ordem de despejo. A volta da União como parte do processo faria com que o julgamento fosse transferido para a esfera federal. Ou seja, sairia das mãos da juíza Márcia Faria Mathey Loureiro, que determinou, de forma irredutível, a expulsão das famílias do Pinheirinho. A União, através da Advocacia Geral da União, também já encaminhou recursos para deslocar o processo da justiça estadual para a justiça federal. O ingresso da AGU se deu por conta dos programas habitacionais do governo federal. No caso do Pinheirinho, os recursos serão destinados apenas à aquisição do terreno, já que as casas foram construídas pelos próprios moradores.*

Entre os atores políticos envolvidos, a juíza é vista como a vilã, o que fica explícito no julgamento moral feito por uma das lideranças do Pinheirinho: *Com a própria Selecta, autora do processo de reintegração, concordando com a trégua, não há mais justificativa para que a juíza Marcia Loureiro continue com esse absurdo de impor a desocupação a qualquer custo. A concessão dessa suspensão pela justiça é um importante passo para os moradores, mas não é definitivo. Vamos continuar na luta para que o Pinheirinho fique, enfim, nas mãos dessas famílias”, afirma o advogado dos sem-teto Antonio Donizete Ferreira, o Toninho.*

A última postagem analisada antes da operação de reintegração de posse é do dia 20 de janeiro e mais otimista - *Tribunal Regional Federal suspende ordem de reintegração do Pinheirinho*. A matéria é sobre a decisão da Justiça federal de suspender a reintegração: *O desembargador determinou que a União passe a integrar o processo por conta do interesse do Governo Federal na área. Assim, o processo será deslocado da Justiça Estadual (da juíza Márcia Loureiro) para a Justiça Federal. Numa grande vitória dos moradores do Pinheirinho, uma decisão do Tribunal Regional Federal – 3ª. Região suspendeu, nesta sexta-feira, dia 20, a ordem de reintegração de posse da Ocupação, em São José dos Campos. A decisão foi tomada pelo desembargador federal Antonio Cedenho, da 5ª Turma do TRF. A decisão revalida a liminar concedida, dia 17, pela juíza substituta Roberta Monza Chiari momentos antes da execução da reintegração de posse pela Tropa de Choque da Polícia Militar. Nessa liminar, a juíza Roberta Chiari reconhece o interesse da União no caso e cita ofício do Ministério da Cidade pedindo adiamento da reintegração.*

Os agentes causadores são os advogados dos sem-teto: *A medida é em resposta ao Agravo de Instrumento impetrado pelos advogados dos moradores, em que pediam o reconhecimento do interesse da União no caso e que fosse deferida uma liminar impedindo a execução da ordem de despejo.* Novamente fonte do blog, o advogado Toninho Ferreira comemora, mas diz que a luta continua para encontrar uma solução razoável para todas as partes: *“Hoje é dia de festa na periferia. Continuamos insistindo que a solução definitiva não está no Judiciário, mas no Executivo. O prefeito Eduardo Cury tem a obrigação de negociar junto aos governos federal e estadual para que possamos encontrar uma saída pacífica que beneficie os moradores do Pinheirinho”, afirma o advogado dos moradores Antonio Donizete Ferreira.*

5.1.2. O confronto na narrativa do Solidariedade à ocupação Pinheirinho

Durante a operação policial de reintegração de posse, diversas mensagens curtas denunciavam violência da Polícia Militar e da Guarda Civil. Como discutido

anteriormente, vamos analisar apenas as reportagens. Em 22 de janeiro, primeiro dia da reintegração de posse, às 16:37, a primeira matéria sobre excessos da PM foi postada - *Tropa de Choque usa violência contra moradores do Pinheirinho*. O problema deste evento, segundo o blog, foi que: *Moradores do Pinheirinho e dos bairros vizinhos tiveram de enfrentar a ação truculenta da Tropa de Choque da Polícia Militar neste domingo, dia 22.*

A postagem detalha mais a violência: *Durante a desocupação, várias pessoas foram atingidas por bala de borracha, inclusive moradores dos arredores, como ocorreu com um homem que pode ser visto nas imagens abaixo*. O vídeo reproduzido é de um homem ferido sendo ajudado por manifestantes.¹³ O diagnóstico da causa é simples: *Um outro homem foi atingido gravemente e está internado no Hospital Municipal de São José dos Campos. Cerca de 2 mil homens estão participando da operação, munidos de armas de fogo, gás de efeito moral e cassetetes.*

Às 16:52 do mesmo dia, a matéria *Apesar de ordem de suspensão, PM mantém operação de despejo* foi postada. A definição de problema novamente recai sobre o prefeito de São José dos Campos, Eduardo Cury (PSDB): *Desde o início da Ocupação, motivada pela falta de uma política habitacional da Prefeitura, os moradores tentaram abrir diálogo com o prefeito Eduardo Cury (PSDB), mas ele sempre resistiu em regularizar a área. Recentemente, os governos federal e estadual já haviam se manifestado no sentido de assinar um protocolo de intenções para regularização do Pinheirinho, mas o prefeito, mais uma vez, se omitiu e até agora não demonstrou interesse em assinar o documento. A regularização não iria gerar qualquer custo para o município.*

Diferente da interpretação da *Folha*, o blog *Solidariedade à ocupação Pinheirinho* enfatiza que o terreno não cumpre sua função social, e esta é a causa da ocupação: *A área do Pinheirinho é de propriedade da massa falida da Selecta S/A, do especulador financeiro Naji Nahas. O local ficou abandonado por 30 anos, sem cumprir qualquer função social. Hoje serve de moradia para os sem-teto. Sem qualquer ajuda do Estado, os sem-teto construíram suas casas (a maioria de*

¹³ Vídeo no youtube: <http://www.youtube.com/watch?v=jeKnmhm4Ugs>

alvenaria), comércio, igrejas, abriram ruas, praça e criaram uma associação de moradores.

Em relação ao evento, o da operação policial, o post lembra as decisões judiciais contrárias à reintegração: *Apesar do Tribunal Regional Federal ter determinado a suspensão imediata da ordem de reintegração de posse do Pinheirinho, o Comando da Polícia Militar mantém a operação de retirada de moradores. A Tropa de Choque invadiu a área na manhã deste domingo, dia 22, para cumprir a ordem de reintegração determinada pela juíza da 6ª. Vara Cível de São José dos Campos, Márcia Loureiro. Na operação, foram usados gás de efeito moral e balas de borracha para a retirada de moradores, que permanecem resistindo. Dois helicópteros estão sendo usados na operação. Novamente, a causa é diagnosticada como sendo a juíza estadual: A reintegração já havia sido suspensa pelo TRT (sic) na última sexta-feira, pelo Tribunal Regional Federal – 3ª. Região. A juíza Márcia Loureiro, entretanto, não reconheceu a liminar do TRF e manteve a ordem de reintegração.*

Quanto aos personagens, novamente o confronto entre policiais e moradores vem à tona, e desde sempre o blog mostra o excesso das forças policiais: *Na operação de hoje, iniciada às 6h, a PM usou de violência contra os moradores que resistiram à ordem de despejo. Um homem foi baleado e está internado em estado grave no Pronto Socorro Municipal da Vila Industrial.*

A Nota dos sindicatos e movimentos sociais contra a desocupação do Pinheirinho, postada às 18:50 do dia 22 de janeiro, repudia principalmente a ação policial e os governos estadual e municipal. Sobre o evento operação policial, o blog é taxativo: *Um operativo de guerra está sendo utilizado contra cerca de duas mil famílias pobres, que vivem há oito anos no terreno. Com armas de fogo, bombas de gás lacrimogêneo, gás pimenta, helicópteros e carros blindados, a Tropa de Choque avançou sobre a população não só da ocupação, como dos bairros vizinhos. Também acusa a GCM de usar munição letal e conta dos ferimentos sofridos por lideranças dos movimentos sociais. Dizendo, em resumo, que: Um efetivo de dois mil homens invadiu de surpresa a ocupação às 6 horas da manhã e mantém a área sitiada.*

O julgamento moral também ataca os governos do PSDB no município e no estado: *A ação da Polícia Militar do Estado de São Paulo, iniciada neste domingo, dia 22, na Ocupação Pinheirinho, em São José dos Campos, é o retrato da irresponsabilidade, truculência e covardia dos governos Geraldo Alckmin (PSDB) e Eduardo Cury (PSDB).*

Como solução, o blog afirma que a luta continua, e conta diversos episódios da revolta da população. Conta também sobre protestos acontecendo na hora: *Sindicatos, movimentos sociais e estudantis em solidariedade aos moradores do Pinheirinho ocuparam a Via Dutra, na altura do Km 154, por cerca de 1 hora e meia. Um protesto também foi organizado em frente à casa do prefeito Eduardo Cury (PSDB).*

Sobre a questão do enquadramento, o julgamento moral é de que: *A ordem para a desocupação por parte dos governos estadual e municipal do PSDB e da Justiça Estadual vai contra todos os fatos e negociações dos últimos dias que avançavam para a suspensão da ordem de despejo e regularização da área. Também vai contra um acordo assinado pela própria Selecta, dona do terreno, que propôs a suspensão da reintegração por 15 dias.*

Entretanto, existe uma sugestão de solução para a questão: *Um novo recurso foi ajuizado no Supremo (sic) Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília, pelos advogados dos moradores, para barrar o despejo. Exigimos do governador Geraldo Alckmin, chefe maior da Polícia Militar, e o prefeito Eduardo Cury que suspendam essa ação ilegal. Fazemos um apelo ainda à presidente Dilma que intervenha diretamente no conflito e impeça que mais vidas sejam alvo de violência e morte.*

Novamente, as forças policiais são duramente criticadas como atores políticos: *Por ordem do Tribunal Regional Federal (TRF), o juiz plantonista Samuel de Castro Barbosa Melo determinou que a Polícia Militar e a Guarda Civil de São José dos Campos suspendam a ação imediatamente. Contudo, a PM se nega a cumprir a ordem, num claro desacato a uma determinação federal.*

O poder judiciário não escapa das críticas, no julgamento moral sobre este ator político o blog destaca o caráter ilegal da decisão da juíza estadual: *Por fim, a*

ação a mando da juíza Márcia Loureiro é flagrantemente ilegal. A medida está desacatando e descumprindo uma decisão federal. Uma liminar expedida pela Justiça Federal, por volta das 8 horas da manhã deste domingo, reafirmou a decisão obtida pelos moradores na sexta-feira, dia 20, contra o despejo. Os governos tucanos não são poupados: A notícia dessa medida ilegal e violenta patrocinada pelos governos do PSDB, estadual e municipal, já se espalhou nacional e internacionalmente.

A solução, novamente, é a mobilização dos atores políticos em torno de manifestações e ações políticas contra a desocupação: Nesse momento é preciso o apoio de toda a população. Agradecemos a solidariedade já demonstrada, principalmente pelos moradores vizinhos, sindicatos, movimentos sociais e estudantis. É preciso intensificar ainda mais as ações de solidariedade, com atos e manifestações em todo o país. Uma grande manifestação está convocada para esta segunda-feira, dia 23, em São José dos Campos. Outros atos também já estão marcados em outras cidades e estados.

Em outro episódio de violência policial (Morador baleado na ação pode ficar paraplégico), postado às 19:36, o blog conta a história de um morador atingido por uma bala de verdade e poderia ficar paraplégico: O morador ferido a bala durante a manhã de hoje, o ajudante de pedreiro David Washington Castor Furtado, 32 anos, já passou por uma cirurgia e continua internado no Hospital Municipal. A bala atingiu a perna de David, quando estava próximo ao Centro de Triagem. Ele passou por cirurgia e, segundo médicos, corre o risco de ficar paraplégico. A GCM é apontada como agente causador: Embora ele tenha sido atingido com arma de fogo, a Guarda Municipal insiste em afirmar que não usou armas letais na ação. Quem será que está mentindo?

Às 10:16 do dia 23 de janeiro é postada a matéria Testemunha vê caos em Hospital Municipal de São José. O título é autoexplicativo, mas surgem críticas à imprensa e ao Estado, identificados como problemas: Muitos notam as informações truncadas que são informadas no decorrer do dia sobre o Pinheirinho. Mas não poderia ser diferente, pelo que fato de que não temos o mesmo "direito" de algumas emissoras de TV de acompanhar as operações de perto, dentro da

ocupação. [...]Outro fato é que o poder constituído é manipulador. Concede entrevista coletiva dizendo que tudo é paz, mas no interior do acampamento sem-teto toma os celulares dos moradores que buscavam registrar cenas da barbárie. A causa para a dificuldade de exercer o jornalismo é diagnosticada da seguinte forma: *Em todo esse processo é difícil apurar todas as informações, ainda mais porque há uma orientação da Prefeitura de São José dos Campos (do PSDB) e do staff da PM de "abafar" tudo, seja nos hospitais e nos terríveis alojamentos. O julgamento moral em relação a essa situação é pesado: É o abuso da autoridade. É a mão pesada do Estado contra o pobre. É covardia!*

No mesmo dia, ao 12:44, o blog denuncia o descaso do Estado com a assistência aos desabrigados. Todas essas denúncias apareceriam posteriormente nas reportagens da *Folha*: (1) *As informações oficiais da PM e da Prefeitura de São José dos Campos são de que a operação de desocupação do Pinheirinho ocorreu com tranquilidade e o atendimento às famílias está sendo realizado adequadamente. Contudo, o fato é que a ação ilegal da polícia e da Prefeitura continuam e o suposto esquema montado para receber os moradores da ocupação é absolutamente precário.* (2) *Os demais centros para onde a Prefeitura enviou uma pequena parte de moradores também são precários e as pessoas seguem sem informação e orientação da Prefeitura.* (3) *A situação dos pertences das famílias é outro alvo de descaso e irregularidades. Diante da violência da desocupação, a maioria das pessoas saíram com a roupa do corpo, deixando tudo para trás. Sem inventário como manda a lei, as famílias denunciam que a Prefeitura está retirando coisas das casas sem acompanhamento dos moradores, que ainda não foram liberados para buscar seus pertences. Há informação também que os bens serão enviados para galpões fora do município, dificultando ainda mais o acesso das pessoas despejadas do Pinheirinho.* (4) *Outro problema que está ocorrendo é sobre informações de mortos e feridos. Os moradores denunciam casos de pessoas, inclusive crianças, feridas gravemente e até mortes. Contudo, a orientação da PM e da Prefeitura é negar as informações. No Hospital Municipal e postos de saúde ninguém comenta ou informa nada.*

Confrontos voltaram a acontecer nos bairros vizinho ao Pinheirinho nesta segunda.

O diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, ligado à CSP-Conlutas define o problema com relação aos atores políticos envolvidos: *“Confirmou-se o que se alertava sobre a irresponsabilidade da ação ordenada pelos governos do PSDB: o governador Geraldo Alckmin e o prefeito Eduardo Cury despejaram milhares de famílias das suas casas e não se preocuparam em garantir condições dignas para abrigar e realocar essas pessoas”, denuncia o diretor do Sindicato, Luiz Carlos Prates, o Mancha.* Sobre o prefeito, a liderança afirma que sua omissão é criminosa: *“Enquanto a cidade está um caos, não se tem notícia do prefeito Eduardo Cury, que não é visto ou dá entrevista há cerca de dez dias. É uma covardia e uma omissão criminosas”, critica Mancha.*

Continuando com as críticas ao prefeito, a matéria de 24 de janeiro, postada ao 12:42, é titulada *Prefeitura do PSDB rasga Constituição e trabalha para Najas em desocupação*, com as acusações subindo de tom. O problema é uma denúncia contra a prefeitura: *Uma denúncia grave, que é mais um retrato da lamentável postura da Prefeitura de São José dos Campos (comandada por Eduardo Cury, do PSDB) na questão do Pinheirinho. Tratores da Urbam (Urbanizadora Municipal), empresa da Prefeitura de São José dos Campos, estão sendo utilizados para derrubar as casas no Pinheirinho, medida que deveria ser realizada e paga por quem reivindica a área, ou seja, a massa falida da Selecta, de Naji Nahas. Essa determinação consta na própria determinação judicial.*

O julgamento moral em relação ao prefeito de SJC é bastante duro: *Com a medida, a Prefeitura utiliza recursos públicos para atender a interesses privados. Aliás, conduta do governo municipal utilizada há tempos na questão Pinheirinho. Para o advogado do movimento, Antonio Donizete Ferreira, a Prefeitura, além de atuar em favor de Naji Nahas, desrespeita a própria Constituição Brasileira, em seu artigo 37. Antes da reintegração, a costura do acordo entre os governos federal e estadual previa que a Prefeitura não precisaria colocar nenhum centavo para regularizar o Pinheirinho, mas agora gasta muito dinheiro público para beneficiar Naji Nahas e para manter uma política fascista que oferece passagens*

rodoviárias a pessoas que "queiram voltar às cidades de origem". Como solução, o blog afirma que o movimento irá contestar na justiça a ação ilegal de Eduardo Cury.

Longa reportagem postada no mesmo dia 24 de janeiro, às 21:06, narra o drama das famílias desabrigadas.¹⁴ O problema é colocado logo de cara, seguido de depoimentos de várias moradoras e moradores desabrigados: *Desde a desocupação, as famílias que viviam no Pinheirinho estão só com a roupa do corpo, sem documentos, sem casa, sem móveis e sem nenhuma perspectiva. Se tudo isso não bastasse, ainda estão sendo tratadas como lixo, sendo mantidas em condições sub-humanas em locais que a prefeitura insiste em chamar de abrigo.*

5.1.3. Pós-confronto na narrativa do Solidariedade à ocupação Pinheirinho

Em postagem após o término da operação de desocupação o blog responde às declarações do prefeito de São José dos Campos, Eduardo Cury (PSDB). *Associação dos inscritos em programas habitacionais da prefeitura defende Pinheirinho* foi postada em 27 de janeiro, às 16:10, e define como problema a *tentativa da Prefeitura em colocar o pessoal da fila da casa própria contra os moradores do Pinheirinho*. De acordo com o blog: *Segundo matérias que vem sendo veiculadas na imprensa, levaria 72 anos para zerar a fila da casa própria em São José dos Campos se o ritmo atual de construção de casas populares for mantido.*

A personagem da matéria, presidenta da Assiph/SJC, conta, no entanto, que não existe nenhuma rivalidade entre inscritos nos programas habitacionais e nos desabrigados do Pinheirinho: *A presidente da Assiph/SJC (Associação dos Inscritos em Programas Habitacionais da Prefeitura de São José dos Campos), a autônoma Regina Celly Rodrigues, 30 anos, condenou hoje a tentativa da Prefeitura em colocar o pessoal da fila da casa própria contra os moradores do Pinheirinho. Sobre a desocupação violenta do Pinheirinho, Regina diz que ficou chocada. "Eram famílias que tinham casa. Eles (prefeitura) é que foram lá e*

destruíram tudo. Agora vão ter de se virar para resolver o problema que eles mesmos criaram”, disse. Diz também que a maior parte das famílias do Pinheirinho já estava inscrita em programas da prefeitura: “Não há rivalidade. Estamos todos no mesmo barco. Segundo a própria prefeitura, 1.557 famílias do Pinheirinho estão inscritas em programas habitacionais da Prefeitura. Tenho gravações de entrevistas em que o prefeito afirma isso”, disse.

Ela também sugere uma solução – a desapropriação do terreno: Segundo ela, a associação defende a desapropriação da área do Pinheirinho para que seja destinada ao programa habitacional. “Nesses 13 anos que estou na fila, sempre ouvi da prefeitura que o problema era a falta de áreas para a construção de casas. A área do Pinheirinho é imensa e, com certeza, se fosse desapropriada, beneficiaria muitas outras famílias”, comentou.

No fim do mês de janeiro, no dia 30, às 16:41, foi postada a matéria Entidades realizam Ato Nacional em defesa do Pinheirinho, falando das mobilizações em torno da ocupação do Pinheirinho: Na próxima quinta-feira, dia 2, diversas entidades sindicais, estudantis e do movimento popular de todo o país estarão em São José dos Campos para realizar um grande ato nacional em solidariedade às famílias do Pinheirinho. O problema é definido: No domingo, dia 22, os moradores foram brutalmente expulsos de suas casas e massacradas por uma operação que contou com cerca de 2 mil policiais militares, incluindo a Rota e a Tropa de Choque. Desde então, centenas de famílias do Pinheirinho, a maioria mulheres, crianças e idosos, estão em abrigos precários da Prefeitura, em condições desumanas.

O objetivo da mobilização é: O objetivo é denunciar a ação criminosa dos governos estadual e municipal do PSDB, que ordenaram de forma ilegal, o despejo das 9 mil famílias da Ocupação. As lideranças dos movimentos sociais veem como solução as mobilizações: “Chamamos a solidariedade de toda a população e de todas as entidades sindicais, populares e estudantis. Queremos o fim da situação desumana que os governos estadual e municipal colocaram as famílias”, afirma o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos e integrante da Executiva

¹⁴ <http://www.solidariedadepinheirinho.blogspot.com.br/2012/01/sem-lenco-sem-documento-e-sem->

Nacional da CSP-Conlutas, Luiz Carlos Prates, o Mancha. “É preciso repudiar esse verdadeiro festival de violência praticado pelos governantes e exigir que a presidente Dilma desapropriar a área já”, concluiu Mancha.

Em Audiências Públicas discutem violações no Pinheirinho, postada às 16:43 do dia 30 de janeiro, o blog novamente identifica como problema o descaso da prefeitura tucana. A denúncia é a seguinte: Após a invasão brutal realizada pela Polícia, os moradores do Pinheirinho foram levados para abrigos criados pela Prefeitura. As condições são precárias e os moradores foram amontoados em situação desumana, sem o mínimo respeito. E é por esse motivo que uma comissão de membros do Condepe (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana) realizará nesta segunda feira, dia 30, uma audiência pública em São José dos Campos, para tratar do caso Pinheirinho e dos relatos e denúncias da desocupação violenta que a polícia realizou na área.

Uma das lideranças dos movimentos sociais avalia a realização de audiências como positiva: “A iniciativa é um avanço na luta contra a criminalização dos movimentos sociais. Por isso, é muito importante a presença de todos os ativistas nessas audiências”, afirma Antonio Donizete Ferreira, o Toninho. O resultado das discussões servirá para potencialmente punir abusos: A partir das discussões e denúncias colhidas nas duas audiências será preparado um dossiê para registrar e entregar ao Condepe. Toninho sugere a solução para o episódio: “Todos os envolvidos nessa desocupação ilegal e truculenta devem ser responsabilizados”, finalizou.

No último dia do mês de janeiro, a penúltima postagem do blog aconteceu às 10:01. Em sessão extra, Câmara vota aluguel social abordou a votação de um projeto de lei que concederia aluguel social aos desabrigados pela Câmara de Vereadores de São José dos Campos. Os movimentos sociais acompanharam toda a votação para fazer uma série de reivindicações sobre o benefício de R\$ 500,00 mensais: O advogado do movimento deve acompanhar a sessão e vai reivindicar alterações em artigos do projeto que limitam a concessão do aluguel social. O artigo 4º, por exemplo, permite que apenas famílias que se cadastraram

no dia da desocupação e que se encontram nos precários abrigos municipais recebam o valor. O movimento tem seu cadastro de moradores e quer que ele seja utilizado pela prefeitura. Outra reivindicação é que o benefício seja mantido até que sejam providenciadas moradias aos desabrigados e não por apenas seis meses.

O julgamento moral sobre o movimento da Câmara de Vereadores é de certa suspeita: Para o movimento, o valor é baixo, em virtude do atual mercado imobiliário de São José dos Campos, mas, na avaliação das lideranças do Pinheirinho, não deixa de ser um certo "avanço" por parte dos governos municipal e estadual.

Na última matéria postada no mês de janeiro, às 15:51 do dia 31 de janeiro, o blog noticia que Câmara aprova "aluguel social", mas restringe benefício. O benefício de R\$ 500,00 – com custo dividido entre estado e município – foi restringido às famílias que se cadastraram até o dia 22 de janeiro, data do início da desocupação. O problema é identificado pela matéria: Outro questionamento dos desabrigados é com relação ao baixo valor do benefício. A própria imprensa local está publicando matérias que apontam que a quantia de R\$ 500 é insuficiente para se alugar uma moradia na região próxima ao Pinheirinho. O projeto aprovado estipula que o aluguel social será pago durante seis meses, podendo ser renovado. Para o movimento, há nisso outro problema. O texto deveria garantir que o benefício seja pago até a resolução da questão, ou seja, quando as moradias forem entregues aos desabrigados. O julgamento moral é de que a decisão foi errada: Para as lideranças do movimento, a atitude da Câmara foi muito equivocada, na medida em que, devido à ação violenta da Polícia Militar, várias famílias, desnorteadas, não puderam fazer o cadastro com as assistentes sociais.

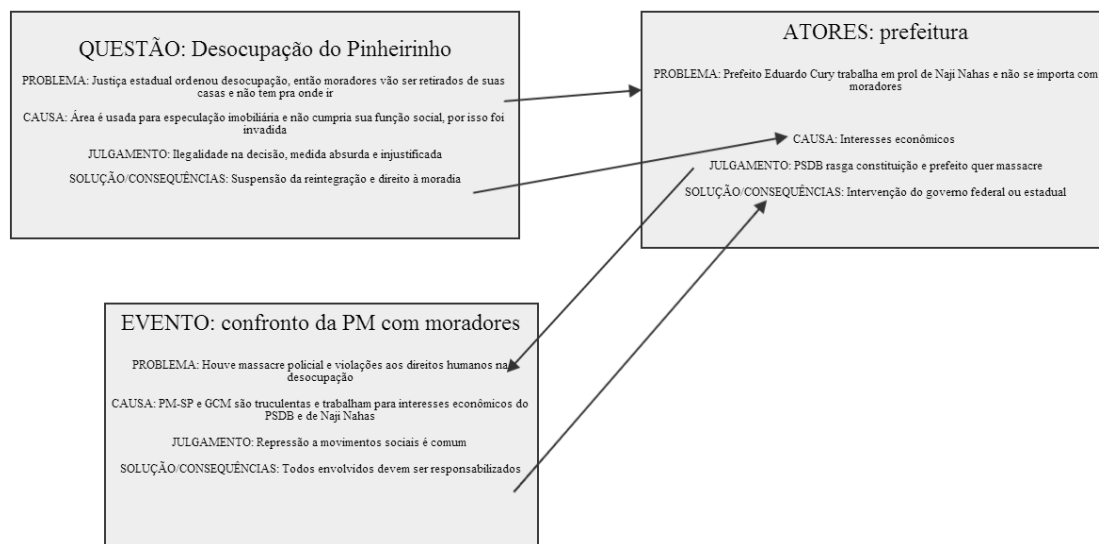
A causa identificada para o retrocesso foi a maioria tucana na casa: Emendas propostas pelos vereadores do PT e apoiadas pelo movimento, entre as quais a que ampliava o benefício do aluguel social a todas as famílias cadastradas pela coordenação da ocupação, foram rejeitadas pela maioria da Casa, ligada à administração tucana.

O julgamento moral foi de que, apesar dos problemas com o projeto, a aprovação foi um pequeno avanço: *Fora os problemas apresentados no projeto aprovado nesta terça-feira, a proposta de se pagar aluguel social aos ex-moradores do Pinheirinho não deixa de ser um "avanço" para a luta do Pinheirinho, ou um possível recuo da postura reacionária do governo municipal.*

5.2. Enquadramentos no Solidariedade à ocupação Pinheirinho

A partir da narrativa do blog, desenvolvemos o seguinte diagrama, com objetivo de os enquadramentos da cobertura. O primeiro diagrama diz respeito aos atores protagonistas da desocupação do Pinheirinho: os moradores e os movimentos sociais e grupos político responsáveis pela ocupação (MTST, Must, PSTU, CSP-Conlutas); o prefeito de São José dos Campos, Eduardo Cury (PSDB); a Polícia Militar do estado de São Paulo (PM-SP) e Guarda Civil Municipal (GCM); e a justiça estadual, que deu a ordem de reintegração. Os atores secundários giram em torno da história e aparecem em outros momentos da análise, principalmente nas redes de conhecimento, mas não nesse resumo. São eles: governo federal e governo do estado de São Paulo, que protagonizaram uma guerra partidária entre PT e PSDB em torno da reintegração de posse; justiça federal, que ora confirma, ora nega a decisão de reintegração; e Naji Nahas e sua empresa falida, a Selecta S/A, que são constantemente citados, porém não têm ação.

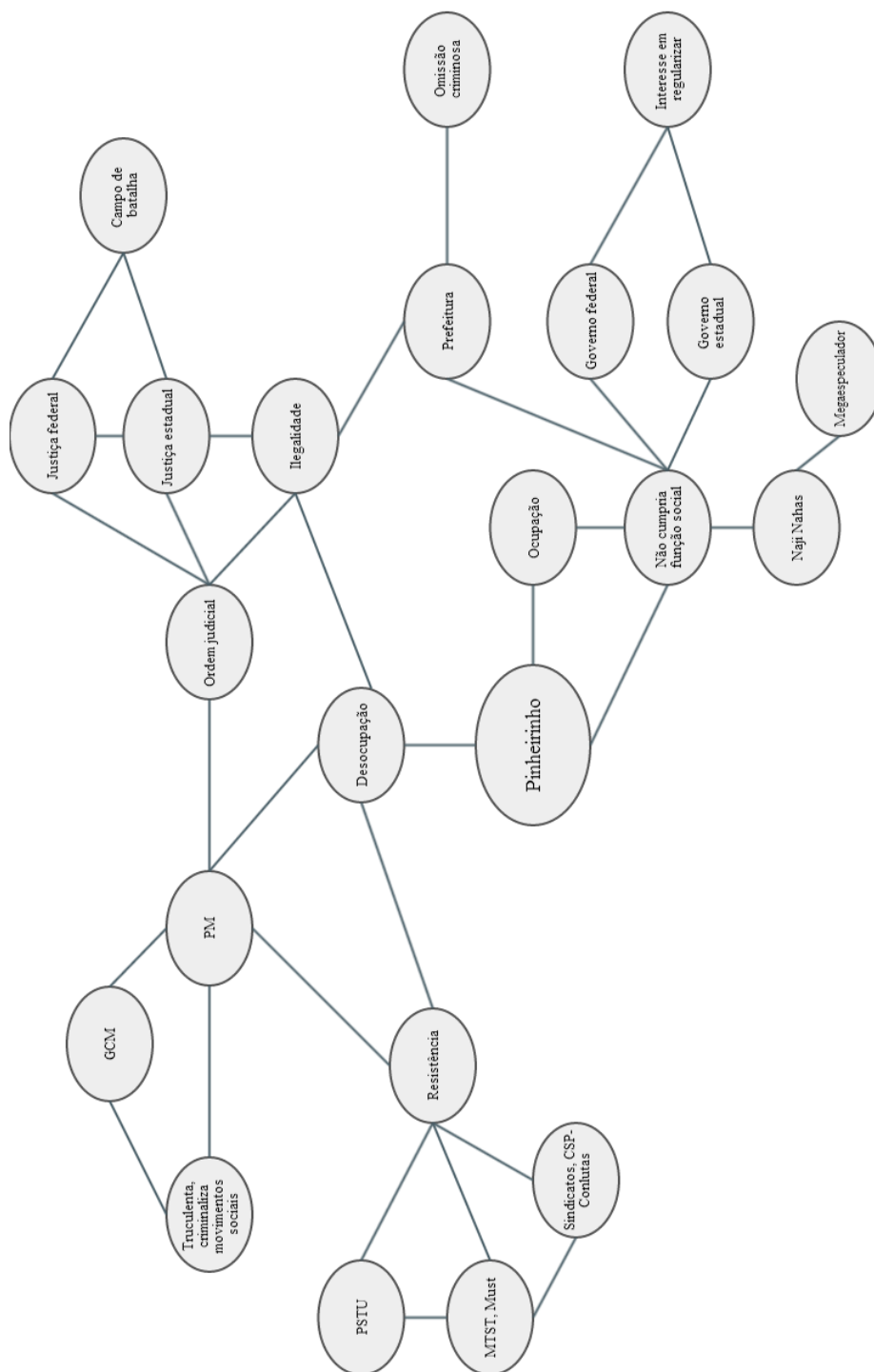
Figura 9 – diagrama de funções dos enquadramentos na cobertura do Solidariedade à ocupação Pinheirinho



Fonte: adaptado de Entman (2004), p. 25.

Outra função dos enquadramentos que se mostra importante para este trabalho é a formação de redes de conhecimento com as idéias trazidos pelas coberturas jornalísticas em relação aos temas tratados. Dessa forma, sugerimos as seguintes redes de conhecimento das coberturas para o blog.

Figura 10 – diagrama de rede de conhecimento do blog Solidariedade à ocupação Pinheirinho



Fonte: adaptado de Entman (2004), p. 8

Por último, trazemos a ativação em cascata dos enquadramentos. Antes, porém, uma conclusão esperada: o *Solidariedade à ocupação Pinheirinho* apresenta número bastante diferentes dos da *Folha*. Em dois terços das vezes, o enquadramento restrito, com ponto de vista dos moradores é o que aparece. Nas demais vezes, o que aparece é o enquadramento temático: em geral quando narra as preparações para mobilizações em favor da ocupação do Pinheirinho. Sem surpresas, os enquadramentos noticiosos são de ataque na imensa maioria das vezes: 82%. Em 11%, eles são de defesa da ocupação, e são episódicos, apenas narrando fatos, em apenas duas matérias (7%).

Gráfico 5 – Pluralidade das fontes no Solidariedade à ocupação Pinheirinho

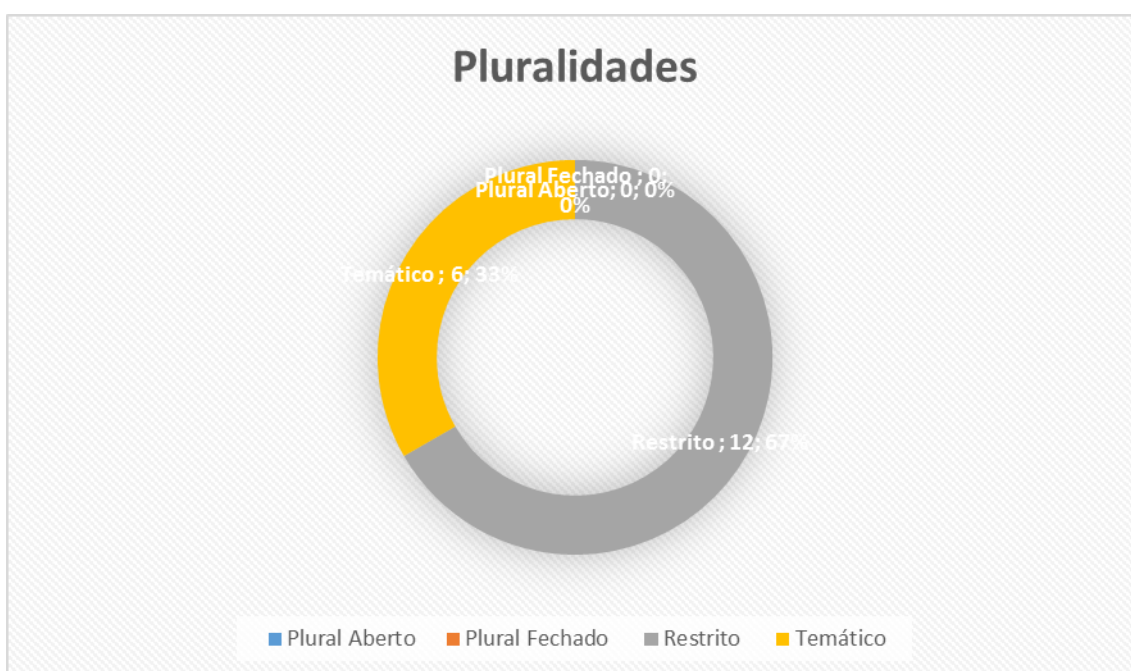
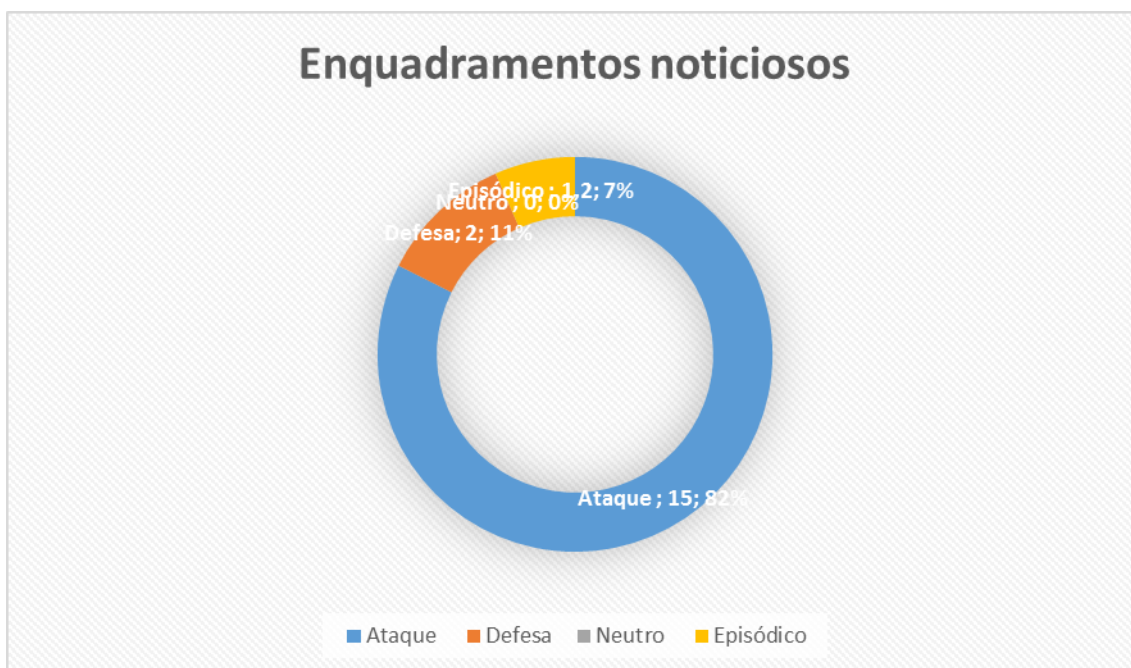
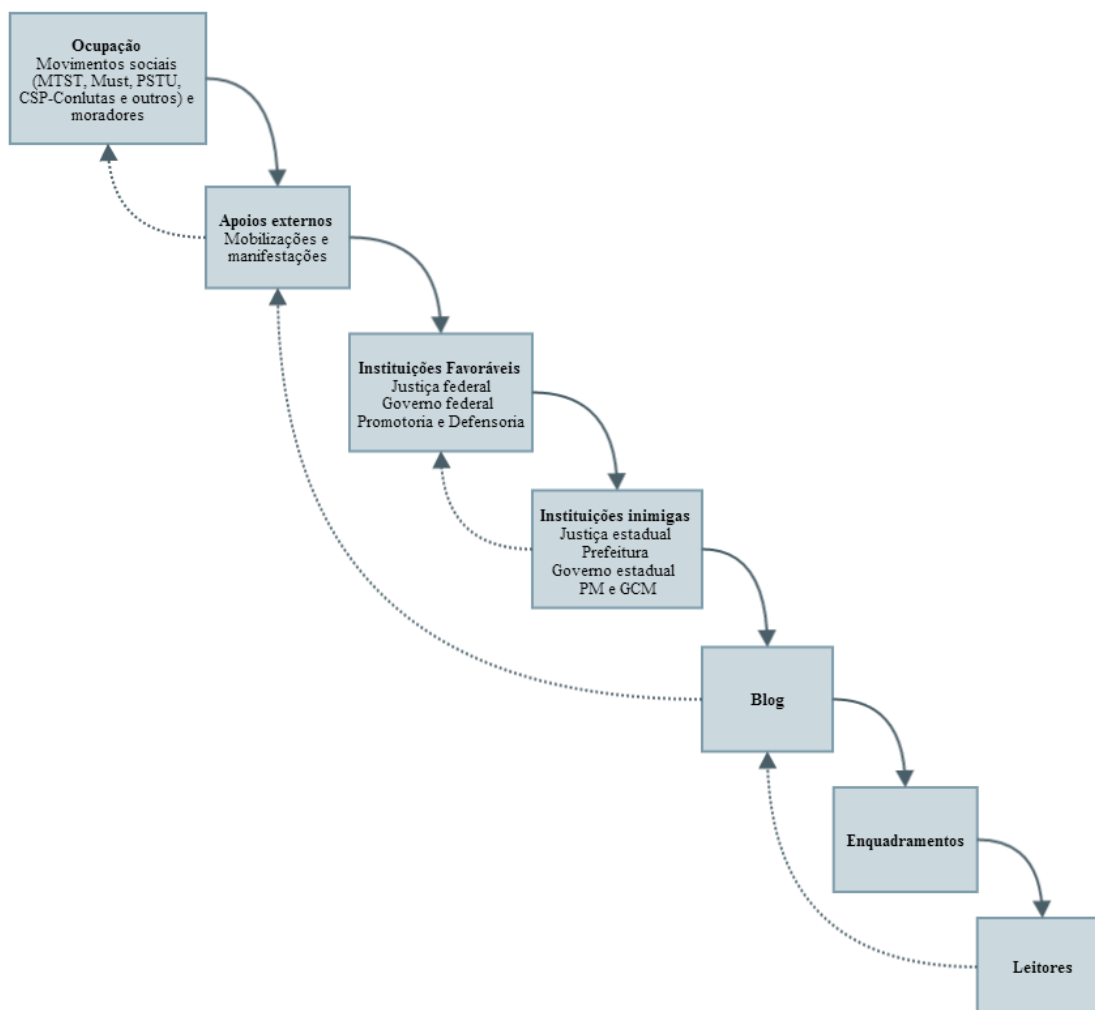


Gráfico 6 – Enquadramentos noticiosos na cobertura do blog Solidariedade à ocupação Pinheirinho



A partir daí, sugerimos a ativação em cascata dos enquadramentos como forma de demonstrar quem ganha e quem perde com eles – a hierarquização dos discursos.

Figura 11 – diagrama de ativação em cascata do blog Solidariedade à ocupação Pinheirinho



Fonte: Adaptado de Entman (2004), p. 10.

Nessa tabela observamos outro modo de ativação, bastante diferente do da *Folha* – principalmente em função dos enquadramento serem muito mais restritos na cobertura do blog *Solidariedade à ocupação Pinheirinho*. Aqui, o ponto de vista que ganha é o da ocupação: movimentos sociais e moradores. Os apoios externos à ocupação têm grande importância: mobilizações e manifestações. Confirmando o ponto de vista principal, as instituições do Estado favoráveis à ocupação são

amplamente utilizada como fontes, assim como as instituições “inimigas”, que sempre são apresentadas negativamente em relação às favoráveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a identificar os enquadramentos interpretativos transmitidos pela cobertura jornalística de dois veículos - *Folha de S. Paulo*, meio de comunicação hegemônico; e *Solidariedade à ocupação Pinheirinho*, meio de comunicação popular - sobre a desocupação do terreno conhecido como Pinheirinho, em São José dos Campos. Para tanto, identificamos as funções - *problema, causa, julgamento, solução/consequência* - em relação aos objetos dos enquadramentos - *Questão, Evento e Atores*, a partir das considerações teóricas de Entman (2004) e Porto (2007). Além disso, sugerimos redes de conhecimento que poderiam ser ativadas pelos quadros interpretativos, além da ativação em cascata de cada uma das coberturas.

A análise mostrou que nossa hipótese estava correta: conseguimos demonstrar o *modo como* ambos veículos foram capazes de transmitir quadros interpretativos únicos. De um lado, a *Folha de S. Paulo* deslegitimou a ação dos movimentos sociais por moradia digna - a principal ação desses movimentos, a ocupação de terrenos que não cumprem sua função social, foi definida como problema. Embora tenham considerado os governos federal, estadual e municipal como agentes responsáveis, enfatizaram a legalidade da decisão e sugeriram que o conflito poderia ser solucionado com a saída pacífica dos moradores e a inclusão deles em programas habitacionais. O dinheiro do terreno deveria ser utilizado para pagar as dívidas da empresa como a prefeitura.

Em relação ao confronto entre moradores e forças policiais, considerado problemático, a causa foi a resistência orquestrada por grupos de esquerda que procuraram o confronto por conta de sua alucinação ideológica. Os excessos cometidos pela Polícia Militar e pela Guarda Civil Municipal - incluindo a restrição da liberdade de imprensa - deveriam ser apurados pelas autoridades competentes.

Do outro lado, a cobertura do *Solidariedade à ocupação Pinheirinho* buscou fortalecer a ocupação e mobilizar apoios em torno dela. Para tanto, ressaltou a ilegalidade da decisão da justiça estadual, vista como problemática, pois a área do

Pinheirinho era utilizada para especulação imobiliária, sem cumprir sua função social. Nesse sentido, o blog sugeriu que a reintegração fosse suspensa, e que os moradores tivessem garantido seu direito à moradia.

O ator político responsável pela questão seria o prefeito, Eduardo Cury (PSDB), que teria trabalhado em prol de Naji Nahas por conta de interesses econômicos, sem se preocupar com os moradores. Na avaliação dos movimentos, o prefeito queria um massacre, e para evitá-lo os governos federal e estadual deveriam intervir. Em relação ao confronto, o problema foi o massacre policial e as violações aos direitos humanos na desocupação. De todo modo, a repressão aos movimentos sociais seria comum por parte do Estado - mas todos os responsáveis deveriam ser responsabilizados.

Vemos, portanto, coberturas extremamente diferentes. Enquanto a *Folha* procura descolar moradores (vítimas do descaso do Estado) de movimentos sociais (grupos radicais de esquerda), o *Solidariedade à ocupação Pinheirinho* busca fortalecer esse vínculo na defesa dos interesses de militantes por moradia digna. O meio de comunicação de massa recorreu a fontes oficiais (prefeitura, justiça estadual, etc) que dirigiram os demais enquadramentos mostrados e ganharam a disputa por espaço. O meio de comunicação popular abriu espaço para discurso de lideranças dos movimentos sociais e para moradores da ocupação, hierarquizando esses pontos de vista e apresentando enquadramentos muito menos plurais que os da *Folha*.

No fim, esta pesquisa analisou enquadramentos de texto noticioso e sugeriu as *redes de conhecimento* e a *ativação em cascata* dos enquadramentos das coberturas. A contribuição é a proposta de uma metodologia de análise sistemática de enquadramentos de texto. Pesquisas ulteriores - e mais completas - devem desenvolver também métodos de análise de enquadramentos de construção e recepção que possam identificar tais quadros.

Aqui, precisamos retornar às definições de movimentos sociais discutidas no capítulo 1. Embora ainda sejam movimentos em grande parte classistas, MTST e MUST também têm dimensões simbólicas de disputa da vida privada, como aponta Touraine. Enquanto resistem à ação do Estado, esses movimentos não

buscam mudanças apenas nos terrenos legais, mas também dos costumes: essa característica está expressa na busca do direito à cidade.

Em relação às identidades coletivas desses movimentos sociais, é possível dizer que foram fortalecidas pelo uso da comunicação popular no seu caráter emancipatório, que permite aos indivíduos que participam da organização que se apropriem das relações entre esfera pública e privada e pode também lhes dar consciência da sua capacidade de expressão e intervenção na sociedade.

Também podemos apontar que novas mídias começam a assumir um papel de protagonismo na militância dos movimentos sociais: a internet, principalmente, dá oportunidade de expressão a grupos marginalizados, como afirmamos no capítulo 2. Entretanto, a disputa por espaço continua a acontecer, pois as elites políticas dominam mesmo espaços mais democráticos, como a web.

Em que pesem todas as possíveis deficiências desta monografia, consideramos que esta monografia foi capaz de avançar, ainda que pouco, na investigação das relações entre mídia e movimentos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca; VON BÜLOW, Marisa. **Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo entre o Estado e a sociedade?** Sociologias (UFRGS. Impresso), v. 13, p. 52-84, 2011.

ALONSO, Ângela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate.** Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009.

ANDRADE, Inácio de Carvalho Dias de. **Movimento social, cotidiano e política: uma etnografia da questão identitária dos sem-teto.** 2010.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm

COLLING, Leandro. **Agenda-setting e framing: reafirmando os efeitos limitados.** Revista FAMECOS (Impresso), Porto Alegre, v. 1, n.17, p. 88-100, 2002.

ENTMAN, R. **Projections of Power.** Chicago, University of Chicago Press, 2004.

_____. **Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm.** In: Journal of Communication, vol. 43, n. 4 (Autumm), 1993.

ESCOBAR, Juliana L. **Blogs jornalísticos: propondo parâmetros para uma definição mínima.** In: 2007 - V Encontro Nacional dos Pesquisadores em Jornalismo, 2007, Aracaju. Anais V SBPJor - Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (CD-Rom), 2007.

FOLETTTO, Leonardo Feltrin. **Do blog ao blog jornalístico: breve histórico da aproximação e incorporação do blog no jornalismo.** In: 9º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2011, Rio de Janeiro. Anais do 9º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais na Atualidade: manifestações e categorias analíticas.* In: GOHN, M. G. (Org.). **Movimentos Sociais no Início do Século XXI: Antigos e novos atores sociais.** 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 13-32.

GUAZINA, Liziane Soares. **Jornalismo em busca da credibilidade: a cobertura adversária do Jornal Nacional no Escândalo do Mensalão**. Tese de Doutorado, 2011.

HOHLFELDT, A. C. **Os estudos sobre a hipótese de agendamento**. Revista Famecos, Porto Alegre, v. 7, p. 42-66, 1997.

IUNES, Ivan Luis David. **O caminho para o Planalto passa pelos blogs: enquadramento e internet nas eleições de 2010**. Dissertação de mestrado, 2012.

MAIA, R. C. M.; DINIZ, A. D. O.; VELOSO LEÃO, A.; SANTOS, D. B.; OLIVEIRA, V. V.; GUIMARAES, V. R. **Mídia e enquadramentos em ambientes competitivos: a troca pública de razões**. In: XXXII Encontro Anual da Anpocs - Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2008, Caxambu - MG. Grupo de Trabalho em Democracia, Comunicação Política e Eleições, 2008.

MALINI, Fabio; ANTOUN, H. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MARTINS, Adriane Figueirola. **Blogs e jornalismo: um novo espaço de debate público**. Anais do II Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política – Dezembro/2007

McCOMBS, Maxwell E. and SHAW, Donald L. **The agendasetting function of mass media**. In Public Opinion Quarterly, Vol. 36, N. 2, Summer 1972, Ps. 176-187.

MIRANDA, Diogo Silva Miranda de; MALCHER, Maria Ataíde. **Blog.com: pontos de convergência comunitária em uma ferramenta individualizada**.

MOTTA, L. G. F. **Enquadramentos lúdico-dramáticos no jornalismo: mapas culturais para organizar narrativamente os conflitos políticos**. Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 17, p. 1-25, julho/dezembro 2007.

MTST. **Cartilha de princípios do MTST**, 2013. Disponível em <http://mtst.org/index.php/o-mtst/linhas-organizativas-e-politicas.html>. Acesso em 28/10/2013.

NASI, Lara; RADDATZ, Vera Lucia Spacil. **Ciberativismo: espaço de comunicação e militância na Internet**. In: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2009, Curitiba. Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2009. p. 1-13.

NEUHOLD, Roberta dos Reis. **Os movimentos de sem-teto e a luta pelo direito à moradia na área central da cidade de São Paulo**. In: III Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2008, Londrina. Anais do III Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2008.

PEREIRA, Marcus Abilio. **Movimentos sociais e democracia: a tensão necessária**. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 18, nº 1, Junho, 2012, p. 68-87.

_____. **Internet e mobilização política - os movimentos sociais na era digital**. Teoria & Sociedade (UFMG), v. 18.2, p. 10-33, 2011.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. **Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária**. In: XXIX Congresso Brasileiro de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2006, Brasília. XXIX Congresso INTERCOM. São Paulo: Intercom, 2006.

PIMENTEL, T. D. **A Internet enquanto ferramenta de exercício da cidadania um desafio para os movimentos sociais**. In: XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2008, Natal. Intercom 2008 - mídia, ecologia e sociedade. São Paulo: Intercom, 2008.

PORTO, M. P. **Enquadramentos da mídia e política**. In: Antonio Albino Rubim (Org.). Comunicação e Política: Conceitos e Abordagens. Salvador: Edufba, 2004, v., p. 73-104.

_____. **Televisão e Política no Brasil: A Rede Globo e as Interpretações da Audiência**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007. 326p.

PRIMO, Alex. **Os blogs não são diários pessoais online: matriz para a tipificação da blogosfera**. Revista FAMECOS, v. 36, p. 122-128, 2008.

RECUERO, Raquel. **Weblogs, Webrings e Comunidades Virtuais**. 404nOtFound (UFBA), v. 1, n.31, p. 1-15, 2003.

RODRIGUES, Abiglacy. SINVAL, Julianna Formiga Moura. **Ciberativismo: A extensão da militância no espaço virtual**. 2011. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-1016-1.pdf>

SCHEUFELE, Dietram A.; TWEKSBURY, David. **Framing, Agenda Setting, and Priming: The Evolution of Three Media Effects Models**. Journal of Communication 57 (2007) 9–20.

SCHEUFELE, D. A. (1999). **Framing as a theory of media effects**. Journal of Communication, 49(1), 103–122.

SILVA, J. A. B. E. **Initial considerations about agenda-setting research on the blogosphere**. In: Journalism Brazil Conference, 2006, Porto Alegre. Journalism Brazil Conference, 2006. v. I.

SUZINA, Ana Cristina. **A contribuição dos meios de comunicação social populares e alternativos ao desenvolvimento da democracia e da cidadania no Brasil**. 2013. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2013/05/GT-01-Comunica%C3%A7%C3%A3o-e-Democracia-AnaCristinaSuzina.pdf>

TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Zagatto; TRINDADE, Thiago Aparecido. **Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo**. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 18, nº 2, novembro, 2012, p. 399 - 426

TRINDADE, Thiago Aparecido. **Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade**. Lua Nova, São Paulo, v. 87: 139-165, 2012

ANEXO

Ficha de Análise

Identificação

Veículo	
Título	
Data	

	Tipo	Atores
Pluralidade		
Enquadramentos noticiosos		

Enquadramentos interpretativos

<i>Função do enquadramento</i>	<i>Foco do enquadramento</i>		
	Questão	Evento	Atores Políticos
Definição de problema			
Diagnóstico de causa ou atribuição de responsabilidade			
Julgamento moral			
Sugestão de solução ou avaliação de consequências			